



LABTUS

**CONSULTORIA, PESQUISA E
ASSESSORIA DE PROJETOS LTDA.**

DIAGNÓSTICO

PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - PLHIS

Passo Fundo /Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO FUNDO

SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Tomada de Preços N°. 065/2008

Contrato de Prestação de Serviços S/N°.

DEZEMBRO/2009



Coordenação Técnica:

Arq. Cláudia Damasio

Econ. Gevaci Perroni

Arq. Jacqueline Menegassi

Responsabilidade Técnica:

Arq. Cláudia Damasio

Arq. Grace Machado

Colaboração:

Acad. Alessandra Silveira

Acad. Camila Lumertz Garcia

Acad. Marlene Chaves

Acad. Natália Dutra Silveira

Acad. Renato Gomes

Acad. Tiago Silveira

Acad. Sila Moura



PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO FUNDO

AIRTON LÂNGARO DIPP
Prefeito Municipal

RENE LUIZ CECONELLO
Vice-Prefeito e Secretário Municipal de Planejamento

JOSÉ CLADEMIR DARON
Secretário Municipal de Habitação

MARCELO GIOVANI TOLDO
Arquiteto Resp. Técnico Projeto da Secretaria Municipal de Habitação

VALDIR OLIVEIRA DE ALMEIDA
Coordenador de Diagnóstico Habitacional da Secretaria Municipal de Habitação

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1. Por Que fazer um Plano Local de Habitação de Interesse Social?	15
1.2. O Diagnóstico do Plano Local de Habitação de Interesse Social	17
1.3. O Diagnóstico do PLHIS de Passo Fundo	18
2. CONTEXTO HISTÓRICO E A INSERÇÃO MICRORREGIONAL	23
2.1. Contexto Histórico ¹	25
2.2. Inserção Microrregional	26
3. O QUADRO DE NECESSIDADES HABITACIONAIS LOCAL	45
3.1. Dados da Fundação João Pinheiro ²	47
3.1.1. Déficit Habitacional segundo o Censo 2000	49
3.1.2. Inadequação Habitacional Urbana segundo o Censo 2000	54
3.2. Levantamento Realizado pelos Agentes de Saúde	57
3.2.1. Número de Pessoas por Domicílio	58
3.2.2. Déficit Habitacional	59
3.2.2.1. <i>Coabitação Familiar (Famílias Conviventes)</i>	59
3.2.2.2. <i>Domicílios Precários/em Área de Risco/Improvisados</i>	60
3.2.2.3. <i>Déficit Habitacional Total</i>	62
3.2.3. Domicílios Alugados	63
3.2.4. Inadequação Habitacional	65
3.2.4.1. <i>Ausência de Banheiro</i>	65
3.2.4.2. <i>Adensamento Excessivo</i>	66
3.3. Cadastro da Secretaria Municipal de Habitação	68
3.4. Leitura Perceptiva de Problemas Habitacionais	69
3.5. Beira Trilho	80
3.6. Estimativa e Atualização do Déficit Habitacional e da Inadequação Habitacional para o Município de Passo Fundo	81
3.7. Considerações sobre o Quadro de Necessidades Habitacionais de Passo Fundo	84
4. A QUESTÃO TERRITORIAL	87
5. A POLÍTICA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE PASSO FUNDO	97

¹ Adaptação do texto elaborado com o objetivo de instrumentalizar as professoras das escolas municipais de Passo Fundo, por Mariluci Melo Ferreira, Site da Prefeitura Municipal de Passo Fundo.

² A Fundação João Pinheiro é uma instituição pública estadual vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais voltada para a realização de projetos de pesquisa aplicada, consultorias, desenvolvimento de recursos humanos e ações de apoio técnico ao Sistema Estadual de Planejamento. Atua nas áreas da administração pública e privada, avaliação de políticas públicas, economia, demografia, estudos históricos, culturais, municipais e político-sociais. (<http://www.fjp.mg.gov.br>).

5.1. A Produção e a Melhoria das Unidades de HIS	99
5.2. O Investimento Público em Habitação	103
6. A INSTITUIÇÃO PÚBLICA E A SOCIEDADE	109
6.1. O Tema Habitacional na Prefeitura Municipal	111
6.2. Aspectos Normativos	112
6.3. O Conselho e o Fundo Municipal de Habitação	113
6.4. A Participação dos Agentes da Sociedade	114
6.5. Considerações sobre o Cadastro Único	114
7. APONTAMENTOS PARA A TERCEIRA ETAPA DESTE PLHIS	117
8. ANEXOS	121
ANEXO I – DADOS DO IBGE	123
ANEXO II – DADOS DOS AGENTES DE SAÚDE	125
ANEXO III – VISTA ÀS ÁREAS	141
ANEXO IV – CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	155
ANEXO V – REUNIÕES REALIZADAS	163
ANEXO VI – AUDIÊNCIA PÚBLICA	198
ANEXO VII – DIVULGAÇÃO DO PLHIS DE PASSO FUNDO	221

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS, QUADROS E TABELAS

Figura 01 – Município de Passo Fundo	80
Figura 02 – Setores Fiscais de Passo Fundo	93
Figura 03 – Zoneamento do Plano Diretor	94
Figura 04 – Renda	96
Figura 05 – Localização dos Loteamentos Populares em Passo Fundo	102
Figura 06 – Organograma da Secretaria Municipal de Habitação	111
Gráfico 01 – Proporção Populacional nos Municípios em Análise – 2007	27
Gráfico 02 – Evolução da População Urbana e Rural de Passo Fundo (1940-2006)	30
Gráfico 03 – Evolução da Taxa de Urbanização de Passo Fundo Comparativamente à Evolução do Rio Grande do Sul e do Brasil	30
Gráfico 04 – Evolução do Valor Adicionado Bruto por Setores da Economia (2000 - 2007) – Valores de 2007	32
Gráfico 05 – Proporção do PIB nos Municípios em Análise (2007)	32

Gráfico 06 – Comparativo ao Longo dos Anos (Admitidos x Desligados) – Média Anual	35
Gráfico 07 – Índice de Gini dos Municípios em Análise	36
Gráfico 08 – IDH nos Municípios em Análise – 1991 e 2000	41
Gráfico 09 – Comparativo do Déficit Habitacional Total	49
Gráfico 10 – Comparativo do Déficit Habitacional Proporcional nas Áreas Urbanas e Rurais	50
Gráfico 11 – Maiores Médias do Nº de Pessoas por Domicílio nas Áreas Cobertas por Agentes de Saúde	58
Gráfico 12 – Domicílios com Maiores Proporções de Coabitação nas Áreas Cobertas por Agentes de Saúde	60
Gráfico 13 – Domicílios com Maiores Proporções de Precariedade/em Área de Risco/ Improvisados nas Áreas Cobertas por Agentes de Saúde	61
Gráfico 14 – Maiores Proporções de Déficit Habitacional Total nas Áreas Cobertas por Agentes de Saúde	63
Gráfico 15 – Proporção de Domicílios Alugados nas Áreas Cobertas por Agentes de Saúde	65
Gráfico 16 – Proporção de Domicílios com Ausência de Banheiro nas Áreas Cobertas por Agentes de Saúde	66
Gráfico 17 – Proporção de Domicílios com Adensamento Excessivo nas Áreas Cobertas por Agentes de Saúde	68
Gráfico 18 – Proporção de Problemas Habitacionais nos Bairros de Passo Fundo	70
Gráfico 19 – Estimativa de Demanda de Terra por Tipologia Habitacional	89
Gráfico 20 – Investimentos em Habitação e Urbanismo em Preços Reais – (Base 2007)	104
Gráfico 21 – Investimentos em Habitação e Urbanismo – Despesa Realizada (%) - (195-2000)	105
Gráfico 22 – Proporção de Investimentos no Município de Passo Fundo	107
Gráfico 23 – Investimentos no Município de Passo Fundo – Preços Reais (Base 2007)	107
Quadro 01 – Diretrizes para o FNHIS	17
Quadro 02 – Reuniões e Oficinas de Trabalho com Gestores Municipais dos Distintos Departamentos da Prefeitura	20
Quadro 03 – Reuniões e Debates com Agentes da Sociedade Local	21
Quadro 04 – Conceitos Utilizados pela Fundação João Pinheiro	48
Quadro 05 – Leitura Perceptiva de Problemas Habitacionais – Proporção dentro dos Setores	71
Quadro 06 – Produções Públicas Mais Antigas	99
Quadro 07 – Categorias Orçamentárias	105

Tabela 01 – População Total nos Municípios em Análise	28
Tabela 02 – População Urbana e Rural no Município de Passo Fundo	29
Tabela 03 – Taxas de Urbanização (%)	29
Tabela 04 – Evolução do Valor Adicionado Bruto de Passo Fundo (2000 - 2007) – Valores de 2007	31
Tabela 05 – PIB (R\$ mil) – Valores de 2007	33
Tabela 06 – PIB <i>per capita</i> (R\$) - Valores de 2007	34
Tabela 07 – Empregos em Passo Fundo – Média Anual	35
Tabela 08 – Proporção de Famílias por Faixas de Renda	37
Tabela 09 – IDESE – Município de Passo Fundo	39
Tabela 10 – IDESE 2006 – Municípios em Análise	40
Tabela 11 – IDH 2000 – Posição dos Municípios em Análise	41
Tabela 12 – Composição do IDH 2000 nos Municípios em Análise	42
Tabela 13 – Déficit Habitacional Básico	50
Tabela 14 – Déficit Habitacional Básico por Componente	51
Tabela 15 – Participação dos Componentes no Déficit Habitacional (%)	51
Tabela 16 – Componentes do Déficit Habitacional Urbano por Faixa de Renda Domicílios Improvisados	52
Tabela 17 – Componentes do Déficit Habitacional Urbano por Faixa de Renda Famílias Conviventes	52
Tabela 18 – Componentes do Déficit Habitacional Urbano por Faixa de Renda Cômodos	52
Tabela 19 – Domicílios Urbanos Alugados por Famílias com Renda até 3 Salários Mínimos	53
Tabela 20 – Total de Domicílios Particulares Permanentes Alugados	54
Tabela 21 – Inadequação Habitacional Urbana	54
Tabela 22 – Componentes da Inadequação Habitacional Urbana por Faixa de Renda Inadequação Fundiária (%)	55
Tabela 23 – Componentes da Inadequação Habitacional Urbana por Faixa de Renda Adensamento Excessivo (%)	55
Tabela 24 – Componentes da Inadequação Habitacional Urbana por Faixa de Renda Domicílios Sem Banheiro (%)	55
Tabela 25 – Componentes da Inadequação Habitacional Urbana por Faixa de Renda Carência de Infra-Estrutura (%)	56
Tabela 26 – Quantitativo do Levantamento Realizado pelos Agentes de Saúde	58
Tabela 27 – Coabitação nas Áreas Cobertas por Agentes de Saúde	59
Tabela 28 – Domicílios Precários/em Área de Risco/Improvisados nas Áreas Cobertas por Agentes de Saúde	60
Tabela 29 – Déficit Habitacional Total nas Áreas Cobertas por Agentes de Saúde	62

Tabela 30 – Domicílios Alugados nas Áreas Cobertas por Agentes de Saúde	63
Tabela 31 – Domicílios com Ausência de Banheiro nas Áreas Cobertas por Agentes de Saúde	65
Tabela 32 – Domicílios com Adensamento Excessivo nas Áreas Cobertas por Agentes de Saúde	67
Tabela 33 – Dados do Cadastro da Secretaria Municipal de Habitação – Setembro de 2009	69
Tabela 34 – Estimativa de Déficit Habitacional para Passo Fundo	82
Tabela 35 – Percentual de Serviços de Esgotamento Sanitário por Domicílios Particulares Permanentes (2000)	82
Tabela 36 – Irregularidade Fundiária em Passo Fundo	83
Tabela 37– Estimativa de Inadequação Habitacional para Passo Fundo	84
Tabela 38 – Somatório de Terra Disponível em Áreas Maiores do que 0,5ha por Setor Fiscal de Passo Fundo	90
Tabela 39 – Somatório de Terra Pública Disponível em Áreas Maiores do que 0,5 ha por Setor Fiscal de Passo Fundo	92
Tabela 40 – Produções Públicas após 2005	100
Tabela 41 – Produções Privadas - PAR	101
Tabela 42 – Produções Privadas – Crédito Solidário	102
Tabela 43 – Produções na Área Rural	103
Tabela 44 – Investimentos em Habitação e Urbanismo no Município de Passo Fundo - (Preço Real - Base 2007)	104
Tabela 45 – Investimentos no Município de Passo Fundo (Preço Real - Base 2007)	106

1. INTRODUÇÃO

1.1. Por Que fazer um Plano Local de Habitação de Interesse Social?

Os problemas habitacionais são as marcas mais visíveis de um processo de desenvolvimento excludente e iníquo. Portanto, trabalhar para a minimização destes problemas e para a criação de estratégias de gestão, que coloquem a moradia digna como um direito efetivo de todos os cidadãos, é condição para que possamos estabelecer caminhos mais justos e sustentáveis para as gerações futuras. Ter uma casa, segura, adequada, atendida pelos serviços necessários é, sem dúvida, vetor de desenvolvimento e inclusão social.

Depois de um longo período de estagnação pós-extinção do Banco Nacional de Habitação (BNH) assiste-se a uma ampliação significativa da capacidade de investimento federal para a produção habitacional de caráter social, além de uma reorganização jurídico-institucional, que coloca a habitação na pauta dos temas prioritários em nível nacional. Desta forma, aprova-se no âmbito do Conselho Nacional das Cidades, em 2004, o documento que orienta a Política Nacional de Habitação e, em 2005, a Lei Federal que institui o Sistema Nacional de Habitação (SNH) e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e, mais recentemente, a partir de 2007, elabora-se o Plano Nacional de Habitação.

O Sistema Nacional de Habitação, principal instrumento da Política Nacional de Habitação:

- Estabelece as bases do desenho institucional que se propõe participativo e democrático;
- Prevê a integração entre os três níveis de governo e os agentes públicos e privados envolvidos com a questão habitacional;
- Define as regras que asseguram a articulação financeira de recursos não onerosos e onerosos, necessários à implementação da Política Nacional de Habitação.

Este novo quadro institucional federal complementa-se, de forma mais ampla, com os dispositivos da Lei Federal N°. 10.257/2001, o Estatuto da Cidade e, em nível local, com os conteúdos pertinentes aos planos diretores. Compreende-se desta forma o direito à moradia, não só como o direito à unidade habitacional, mas sobremaneira, como o direito pleno à cidade e a todos os benefícios urbanos que dela decorrem.

Mais recentemente, o Governo Federal lança o pacote de financiamento habitacional denominado “Minha Casa, Minha Vida”. Tendo como meta a construção de um milhão de

moradias, o referido pacote visa reduzir em aproximadamente 14,5%, o déficit habitacional brasileiro, atendendo prioritariamente às famílias com renda mensal de até 3 salários mínimos. Trata-se, sem dúvida, de uma oportunidade imensa para que os municípios brasileiros reduzam o quadro das necessidades habitacionais de sua população mais vulnerável. Contudo, é importante que se destaque a necessidade de que as administrações municipais estejam preparadas para gerenciar o processo de captação de recursos, canalizando-os para aquelas famílias que compõe o seu déficit habitacional prioritário, e para a construção de empreendimentos habitacionais adequados a sua realidade territorial.

Neste contexto, o Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) tem como objetivo principal criar novas condições de gestão da política habitacional de Passo Fundo, apontando caminhos para que se promova a redução significativa das necessidades habitacionais locais e planejando seu futuro. O PLHIS também deve ser um meio para que o município capacite-se institucionalmente, articulando de forma programática, ações que integrem a política habitacional ao desenvolvimento urbano de forma mais geral, seja do ponto de vista das estratégias de uso e ocupação do solo, seja de atendimento social, de geração de emprego e renda, de preservação ambiental, de estruturação do território, etc. Trata-se também de uma oportunidade para introduzir um sistema de gestão da questão habitacional, de avaliação permanente dos resultados das políticas empreendidas, de casamento entre uma demanda ainda não atendida a novas alternativas de oferta, de busca de novas fontes de financiamento, de integração entre os distintos agentes e do cumprimento efetivo da função social da propriedade e da cidade.

Elaborado em consonância com a Política Nacional, o Plano Local de Habitação de Interesse Social, juntamente com o Conselho e o Fundo Local de Habitação, é requisito básico para que um município possa ter acesso aos recursos financeiros do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social. Esta condição, aliada à importância de se contar com um plano estratégico para este tema, torna a elaboração de um PLHIS uma necessidade premente para todos os municípios brasileiros.

1.2. O Diagnóstico do Plano Local de Habitação de Interesse Social

A etapa do diagnóstico é a segunda³ no processo de elaboração do PLHIS e deve ser a base para a construção das estratégias de ação. Tem grande relevância na concepção de PLHIS estabelecida pela Secretaria Nacional de Habitação/Ministério das Cidades, na medida em que representa o esforço de coleta e análise de informações disponíveis no Município, no que diz respeito a uma série de temas relacionados direta ou indiretamente à questão habitacional local.

Tais temas têm referência na Resolução N.º. 9 de 20 de junho de 2007 do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) que define as diretrizes de aplicação dos seus recursos. Desta forma, devem ser levadas em consideração na elaboração dos PLHIS, pois irão orientar a aplicação dos recursos localmente. Por consequência, estas diretrizes devem ser adotadas como uma referência importante também para a elaboração de seus diagnósticos.

Quadro 01 – Diretrizes para o FNHIS

Melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos humanos precários.
Ampliar o acesso à moradia digna da população de baixa renda nas áreas urbana e rural.
Fortalecer a capacidade técnica e institucional dos agentes públicos e privados nas áreas de planejamento, serviços urbanos, gestão territorial e política habitacional.
Aperfeiçoar e consolidar os instrumentos e mecanismos para a implementação da política habitacional.

Dados: Resolução N.º. 09 do FNHIS

Do ponto de vista metodológico, o diagnóstico do Plano Local de Habitação de Interesse Social deve ser elaborado, contando com:

- a. Participação ampla, organizada e programática da população, respeitando a diversidade dos interesses locais e os distintos segmentos sociais;
- b. Participação dos agentes econômicos envolvidos com o tema habitacional e de desenvolvimento urbano;

³ Atendendo às orientações da Secretaria Nacional de Habitação/Ministério das Cidades, os Planos Locais de Habitação de Interesse Social devem ser desenvolvidos em 3 etapas sucessivas: (i) metodologia, (ii) diagnóstico e (iii) estratégias de ação.

- c. Envolvimento ativo dos gestores municipais na coordenação do processo de elaboração do PLHIS, na execução das suas etapas metodológicas e na sua implementação e monitoramento permanente;
- d. Comunicação permanente e ampla do processo.

1.3. O Diagnóstico do PLHIS de Passo Fundo

A etapa de diagnóstico do PLHIS do município de Passo Fundo foi desenvolvida a partir da coleta e sistematização de dados de distintas fontes, com o objetivo de constituir uma análise transdisciplinar do problema habitacional local, com referência metodológica nos manuais da Secretaria Nacional de Habitação/Ministério das Cidades e no Plano Nacional de Habitação.

A caracterização do quadro dos problemas habitacionais constitui-se, dentro do diagnóstico, como a tarefa mais desafiadora. Nos debates com os gestores, esta é uma das maiores expectativas. No processo de sua elaboração, buscou-se compreender estes problemas habitacionais atuais a partir de uma análise que envolve: o contexto sócio-econômico, questões territoriais e os resultados efetivos da política habitacional empreendida nos últimos anos em Passo Fundo. Para isto, recorreu-se a dois caminhos distintos: a análise de informações “oficiais” disponibilizadas em órgãos como o IBGE e a FEE, e a exploração do conhecimento dos atores locais.

A quantificação dos problemas habitacionais teve como referência os conceitos definidos pela Fundação João Pinheiro (FJP), atendendo às orientações do Ministério das Cidades e de acordo com a concepção metodológica do Plano Nacional de Habitação. A FJP quantificou o déficit habitacional e a inadequação urbana dos municípios com mais de 20 mil habitantes urbanos, no Censo de 2000. Desta forma, Passo Fundo enquadra-se neste critério e conta com esta fonte de dados.

Paralelamente a este trabalho, trabalhou-se na quantificação das mesmas categorias da FJP através de levantamento realizado pelos agentes de saúde de Passo Fundo, que são conhecedores da realidade das áreas em que atuam. Também se buscou construir uma leitura perceptiva, abordando alguns conceitos da FJP, juntamente com as Associações de Moradores de Passo Fundo e os gestores municipais. Os dados coletados a partir destas fontes de informações sobre os problemas habitacionais permitiram uma análise

suficientemente aprofundada para que se possa, na terceira etapa deste PLHIS, elaborar as estratégias de ação.

É importante que se destaque as dificuldades ocorridas no processo de elaboração deste diagnóstico. Fatos como as eleições municipais de 2008, o período de férias de verão de 2009 e o surto de Gripe A (H1N1), estabeleceram um processo de trabalho descontínuo pela dificuldade de participação dos gestores e de realização de atividades na comunidade. A partir de agosto de 2009, os trabalhos passaram a ter certo ritmo, porém, a estrutura deficitária da Secretaria Municipal de Habitação teve dificuldades em promover plenamente as atividades e reuniões demandadas pela empresa de consultoria. Em outubro foi designado um novo coordenador para acompanhar a elaboração do PLHIS, o qual tem se empenhado em promover as reuniões solicitadas, visando cumprir com todas as etapas inerentes ao processo.

Passo Fundo conta com um Conselho Municipal de Habitação ativo, porém com uma atuação muito orientada pela Secretaria Municipal de Habitação, encaminhando questões pontuais e emergenciais e, por reconhecer sua fragilidade, possui uma grande expectativa em relação ao PLHIS como ferramenta de planejamento da política habitacional.

Também se destaca a participação da União das Associações de Moradores de Passo Fundo (UAMP AF) com quem foi possível estabelecer um debate amplo, envolvendo várias lideranças de diversos bairros, bem como com o segmento empresarial (SINDUSCON, construtores, imobiliárias locais e Caixa Econômica Federal), demonstrando interesse no tema, considerando o momento de implementação do Programa “Minha Casa, Minha Vida”.

O engajamento dos diversos segmentos da sociedade no debate habitacional é fundamental para a construção de parcerias que sejam produtivas e, no caso de Passo Fundo, já se configura como um grande potencial local. Este é um tema a ser aprofundado com a implementação deste PLHIS.

Assim, as atividades de elaboração do diagnóstico ocorreram com pequenos ajustes, seguindo o estabelecido na primeira etapa deste trabalho, quando foram definidas equipes de trabalho e apresentados eixos de análise necessários para se compreender, de forma transdisciplinar, a problemática habitacional local. Do ponto de vista dos eixos, estes foram reorganizados e a partir deles, os dados e informações levantadas, bem como as análises que se apresenta neste documento.

A seguir, a síntese das reuniões realizadas na etapa de elaboração deste diagnóstico:

Quadro 02 – Reuniões e Oficinas de Trabalho com Gestores Municipais dos Distintos Departamentos da Prefeitura

Objetivos:	Compreender através do conhecimento acumulado pela instituição pública (gestão municipal) as principais características do processo de desenvolvimento local, da ocupação e evolução da urbanização do território, e dos problemas habitacionais locais; Coletar e sistematizar informações referentes à atuação dos distintos departamentos da Prefeitura, relacionadas direta ou indiretamente à configuração da problemática habitacional local.		
Processo Metodológico:	Sensibilização dos gestores através de atividades de capacitação sobre o quadro nacional da política habitacional e urbana; realização de reuniões e oficinas de trabalho, a partir de pautas pré-definidas; aplicação de questionários para coleta de informações junto aos agentes específicos.		
Reuniões Realizadas:	19/02/09	Capacitação de Gestores Municipais	Nivelamento de informações sobre o PLHIS, seu contexto, princípios e objetivos. Apresentação e mobilização para a elaboração do diagnóstico habitacional
	26/03/09	Reunião com Agentes de Saúde	Aspectos gerais do PLHIS, avaliação inicial do tema habitacional e capacitação para levantamento de informações nas micro-áreas
	15/04/09	Levantamento de Informações para o Diagnóstico na Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB)	Levantamento de informações gerais do funcionamento da Secretaria, do cadastro e dos programas existentes
	21/09/09	Levantamento de Informações para o Diagnóstico na Secretaria do Interior	Levantamento de informações sobre o território rural (trabalho, renda, educação, transporte, saúde, infra-estrutura, habitação e etc.)
	21/09/09	Levantamento de Informações para o Diagnóstico com a Secretaria Municipal de Habitação	Levantamento de informações sobre as intervenções públicas realizadas, localização, técnicas construtivas, custos públicos, cadastro habitacional e programas existentes
	21/09/09	Levantamento de Informações para o Diagnóstico com o Setor de Regularização Fundiária da Secretaria de Habitação	Levantamento de informações sobre as regularizações fundiárias realizadas e a realizar
	21/09/09	Levantamento de Informações para o Diagnóstico com Secretaria Municipal de Planejamento (SEPLAN)	Levantamento de informações sobre o Plano Diretor, solicitação de informações diversas sobre o planejamento municipal (legislações e mapeamentos existentes), bem como da produção habitacional antiga, quando a habitação ainda era um setor dentro da SEPLAN
	21/09/09	Levantamento de Informações para o Diagnóstico no Setor de Cadastro Multifinalitário da SEPLAN	Levantamento de informações sobre os vazios urbanos (cadastro territorial)

	21/09/09	Levantamento de Informações para o Diagnóstico no Setor de ITBI na Secretaria Municipal da Fazenda	Levantamento de informações sobre as transações imobiliárias, visando obter o valor da terra no território urbano
	22/09/09	Visita às áreas com o Secretário Municipal de Habitação	Conhecer de perto os problemas habitacionais de Passo Fundo e fazer registro fotográfico
	22/09/09	Levantamento de Informações para o Diagnóstico na Secretaria do Meio Ambiente	Levantamento de informações sobre o Plano Ambiental, legislação e fiscalização, buscando compreender as restrições ambientais e os conflitos com a habitação
	22/09/09	Levantamento de Informações junto ao Cadastro Único	Retirada de informações do banco de dados (Cadastro Único)
	01/10/09	Reunião com a Equipe da Secretaria Municipal de Habitação	Avaliação da instituição e o tema habitacional, bem como sua estruturação e corpo técnico
	21/10/09	Levantamento de Informações na Secretaria da Saúde	Coleta dos questionários e planejamento de reunião de retomada com os agentes de saúde
	04/11/09	Reunião de Retomada com os Agentes de Saúde	Apresentação, confirmação e complementação dos resultados dos trabalhos realizados em conjunto com os agentes de saúde
	04/11/09	Reunião com o Novo Coordenador do PLHIS	Planejamento das próximas atividades do PLHIS
	03/12/09	Reunião com o Coordenador do PLHIS de Passo Fundo	Discussão do Diagnóstico com o Coordenador do PLHIS e planejamento das próximas atividades (reunião com as equipes interna e externa e Audiência Pública)
	17/12/09	Reunião com Equipe Interna e Externa do PLHIS de Passo Fundo	Discussão sobre o Diagnóstico para o PLHIS de Passo Fundo

Quadro 03 – Reuniões e Debates com Agentes da Sociedade Local

Objetivos:	Coletar e sistematizar informações; integrar as distintas visões e preocupações da sociedade com relação ao problema habitacional; Promover o envolvimento dos distintos agentes; Avaliar a capacidade de integração da prefeitura com os agentes da sociedade.		
Processo Metodológico:	Sensibilização dos agentes da sociedade através de atividades de capacitação sobre a PNHIS; realização de reuniões a partir de pautas pré-definidas.		
Reuniões Realizadas:	19/02/09	Capacitação de Agentes da Sociedade (Capacitação Social)	Nivelamento de informações sobre o PLHIS, seu contexto, princípios e objetivos. Apresentação e mobilização para a elaboração do diagnóstico habitacional

	12/03/09	Reunião com Diretores de Escolas	Combinação de estratégia de divulgação do PLHIS: tarefa pedagógica (questionários por estudante sobre o tema habitacional e da cidade)
	26/03/09	Reunião com a UAMPAF	Aspectos gerais do PLHIS, avaliação inicial do tema habitacional e capacitação para levantamento de informações junto às associações de moradores
	21/09/09	Levantamento de Informações com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Dinâmica de atuação do Sindicato, parcerias com a COOHAF e percepções sobre a dinâmica na área rural (trabalho, renda, educação, transporte, saúde, infraestrutura, habitação e etc.)
	22/09/09	Reunião com o Conselho Municipal de Habitação	Relato do andamento do PLHIS e agendamento de próxima reunião sobre o PLHIS
	01/10/09	Reunião com os Empresários Locais	Dinâmica do Mercado Imobiliário x Habitação de Interesse Social, conflitos, potencialidades e linha de financiamento
	01/10/09	Reunião com o Conselho Municipal de Habitação	Compreensão da dinâmica de atuação do conselho, representatividade, critérios de atendimento da demanda, legislação, fundo local e expectativas em relação ao PLHIS
	02/10/09	Reunião com Lideranças Comunitárias (UAMPAF e MNLM)	Leitura Comunitária – relato do andamento do PLHIS e obtenção de percepções gerais sobre o tema habitacional e o acesso à cidade (trabalho, renda, educação, transporte, saúde, infra-estrutura, habitação e etc.)
	21/10/09	Reunião com o Presidente do IBGE de Passo Fundo (Sr. Jorge Bilhar)	Compreensão dos aspectos demográficos, das estimativas de população e domicílios para 2009, bem como a obtenção de alguns dados de bairros de Passo Fundo
	21/10/09	Reunião com a UAMPAF	Nova tentativa de obter informações das associações
	17/12/09	Reunião com Equipe Interna e Externa do PLHIS de Passo Fundo	Discussão sobre o Diagnóstico para o PLHIS de Passo Fundo
	17/12/09	AUDIÊNCIA PÚBLICA do DIAGNÓSTICO para o Plano Local de Habitação de Interesse Social de Passo Fundo	

2. CONTEXTO HISTÓRICO E A INSERÇÃO MICRORREGIONAL

2.1. Contexto Histórico⁴

As terras onde hoje se situa o município de Passo Fundo pertenciam ao município de Rio Pardo. Seus primeiros habitantes eram os indígenas tupi-guarani e jês, além dos caingangues (apelidados pelos colonizadores de “coroados”), que viviam da horticultura de subsistência (milho, erva-mate, feijão, mandioca e batata). Estes campos faziam parte da rota dos tropeiros, que desde o final do século XVII, forneciam gado para a região sudeste do país.

Na rota dos tropeiros surgiram algumas casas e armazéns. O primeiro morador branco de Passo Fundo foi o militar Manoel José das Neves, que em 1827 ganhou do governo imperial, terras para formar uma estância e morar com sua família, protegendo assim o território. A fundação das primeiras fazendas possibilitou o surgimento de povoados. Próximo da casa do fazendeiro, os agregados e escravos construam seus ranchos de acordo com suas possibilidades.

A localização, a paisagem e o solo fértil desta região atraíram outros aventureiros que construíram suas casas e se estabeleceram com suas famílias. Estes pioneiros dedicavam-se à profissão de fazendeiro, tropeiro, agricultor, advogado, comerciante ou militar. Muitas vezes era a mesma pessoa que ocupava várias funções.

Depois chegaram as famílias de imigrantes alemães, italianos, judeus e etc. Em 1834, Passo Fundo passou a constituir o 4º distrito de Cruz Alta. Durante a Revolução Farroupilha Passo Fundo reduziu a sua população, e somente com o seu fim é que novas famílias se estabeleceram na região.

Em janeiro de 1857, através do ato Nº. 340, o município de Passo Fundo foi instituído. A instalação do novo município e posse dos vereadores aconteceu no dia 7 de agosto do mesmo ano.

Em 1891 Passo Fundo foi elevado à categoria de cidade, quando contava com 16.000 habitantes, distribuídos em 80.000km². Neste período, as principais atividades eram: comércio de erva-mate, fumo, couros e crinas, alimentos, tecidos e utensílios.

Ainda na década de 1890 foi construída a ferrovia que ligava Passo Fundo a Porto Alegre, via Santa Maria. Nas proximidades da estrada de ferro que cruzava Passo Fundo

⁴ Adaptação do texto elaborado com o objetivo de instrumentalizar as professoras das escolas municipais de Passo Fundo, por Mariluci Melo Ferreira, Site da Prefeitura Municipal de Passo Fundo.

foram construídos armazéns, hotéis, restaurantes, cafés e muitas lojas. O número de habitantes aumentou, bem como a quantidade de vilas e bairros.

A parte mais antiga da cidade é o “Boqueirão”. Os mais ricos moravam em sobrados ao redor da Praça Marechal Floriano. Com o tempo, foram chegando outras famílias e então novas ruas foram abertas; as redes de água e esgoto e o sistema de iluminação pública foram melhorados; construíram-se novas praças, escolas, hospitais, casas de comércio e indústrias. No século XX desenvolveu-se a indústria madeireira, ervateira e torrefação de café. Também aumentou a produção de trigo e soja.

Desmembraram-se de Passo Fundo os atuais Municípios de Soledade, Erechim, Carazinho, Getúlio Vargas, Sarandi, Marau e Tapejara.

A composição municipal tem oito distritos, o da Sede (Passo Fundo), Coxilha, Campo do Meio, Ernestina, Pulador, Pontão, Bela Vista e São Roque.

Passo Fundo é referência de uma região que atrai anualmente milhares de pessoas em busca de recursos nas áreas de saúde, educação, prestação de serviços, emprego e moradia. É a maior cidade no Norte do Rio Grande do Sul, importante pólo rodoviário, por onde cruzam as principais estradas de ligação norte-sul (BR-153) e leste-oeste (BR-285), ligando-se a Porto Alegre pela BR-386 e RS-324. Possui também um aeroporto que recebe aeronaves de pequeno e médio porte, com vôos que ligam a região a Porto Alegre e São Paulo.

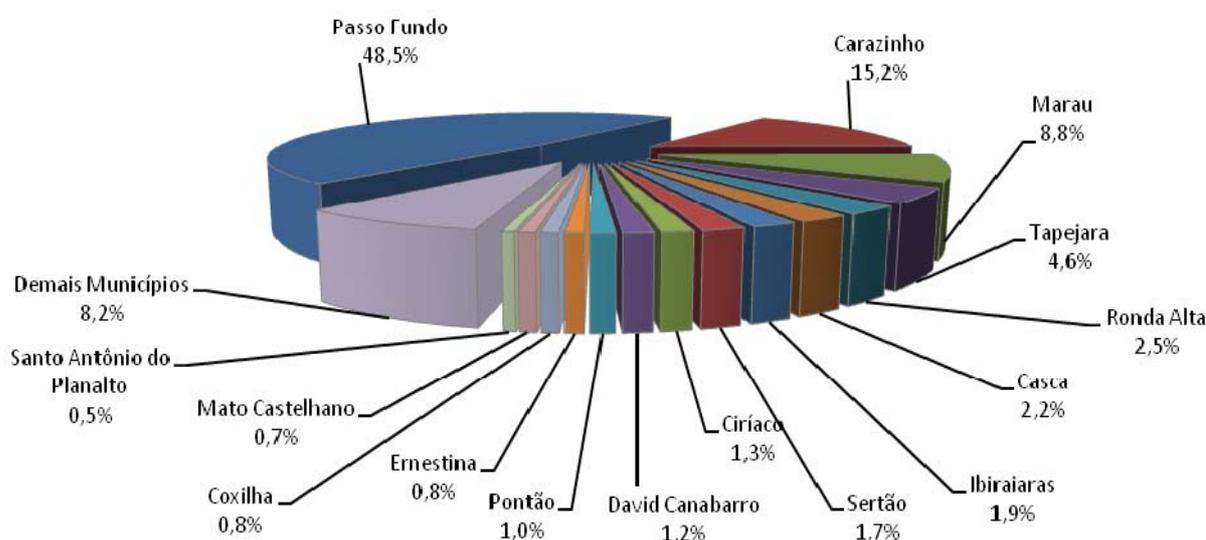
2.2. Inserção Microrregional

A Microrregião de Passo Fundo é composta por 26 municípios⁵. Destes, foram escolhidos 13, de acordo com a sua proximidade a Passo Fundo (municípios limítrofes) e maior população, a fim de serem analisados neste perfil, além de Carazinho e Santo Antônio do Planalto que pertencem à microrregião de Carazinho, mas também fazem divisa com Passo Fundo. Dentre estes, o município de Passo Fundo lidera o ranking populacional, correspondendo a 48,5% do total dos habitantes.

⁵ Água Santa, Camargo, Casca, Caseiros, Charrua, Ciríaco, Coxilha, David Canabarro, Ernestina, Gentil, Ibiraiaras, Marau, Mato Castelhano, Muliterno, Nicolau Vergueiro, Passo Fundo, Pontão, Ronda Alta, Santa Cecília do Sul (em 2001), Santo Antônio do Palma, São Domingos do Sul, Sertão, Tapejara, Vanini, Vila Lângaro e Vila Maria.

É importante destacar que Passo Fundo conta com os dados disponibilizados pelo IBGE, referente o *Censo Demográfico* realizado no ano 2000. Em 2007 o IBGE realizou uma *Contagem da População* em todos os municípios brasileiros que tinham até 170.000 habitantes. Desta forma, Passo Fundo não conta com estes dados. Portanto, para fins comparativos da evolução populacional, utilizaram-se os dados apresentados pela Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul (FEE) para o ano de 2008, apenas para o município de Passo Fundo.

Gráfico 01 – Proporção Populacional nos Municípios em Análise – 2007



Dados: IBGE

Na década de 1990, um pouco mais da metade dos municípios da microrregião apresentou tendência de crescimento populacional, os demais (Ciríaco, Coxilha, Mato Castelhana, Pontão, Ronda Alta, Santo Antônio do Planalto e Sertão) tiveram suas populações diminuídas. Nesse período, Passo Fundo cresceu 19,6%.

A partir do ano 2000, apenas 5 cidades apresentaram acréscimos populacionais: Marau (19,1%), Mato Castelhana (6,3%), Passo Fundo (9,9%), Santo Antônio do Planalto (1,4%) e Tapejara (15,8%).

Entre 1991 e 2007 Marau foi o município que mais cresceu na microrregião (52,5%) com Passo Fundo apresentando acréscimo populacional de 31,4%.

Tabela 01 – População Total nos Municípios em Análise

População Total nos Municípios em Análise			
Município	1991	2000	2007
Carazinho	52.688	59.894	58.196
Casca	7.620	8.440	8.381
Ciríaco	5.830	5.252	4.945
Coxilha	3.237	2.979	2.916
David Canabarro	4.186	4.740	4.704
Ernestina	3.849	3.941	3.010
Ibiraíaras	7.042	7.163	7.094
Marau	22.151	28.361	33.778
Mato Castelhana	3.151	2.454	2.608
Passo Fundo	140.877	168.458	185.147*
Pontão	5.673	3.904	3.904
Ronda Alta	10.920	10.051	9.654
Santo Antônio do Planalto	2.478	2.001	2.029
Sertão	7.841	7.466	6.663
Tapejara	12.574	15.115	17.500

Dados: IBGE – Censos e Contagem 2007

** Passo Fundo, por contar com população maior de 170.000 habitantes, não teve contagem populacional em 2007. Desse modo, utilizaram-se os dados da FEE para 2008 ao invés de 2007.*

Além do crescimento populacional, é importante que se analise o processo de urbanização da microrregião, bem como do Município de Passo Fundo. Foi o processo de urbanização intenso que o Brasil passou nas décadas de 60 e 70, aliado ao crescimento vegetativo e a incapacidade de atendimento público das novas demandas de moradia decorrentes, que determinou boa parte do déficit habitacional e urbano que se visualiza nos municípios brasileiros atualmente.

A população do município de Passo Fundo é predominantemente urbana. Entre 2000 e 2008 a população total de Passo Fundo cresceu 9,9%. Na área urbana, houve um acréscimo de 11% em relação ao número de habitantes de 2000, enquanto que, na rural, a população reduziu-se em 29%. Durante este período, a taxa de urbanização evoluiu em apenas 1 ponto percentual, passando de 97,2% para 98,2%.

Tabela 02 – População Urbana e Rural no Município de Passo Fundo

População Urbana e Rural		
	2000	2008*
População Total	168.458	185.147
Urbana	163.764	181.815
Rural	4.694	3.332
Taxa de Urbanização	97,2	98,2

Dados: IBGE

* Passo Fundo, por contar com população maior de 170.000 habitantes, não teve contagem populacional em 2007. Desse modo, utilizaram-se os dados da FEE para 2008 ao invés de 2007.

Na década de 1990, onze dos quinze municípios eram predominantemente rurais. Em 2000, eram dez os municípios com população residente predominantemente em área rural e, em 2007, somente seis. Desde 1991, o município de Passo Fundo já se configurava como o município mais urbanizado dentre os analisados. Sua taxa de urbanização era de 97,2% em 2000. Em 2008, segundo estimativa da FEE, a taxa de urbanização de Passo Fundo era de 98,2%.

Tabela 03 – Taxas de Urbanização (%)

Taxa de Urbanização (%)			
Município	1991	2000	2007
Carazinho	93,0	94,0	97,6
Casca	39,5	48,8	55,4
Ciríaco	31,7	39,4	48,7
Coxilha	34,7	54,4	59,7
David Canabarro	24,4	30,1	39,2
Ernestina	19,4	27,4	40,5
Ibiraiaras	32,6	43,5	48,4
Marau	69,4	80,6	85,1
Mato Castelhana	2,6	15,9	18,1
Passo Fundo	96,2	97,2	*
Pontão	7,3	27,7	38,8
Ronda Alta	36,6	43,7	54,4

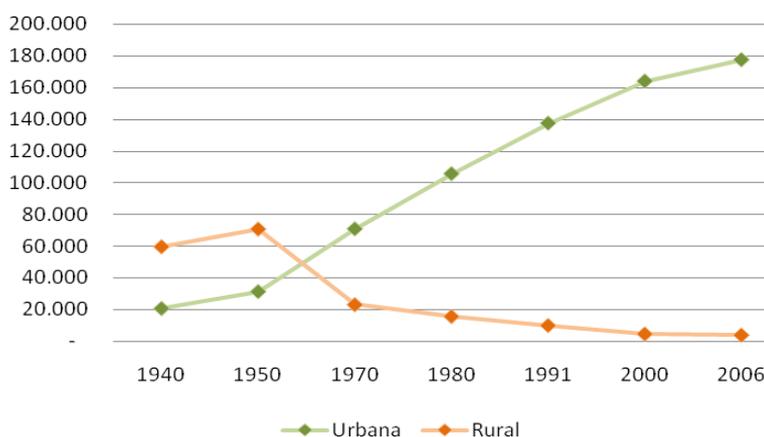
Santo Antônio do Planalto	24,1	45,2	56,9
Sertão	40,7	49,5	51,8
Tapejara	66,5	77,0	86,6

Dados: IBGE – Censos e Contagem 2007

* Passo Fundo, por contar com população maior de 170.000 habitantes, não teve contagem populacional em 2007.

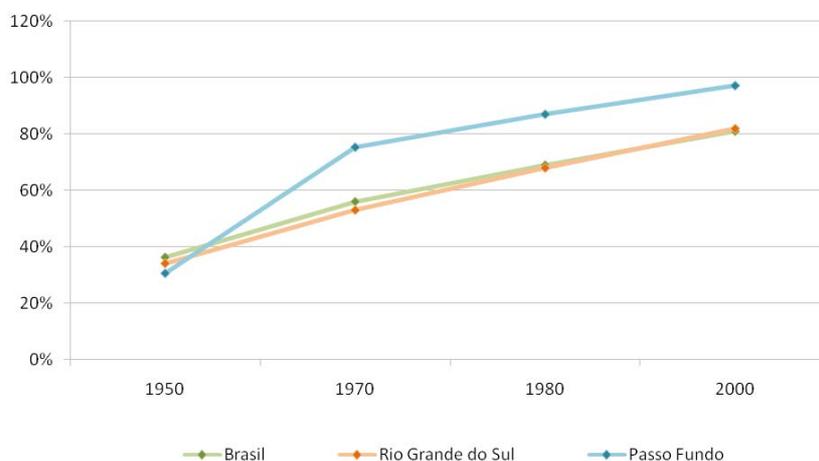
Os gráficos a seguir revelam o processo de urbanização de Passo Fundo desde a década de 40, mostrando que, comparativamente ao Rio Grande do Sul e ao Brasil, o processo de urbanização foi mais intenso a partir da década de 50.

Gráfico 02 – Evolução da População Urbana e Rural de Passo Fundo (1940-2006)



Dados: IBGE – Censos

Gráfico 03 – Evolução da Taxa de Urbanização de Passo Fundo Comparativamente à Evolução do Rio Grande do Sul e do Brasil



Dados: IBGE – Censos

Através das estimativas feitas para a população de Passo Fundo nos anos de 2007 (estimativa da FEE), 2008 (estimativa da FEE) e 2009 (estimativa do IBGE), tem-se que a tendência da população é de crescimento: em 2007, estimava-se 183.300 habitantes; em 2008, estimava-se 185.147; já em 2009, o IBGE estimou uma população total de 187.507 habitantes.

Além das questões relacionadas à população, outras análises são necessárias para a compreensão do papel de Passo Fundo na microrregião e para a qualificação do seu atual quadro sócio-econômico.

Destacam-se, do ponto de vista da economia local, os dados relativos ao VAB (Valor Agregado Bruto) e ao PIB (Produto Interno Bruto).

O Valor Agregado Bruto do município, no período de 2000 a 2007, cresceu 53,8%, sendo que do ano 2000 para 2001 decresceu um pouco, bem como do ano 2004 para 2005, recuperando-se em 2006 e 2007.

No período de 2000 a 2007 o setor secundário foi o único a apresentar variação negativa (-13,8%), ao passo que os setores da agropecuária e de serviços cresceram 24,7% e 85,3% em termos reais, respectivamente. E, nota-se que durante todo o período analisado, o setor de serviços sempre predominou.

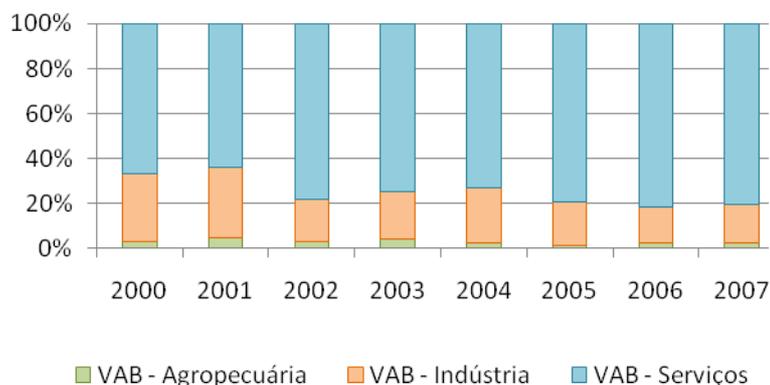
Conseqüentemente, a renda *per capita* do município de Passo Fundo aumentou 48,7% em termos reais entre 2000 e 2007, passando de R\$ 11.243 no ano 2000 para R\$16.723 em 2007.

Tabela 04 – Evolução do Valor Adicionado Bruto de Passo Fundo (2000 - 2007)
Valores de 2007

Ano	Renda <i>per capita</i>	VAB	VAB Agropecuária	VAB Indústria	VAB Serviços
2000	11.243	1.783.608	52.999	534.696	1.195.912
2001	10.732	1.705.023	78.069	538.357	1.088.597
2002	13.639	2.128.744	61.935	401.952	1.664.857
2003	14.749	2.319.727	89.821	489.197	1.740.710
2004	14.527	2.333.976	56.955	564.628	1.712.391
2005	13.798	2.243.916	26.147	438.192	1.779.578
2006	14.520	2.425.905	57.623	390.797	1.977.486
2007	16.723	2.743.327	66.088	461.030	2.216.209

Dados: FEE

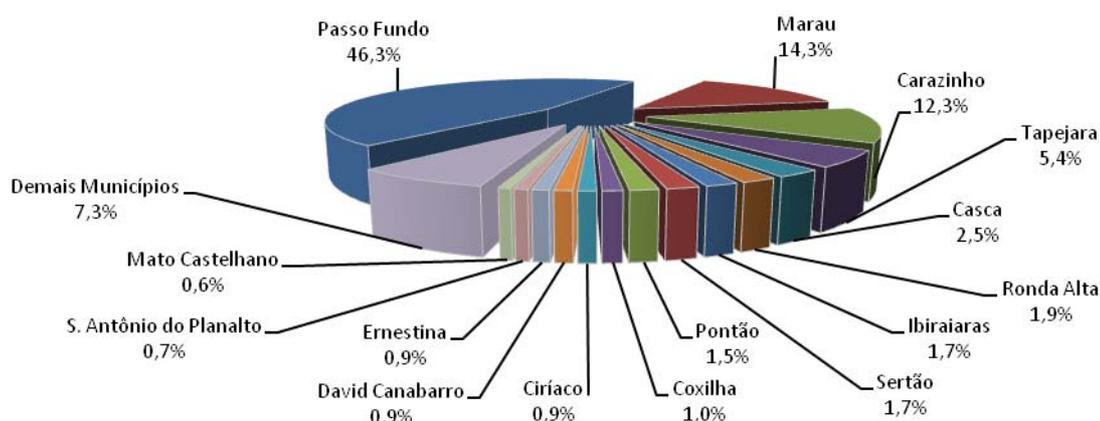
Gráfico 04 – Evolução do Valor Adicionado Bruto por Setores da Economia (2000 - 2007)
Valores de 2007



Dados: FEE

Em relação ao Produto Interno Bruto, o município de Passo Fundo é responsável por 46,3% do total do PIB. Marau e Carazinho respondem, respectivamente, por 14,3 e 12,3% do total, seguidos por Tapejara (5,4%), Casca (2,5%), Ronda Alta (1,9%), Ibiraiaras e Sertão (1,7% cada) e Pontão (1,3%). Coxilha e Ciríaco respondem por 1% (cada) do PIB total e são seguidos por David Canabarro (0,9%); Ernestina (0,9%); Santo Antônio do Planalto (0,7%) e Mato Castelhana (0,6%). Os demais municípios da microrregião de Passo Fundo representam 7,3% do PIB total.

Gráfico 05 – Proporção do PIB nos Municípios em Análise (2007)



Dados: FEE

Em termos reais, os municípios contemplados neste perfil cresceram em média 42,3% entre 2000 e 2007. Nesse período, Passo Fundo foi o terceiro município que mais cresceu (60,2%), ficando atrás somente de Tapejara (95,5%) e Pontão (83%). Neste período, o PIB do Estado do Rio Grande do Sul cresceu 32,6%.

Tabela 05 – PIB (R\$ mil) – Valores de 2007

PIB (R\$ mil) - Valores de 2007		
	2000	2007
Passo Fundo	1.913.534	3.065.273
Marau	866.443	942.873
Carazinho	646.496	814.632
Tapejara	183.738	359.148
Casca	111.770	166.665
Ronda Alta	95.673	122.503
Ibiraiaras	72.332	111.198
Sertão	72.083	111.402
Pontão	53.245	97.447
Coxilha	47.858	69.238
Ciríaco	47.195	62.803
David Canabarro	53.358	62.362
Ernestina	37.362	57.731
S. Antônio do Planalto	32.772	46.109
Mato Castelhano	39.419	42.914
Demais Municípios	407.864	483.048
RS	133.198.810	176.615.073

Dados: FEE

Em relação ao PIB *per capita*, Ernestina foi o município que obteve o maior crescimento (102,6%), seguido por Pontão (81,3%) e Tapejara (70,3%). Mais uma vez, o PIB *per capita* de Passo Fundo apresentou aumento real, na ordem de 48,7%. Nesse quesito, de 2000 a 2007, os municípios em questão apresentaram, em média, crescimento de 46,2%, enquanto que o Estado cresceu em média, 28,5%.

Tabela 06 – PIB *per capita* (R\$) - Valores de 2007

PIB <i>per capita</i> (R\$) - Valores de 2007		
	2000	2007
Marau	30.118	27.914
Pontão	13.766	24.961
S. Antônio do Planalto	16.387	22.725
Coxilha	16.086	23.744
Tapejara	12.055	20.523
Casca	13.195	19.886
Passo Fundo	11.243	16.723
Ernestina	9.465	19.180
Sertão	9.723	16.720
Ibiraíaras	10.118	15.675
Mato Castelhano	15.966	16.455
Carazinho	10.723	15.029
Ciríaco	9.054	12.700
Ronda Alta	9.569	12.689
David Canabarro	11.244	13.257
RS	12.989	16.689

Dados: FEE

Da mesma forma, analisando-se o quadro dos empregos formais em Passo Fundo, a partir do número de admitidos e demitidos em cada ano, bem como seu saldo total (a diferença entre essas duas variáveis), notamos que o município apresentou saldo positivo em todos os anos de 2000 a 2009.

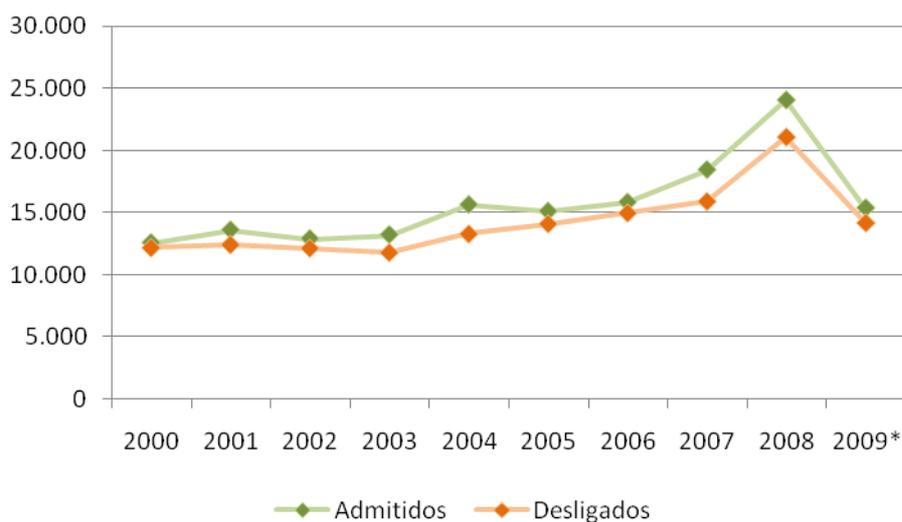
Tabela 07 – Empregos em Passo Fundo – Média Anual

Ano	Admitidos	Desligados	Saldo
2000	12.588	12.227	361
2001	13.611	12.476	1.135
2002	12.913	12.193	720
2003	13.229	11.842	1.387
2004	15.649	13.335	2.314
2005	15.111	14.141	970
2006	15.843	15.009	834
2007	18.455	15.942	2.513
2008	24.050	21.101	2.949
2009*	15.384	14.221	1.163

* Média parcial de 2009 (jan a ago)

Dados: Ministério do Trabalho e Emprego

**Gráfico 06 – Comparativo ao Longo dos Anos (Admitidos x Desligados)
Média Anual**



* Média parcial de 2009 (jan a ago)

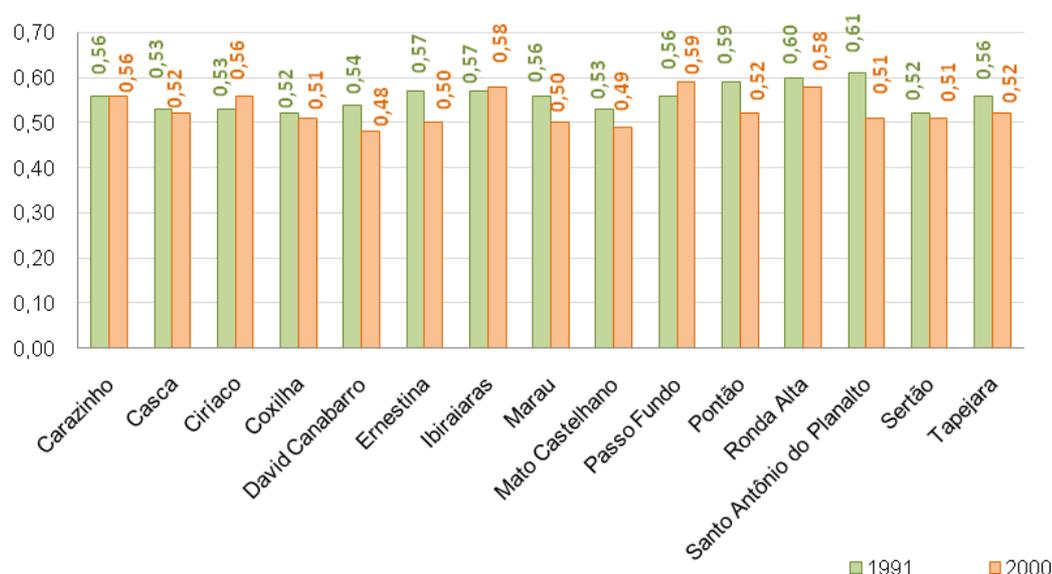
Dados: Ministério do Trabalho e Emprego

Para melhor compreender a estrutura sócio-econômica de Passo Fundo e o grau de desenvolvimento em que o município se encontra, é necessário também que sejam avaliados outros indicadores. Para isto, recorre-se aos índices: Gini, IDESE e IDH.

Analisando-se o Índice de Gini⁶ dos 15 municípios analisados, observa-se que de 1991 para 2000, apenas 3 municípios aumentaram seus índices, ou seja, aumentaram a sua concentração de renda; dentre estes está Passo Fundo.

É importante observar que o maior índice encontrado, no ano 2000, nos municípios analisados foi o de Passo Fundo (0,59), índice igual ao do Estado do Rio Grande do Sul.

Gráfico 07 – Índice de Gini dos Municípios em Análise



Dados: IBGE - Censos

Outro indicativo de maior ou menor concentração da renda na sociedade é a proporção de famílias por faixas de renda. A tabela a seguir foi elaborada com base nos dados do Censo de 2000.

Comparando-se os dados de Passo Fundo com os dados da Microrregião e do Estado, em relação à proporção de famílias com renda até 3 salários mínimos (2000), percebe-se que há uma menor proporção em Passo Fundo, na medida em que 31,94% do total das

⁶ O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um. O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. Na prática, o Índice de Gini costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos e a sua fonte de informações é o Censo.

famílias tinham renda de até 3 salários mínimos, enquanto que na Microrregião de Passo Fundo eram 35,97%, e no Rio Grande do Sul eram 38,24%.

No outro extremo, 22,95% das famílias de Passo Fundo ganhavam mais de 10 salários mínimos; na Microrregião apenas 19,18% das famílias, e no Estado 18,81%.

Assim, comparativamente aos municípios da Microrregião e ao Estado do Rio Grande do Sul, Passo Fundo apresenta uma menor concentração de famílias com menor renda e uma maior concentração de famílias com maior renda, segundo os dados do Censo de 2000.

Tabela 08 – Proporção de Famílias por Faixas de Renda

Famílias Residentes em Domicílios Particulares com Rendimento Familiar (%)				
Situação do Domicílio	Classes de Rendimento Nominal Mensal Familiar	Rio Grande do Sul	Microrregião	Passo Fundo
Total	Total	100	100	100
	Até 3 salários mínimos	38,24	35,97	31,94
	Mais de 3 a 5 salários mínimos	20,24	21,53	21,01
	Mais de 5 a 10 salários mínimos	22,7	23,33	24,11
	Mais de 10 salários mínimos	18,81	19,18	22,95
Urbana	Total	82,43	78,32	97,23
	Até 3 salários mínimos	28	25,45	30,5
	Mais de 3 a 5 salários mínimos	16,86	17,06	20,56
	Mais de 5 a 10 salários mínimos	20,01	19,05	23,64
	Mais de 10 salários mínimos	17,56	16,76	22,54
Rural	Total	17,57	21,68	2,77
	Até 3 salários mínimos	10,25	10,51	1,44
	Mais de 3 a 5 salários mínimos	3,39	4,47	0,46
	Mais de 5 a 10 salários mínimos	2,69	4,28	0,47
	Mais de 10 salários mínimos	1,24	2,41	0,41

Dados: IBGE – Censo de 2000

Para avaliar de forma mais ampla a situação sócio-econômica de Passo Fundo, recorre-se ao Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE). O índice foi desenvolvido pela Fundação de Economia e Estatística (FEE) no Rio Grande do Sul. O IDESE é um índice sintético, inspirado no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que abrange um conjunto

amplo de indicadores sociais e econômicos classificados em quatro blocos temáticos: Educação; Renda; Saneamento e Domicílios e Saúde, de acordo com a seguinte definição⁷:

- O bloco *Domicílios e Saneamento* é composto pelos seguintes indicadores: proporção de domicílios abastecidos com água tratada, proporção de domicílios atendidos pela rede geral de esgoto ou pluvial e média de moradores por domicílio. É importante assinalar que os indicadores de esgotamento sanitário não incluem a fossa séptica, o que explica os baixos valores para os municípios que apresentam predomínio de população rural;
- O bloco *Educação* é composto pela taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos e mais de idade, taxa de evasão no ensino fundamental, taxa de reprovação no ensino fundamental e taxa de atendimento no ensino médio;
- Para o bloco *Saúde* foi utilizado o percentual de crianças nascidas com pouco peso, a taxa de mortalidade de menores de 5 anos e a expectativa de vida ao nascer;
- O bloco *Renda* é calculado pelo Produto Interno Bruto *per capita* e o Valor Adicionado Bruto *per capita* do comércio, alojamento e alimentação.

Assim como no IDH, as unidades geográficas podem ser classificadas pelos índices em três grupos: *baixo desenvolvimento* (índices até 0,499), *médio desenvolvimento* (entre 0,500 e 0,799) e *alto desenvolvimento* (maiores ou iguais que 0,800).

A vantagem deste índice para o diagnóstico de Passo Fundo é que, além de ser anual e estar atualizado até 2005, ele avalia as condições de Saneamento e Domicílios, o que se constitui numa informação essencial para o desenvolvimento do Plano Local de Habitação de Interesse Social.

Ao analisarmos o IDESE de Passo Fundo, percebemos que, em relação ao ano de 2000, quando ocupava o 21º lugar, piorou em 2001, quando passou a ocupar o 28º lugar. Nos anos seguintes manteve um crescimento gradual, com exceção do ano de 2004. O melhor índice obtido foi em 2006 (0,79). Em todos os anos, o índice de Passo Fundo o classificou como região de médio desenvolvimento. Os índices em que o município ocupa uma posição de região de alto desenvolvimento são educação, renda e saúde.

Em relação aos níveis de educação, o município também caiu no ranking, passou da 107ª posição, no ano de 2000, para a 180ª, no ano de 2006, embora com uma pequena melhora em seu índice, de 0,857 para 0,861. Sua posição no ranking da renda manteve-se a mesma (16º lugar), embora com uma pequena melhora no índice que passou de 0,807

⁷ Atlas Sócio-Econômico Rio Grande do Sul (<http://www.scp.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=449>).

para 0,832. O ranking do saneamento e domicílios também se manteve o mesmo (23º lugar), embora com uma pequena melhora no índice, que passou de 0,649 para 0,654. No item saúde, Passo Fundo passou do 463º lugar para o 488º, embora com uma pequena melhora no seu índice, passando de 0,802 para 0,812.

Tabela 09 – IDESE – Município de Passo Fundo

Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDese) – Passo Fundo										
Série Histórica	Educação		Renda		Saneamento e Domicílios		Saúde		IDese	
	Índice	Ordem	Índice	Ordem	Índice	Ordem	Índice	Ordem	Índice	Ordem
2006	0,861	180º	0,832	16º	0,654	23º	0,812	488º	0,79	18º
2005	0,860	179º	0,817	16º	0,653	22º	0,807	487º	0,785	21º
2004	0,865	166º	0,827	39º	0,653	22º	0,792	492º	0,784	21º
2003	0,868	153º	0,830	41º	0,653	22º	0,797	492º	0,787	22º
2002	0,863	139º	0,813	20º	0,652	22º	0,808	486º	0,784	20º
2001	0,858	123º	0,782	50º	0,651	22º	0,802	489º	0,773	28º
2000	0,857	107º	0,807	16º	0,649	23º	0,802	463º	0,779	21º

Dados: FEE

Dentre os municípios estudados, Passo Fundo possuía o melhor IDESE em 2006 (ficando na 18ª posição no ranking estadual) e era seguido por Marau e Carazinho (39º e 43º lugar no ranking estadual, respectivamente). Ernestina era o município com pior índice do IDESE, ficando com a 395ª posição no Estado.

No bloco da Educação, Passo Fundo era o oitavo município com o melhor índice (0,861), ficando no 180º lugar no Estado. Coxilha era o último nesse quesito, com índice 0,816 e sua posição no ranking estadual era de 396ª.

No bloco Renda, Pontão liderava o ranking dos municípios em questão, com índice de 0,837. Em segundo lugar estava Passo Fundo, com índice de 0,832 e 16º lugar no ranking estadual. Na última colocação estava David Canabarro.

No bloco Saneamento e Domicílios, Passo Fundo ocupava a primeira posição, tendo o 23º posto no ranking estadual. Em segundo lugar ficava Marau e em terceiro encontrava-se Carazinho. Cabe notar que, dos 15 municípios analisados, 12 eram considerados de baixo nível de desenvolvimento, com destaque para Mato Castelhano, onde o índice nesse quesito era de 0,058 (6º pior município do Estado).

Por fim, no bloco Saúde, Ronda Alta apresentava o melhor índice dentre estes municípios e ocupava o 100º lugar no ranking estadual. Nesse quesito, Passo Fundo ocupava o último lugar no ranking entre os municípios analisados, estando na 488ª posição no Estado.

Entre 2000 e 2006, percebemos que quase todos os municípios em análise obtiveram melhora em seus índices. As exceções foram os municípios de Coxilha e Marau.

Tabela 10 – IDESE 2006 – Municípios em Análise

Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDese) - 2006										
Município	Educação		Renda		Saneamento e Domicílios		Saúde		IDese	
	Índice	Ordem	Índice	Ordem	Índice	Ordem	Índice	Ordem	Índice	Ordem
Carazinho	0,883	74º	0,779	78º	0,583	54º	0,834	421º	0,77	43º
Casca	0,887	62º	0,788	67º	0,324	286º	0,854	289º	0,713	171º
Ciríaco	0,828	339º	0,712	173º	0,421	178º	0,838	393º	0,7	206º
Coxilha	0,816	396º	0,742	124º	0,349	256º	0,838	393º	0,686	237º
David Canabarro	0,847	253º	0,673	249º	0,227	372º	0,854	289º	0,65	348º
Ernestina	0,867	152º	0,733	136º	0,064	464º	0,854	285º	0,63	395º
Ibiraiaras	0,876	91º	0,805	42º	0,442	157º	0,838	393º	0,74	95º
Marau	0,855	207º	0,807	41º	0,583	55º	0,839	392º	0,771	39º
Mato Castelhana	0,939	7º	0,697	194º	0,058	491º	0,838	393º	0,633	383º
Passo Fundo	0,861	180º	0,832	16º	0,654	23º	0,812	488º	0,79	18º
Pontão	0,838	295º	0,837	14º	0,060	486º	0,824	472º	0,639	368º
Ronda Alta	0,834	314º	0,745	115º	0,334	278º	0,878	100º	0,698	215º
Santo Antônio do Planalto	0,864	169º	0,831	18º	0,335	276º	0,866	190º	0,724	140º
Sertão	0,943	5º	0,708	178º	0,349	257º	0,854	294º	0,713	169º
Tapejara	0,839	292º	0,819	28º	0,484	130º	0,825	464º	0,742	91º
RS	0,854	-	0,781	-	0,569	-	0,850	-	0,763	-

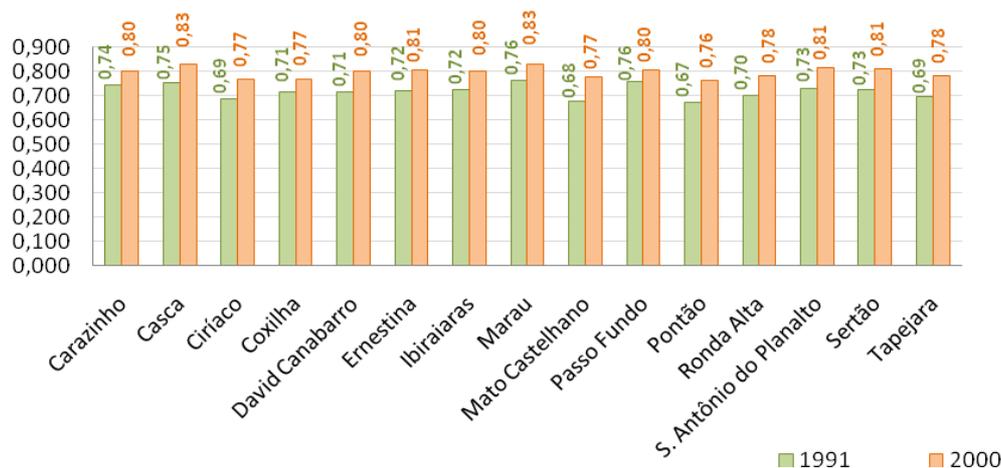
Dados: FEE

Para concluir a construção do perfil sócio-econômico de Passo Fundo e a análise da relação do município com os demais da microrregião, verifica-se o IDH.

Ao verificar a evolução do IDH de 1991 para 2000, percebe-se que todos os municípios analisados melhoraram consideravelmente seus índices. Já em 2000, sete dos quinze municípios analisados tinham IDH superior a 0,8, compatível com regiões de alto

desenvolvimento, sendo que em 1991 todos eles se encaixavam em municípios de desenvolvimento médio. Passo Fundo fica em 6º lugar no ranking dos melhores índices dentre os municípios em análise, estando atrás apenas de Marau, Casca, Santo Antônio do Planalto, Sertão e Ernestina.

Gráfico 08 – IDH nos Municípios em Análise – 1991 e 2000



Dados: IBGE – Censos

A tabela a seguir demonstra a posição do IDH dos municípios em relação aos demais no Rio Grande do Sul e em relação aos municípios brasileiros.

Tabela 11 – IDH 2000 – Posição dos Municípios em Análise

IDH - Ranking dos Municípios (2000)		
	Rio Grande do Sul	Brasil
Carazinho	176º	576º
Casca	49º	136º
Ciríaco	301º	1339º
Coxilha	301º	1339º
David Canabarro	179º	597º
Ernestina	142º	444º
Ibiraiaras	168º	540º
Marau	45º	130º
Mato Castelhanos	285º	1194º
Passo Fundo	152º	478º

Pontão	341º	1544º
Ronda Alta	260º	1040º
Santo Antônio do Planalto	106º	316º
Sertão	123º	385º
Tapejara	260º	1040º

Dados: IBGE – Censo 2000

A composição do IDH em cada município analisado é apresentada a seguir:

Em relação aos dados de educação, o desenvolvimento da região é considerado alto, já que todos os municípios possuem IDH maior que 0,8. Passo Fundo, juntamente com Carazinho, é justamente onde este índice é o mais alto, 0,912. Além disso, Ciríaco é onde esse índice é o mais baixo, 0,844.

Em relação à longevidade da população, seis dos municípios se enquadram em regiões de alto desenvolvimento. O município com o melhor índice é Santo Antônio do Planalto (0,852), enquanto o indicador mais baixo é o de Passo Fundo e Tapejara (ambos com índice igual a 0,725).

Quanto aos dados de renda, todos os municípios apresentam índices de regiões de desenvolvimento médio, sendo que Passo Fundo ocupa mais uma vez o 1º lugar (0,775), enquanto que o último lugar pertence a Pontão (0,669).

Tabela 12 – Composição do IDH 2000 nos Municípios em Análise

Composição do IDH em 2000			
	Educação	Longevidade	Renda
Carazinho	0,912	0,752	0,733
Casca	0,899	0,827	0,761
Ciríaco	0,844	0,781	0,682
Coxilha	0,850	0,781	0,677
David Canabarro	0,867	0,827	0,700
Ernestina	0,886	0,829	0,704
Ibiraiaras	0,893	0,781	0,729
Marau	0,911	0,827	0,751
Mato Castelhanos	0,862	0,781	0,678
Passo Fundo	0,912	0,725	0,775
Pontão	0,878	0,737	0,669
Ronda Alta	0,867	0,781	0,691

S. Antônio do Planalto	0,896	0,852	0,690
Sertão	0,894	0,827	0,706
Tapejara	0,901	0,725	0,714

Dados: IBGE – Censo 2000

* * *

A presente caracterização do perfil sócio-econômico de Passo Fundo é uma base para a compreensão do processo que determinou os problemas habitacionais, que hoje se verifica em seu território.

Destaca-se a seguir, algumas considerações importantes para sintetizarmos esta caracterização:

- Passo Fundo teve um ritmo de crescimento populacional significativo, tanto nas décadas mais antigas como na década de 90 e na primeira década de 2000. Este é um fator muito importante na análise do quadro das necessidades habitacionais atuais e futuras;
- Do ponto de vista do desenvolvimento econômico, Passo Fundo apresentou resultados bastante positivos sendo, no geral, um dos melhores resultados da microrregião, com índices de desenvolvimento acima da média do Estado do Rio Grande do Sul. No que diz respeito ao PIB, seu crescimento ficou bastante acima das taxas gaúchas e, da mesma forma, em relação ao PIB *per capita*;
- No que diz respeito à concentração de renda, situação que interfere diretamente na proporção de problemas habitacionais, verifica-se que Passo Fundo aumentou a sua concentração de renda entre 1991 e 2000, ficando com o índice igual ao do Estado do Rio Grande do Sul. A proporção de famílias com renda de até 3 salários mínimos também revela esta situação de concentração de renda, porém numa proporção um pouco melhor do que na Microrregião de Passo Fundo e no Estado do Rio Grande do Sul;
- Os índices IDESE e IDH revelam quesitos nos quais Passo Fundo deve avançar para que possa proporcionar a sua população uma boa condição de moradia.

No próximo capítulo, será analisado o comportamento da população no território municipal.

3. O QUADRO DE NECESSIDADES HABITACIONAIS LOCAL

Para a quantificação e qualificação do quadro das necessidades habitacionais de Passo Fundo, estimando-se a demanda por soluções de moradia de interesse social, adotou-se três estratégias principais:

- análise e atualização dos dados trabalhados pela Fundação João Pinheiro (com base no Censo de 2000);
- levantamento realizado pelos agentes de saúde locais sobre problemas habitacionais;
- análise do cadastro da Secretaria Municipal de Habitação;
- análise do estudo “BEIRA TRILHOS”.

Agrega-se a estas estratégias, para fins de melhor compreensão da realidade local, uma leitura perceptiva de problemas habitacionais, construída a partir do auxílio de lideranças comunitárias e gestores municipais.

É importante que se destaque que não fez parte do escopo deste trabalho, amplos levantamentos de campo ou cadastramento de famílias de baixa renda. Assim, o quadro de necessidades habitacionais aqui apresentados, revela apenas uma aproximação da realidade, base suficiente para a identificação e localização dos principais problemas e, conseqüentemente, para o desenho das estratégias de ação⁸.

3.1. Dados da Fundação João Pinheiro⁹

Estudos desenvolvidos pela Fundação João Pinheiro com base no Censo de 2000, apresentam o quadro das necessidades habitacionais do Brasil, detalhando dados para os municípios brasileiros com, no mínimo, de 20 mil habitantes urbanos. Para este detalhamento a Fundação João Pinheiro estabelece duas categorias: o déficit e a inadequação habitacional. Tais categorias estão descritas no quadro a seguir:

⁸ Terceira etapa deste PLHIS.

⁹ A Fundação João Pinheiro é uma instituição pública estadual vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais voltada para a realização de projetos de pesquisa aplicada, consultorias, desenvolvimento de recursos humanos e ações de apoio técnico ao Sistema Estadual de Planejamento. Atua nas áreas da administração pública e privada, avaliação de políticas públicas, economia, demografia, estudos históricos, culturais, municipais e político-sociais. (<http://www.fjp.mg.gov.br>).

Quadro 04 – Conceitos Utilizados pela Fundação João Pinheiro

DÉFICIT HABITACIONAL	Representa a necessidade de construção de novas moradias para a solução de problemas sociais. O conceito utilizado está ligado diretamente às deficiências do estoque de moradias	DOMICÍLIOS¹⁰ RÚSTICOS	Não apresentam paredes de alvenaria ou madeira aparelhada, o que resulta em desconforto para seus moradores e risco de contaminação por doenças
		DOMICÍLIOS IMPROVISADOS	Locais destinados a fins não-residenciais, mas que servem de moradia.
		COABITAÇÃO FAMILIAR	Compreende a soma das famílias conviventes secundárias que vivem junto à outra família em um mesmo domicílio e das que vivem em cômodos, cedidos, alugados ou próprios
INADEQUAÇÃO DOS DOMICÍLIOS URBANOS	As habitações inadequadas são as que não proporcionam a seus moradores condições desejáveis de habitabilidade, o que não implica, contudo, necessidade de construção de novas unidades. Tomou-se o cuidado de excluir do estoque a ser analisado os domicílios inseridos em alguma das categorias do déficit habitacional. Ao contrário desse, os critérios adotados para a inadequação habitacional não são mutuamente exclusivos, e, portanto, não podem ser somados, sob risco de múltipla contagem (uma mesma moradia pode ser simultaneamente inadequada segundo vários critérios)	ADENSAMENTO URBANO EXCESSIVO	Ocorre quando o domicílio apresenta um número médio de moradores superior a três por dormitório
		INADEQUAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA	Refere-se aos casos em que pelo menos um dos moradores do domicílio declara a propriedade da moradia, mas afirma não possuir total ou parcialmente, o terreno ou a fração ideal de terreno (no caso de apartamento) em que aquela se localiza
		CARÊNCIA DE INFRA-ESTRUTURA	Ocorre quando o domicílio não dispõe de ao menos um dos seguintes serviços básicos: iluminação elétrica, rede geral de abastecimento de água com canalização interna, rede geral de esgotamento sanitário ou fossa séptica e coleta de lixo
		DOMICÍLIOS SEM BANHEIRO	Ocorre quando o domicílio não dispõe de unidade sanitária exclusiva

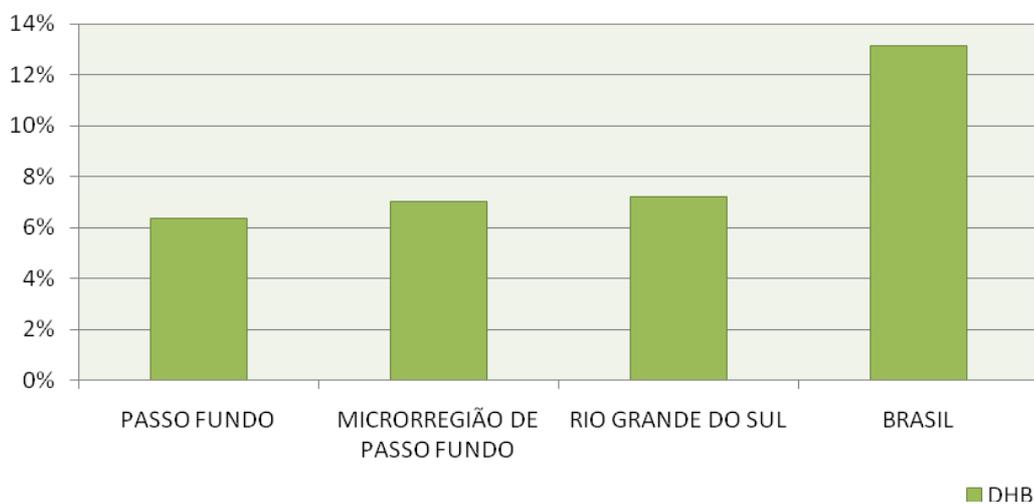
Dados: FJP, 2005

¹⁰ A Fundação João Pinheiro considera domicílio a moradia estruturalmente independente, constituída por um ou mais cômodos, com entrada privativa por extensão, edifícios em construção, embarcações, veículos, barracas, tendas, grutas e outros locais que estavam na data do censo, servindo de moradia, também foram considerados como domicílios.

3.1.1. Déficit Habitacional segundo o Censo 2000

O déficit habitacional básico total da Microrregião de Passo Fundo, segundo a FJP, está na ordem de 7,01% de seus domicílios particulares permanentes¹¹, o que representa uma taxa um pouco menor do que a taxa do Estado do Rio Grande do Sul, 7,20%. Passo Fundo apresenta uma proporção ainda menor, na ordem de 6,37%.

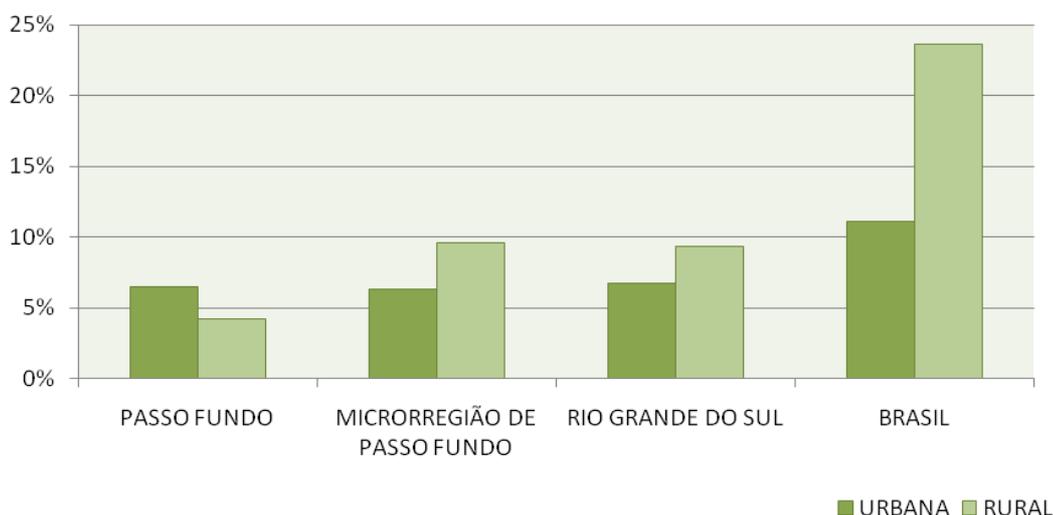
Gráfico 09 – Comparativo do Déficit Habitacional Total



Dados: FJP, 2005

No que diz respeito à diferenciação entre a parcela urbana e rural deste déficit, verifica-se que o déficit habitacional urbano em Passo Fundo, proporcionalmente, é maior do que o rural, situação diferente da que ocorre na microrregião, no Estado e no Brasil. Contudo, ao observarmos os números absolutos, verificamos que em todas as escalas o déficit se concentra majoritariamente na área urbana.

¹¹ Por “domicílio particular permanente” entende-se: “local de moradia estruturalmente separado e independente, destinado à habitação de uma pessoa ou grupo de pessoas cujo relacionamento é ditado por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência. É localizado em imóvel destinado à moradia e classificado como: casa, apartamento ou cômodo”. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatísticas e Informações. Déficit Habitacional no Brasil. 2ed. Brasília, 2006).

Gráfico 10 – Comparativo do Déficit Habitacional Proporcional nas Áreas Urbanas e Rurais


Dados: FJP, 2005

Tabela 13 – Déficit Habitacional Básico

DÉFICIT HABITACIONAL	ABSOLUTO			% DO TOTAL DOS DOMICÍLIOS		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
PASSO FUNDO	3.156	3.097	59	6,37%	6,44%	4,17%
MICRORREGIÃO DE PASSO FUNDO	6.066	4.304	1.762	7,01%	6,31%	9,60%
RIO GRANDE DO SUL	218.784	169.151	49.633	7,20%	6,74%	9,38%
BRASIL	5.890.139	4.140.088	1.750.051	13,15%	11,08%	23,63%

Dados: FJP, 2005

De outra sorte, a Fundação João Pinheiro aponta também uma diferenciação entre o que compõe o déficit habitacional básico urbano e rural de forma geral no Brasil, no do Rio Grande do Sul, na Microrregião e, mais precisamente, em Passo Fundo. No âmbito urbano, a coabitação é o componente mais significativo em todas as instâncias pesquisadas. Já no rural, no âmbito nacional, o principal componente é o dos domicílios rústicos, graças à relevância deste problema especialmente nas regiões Norte e Nordeste do país. E no universo gaúcho, tanto no Estado quanto na Microrregião, o principal componente deste déficit é a coabitação. Em Passo Fundo, a coabitação é responsável por 100% do déficit rural.

A coabitação é, portanto, o problema habitacional mais recorrente e este é um complicador do ponto de vista da elaboração do diagnóstico de um município. Trata-se de um problema “invisível” aos olhos da maior parte dos segmentos das administrações públicas, na medida em que somente é detectado quando as análises extrapolam o limite do ambiente público (as ruas, a caracterização externa dos domicílios) e passam a identificar os problemas inseridos dentro das casas, nas composições familiares. Portanto, é um problema identificado normalmente por aqueles que trabalham com as famílias e os cidadãos diretamente, como os setores de assistência social e da saúde, por exemplo.

Tabela 14 – Déficit Habitacional Básico por Componente

DÉFICIT HABITACIONAL BÁSICO	URBANO			RURAL		
	Improvistos	Coabitação	Rústico	Improvistos	Coabitação	Rústico
PASSO FUNDO	129	2.829	139	-	59	X
MICRORREGIÃO DE PASSO FUNDO	175	3.974	155	125	1.612	25
RIO GRANDE DO SUL	6.094	149.327	13.730	4.579	37.360	7.694
BRASIL	145.674	3.243.863	750.551	101.109	520.478	1.128.464

Dados: FJP, 2005

Tabela 15 – Participação dos Componentes no Déficit Habitacional (%)

DÉFICIT HABITACIONAL BÁSICO	URBANO			RURAL		
	Improvistos	Coabitação	Rústico	Improvistos	Coabitação	Rústico
PASSO FUNDO	4,17%	91,35%	4,49%	-	100,00%	X
MICRORREGIÃO DE PASSO FUNDO	4,07%	92,33%	3,60%	7,09%	91,49%	1,42%
RIO GRANDE DO SUL	3,60%	88,28%	8,12%	9,23%	75,27%	15,50%
BRASIL	3,52%	78,35%	18,13%	5,78%	29,74%	64,48%

Dados: FJP, 2005

Outra informação importante para a elaboração de um Plano Local de Habitação de Interesse Social que a Fundação João Pinheiro nos apresenta, é a segmentação de alguns componentes do déficit urbano por faixa de renda¹². Analisando-se os dados verifica-se que no geral, a concentração dos problemas habitacionais é maior nas famílias com renda de até 3 salários mínimos, situação que se repete em todas as esferas de análise, com exceção na

¹² A FJP segmenta esta informação para as seguintes situações: domicílios improvisados, famílias conviventes e moradia em cômodos. As duas últimas situações compõem a coabitação familiar.

categoria “Domicílios Improvisados”, onde a concentração é maior na faixa de renda de “mais de 5 a 10 salários mínimos” em Passo Fundo¹³.

**Tabela 16 – Componentes do Déficit Habitacional Urbano por Faixa de Renda
Domicílios Improvisados**

Domicílios Improvisados	Até 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5 a 10	Mais de 10
PASSO FUNDO	30,23%	10,85%	58,14%	0,78%
MICRORREGIÃO DE PASSO FUNDO	46,29%	8,00%	45,14%	0,57%
RIO GRANDE DO SUL	58,04%	16,66%	16,20%	9,11%
BRASIL	67,01%	14,51%	11,74%	6,74%

Dados: FJP, 2005

**Tabela 17 – Componentes do Déficit Habitacional Urbano por Faixa de Renda
Famílias Conviventes**

Famílias Conviventes	Até 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5 a 10	Mais de 10
PASSO FUNDO	69,55%	16,58%	10,19%	3,68%
MICRORREGIÃO DE PASSO FUNDO	68,49%	17,35%	11,10%	3,06%
RIO GRANDE DO SUL	69,23%	16,17%	10,60%	4,00%
BRASIL	76,69%	11,54%	8,20%	3,57%

Dados: FJP, 2005

**Tabela 18 – Componentes do Déficit Habitacional Urbano por Faixa de Renda
Cômodos**

Cômodos	Até 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5 a 10	Mais de 10
PASSO FUNDO	65,68%	24,26	10,06	-
MICRORREGIÃO DE PASSO FUNDO	61,22%	20,41%	14,29	4,08%
RIO GRANDE DO SUL	74,20%	16,32%	7,43%	2,04%
BRASIL	75,30%	14,70%	8,01%	1,98%

Dados: FJP, 2005

¹³ O diagnóstico deste PLHIS não encontrou nenhum motivo para que a incidência de situações de domicílios improvisados seja em famílias com maior renda.

Ainda com relação ao déficit habitacional, vale ser feita uma ressalva com relação às famílias que pagam aluguel. Nos trabalhos desenvolvidos pela Fundação João Pinheiro, a questão do aluguel passa a ser considerada como déficit quando se configura como um *ônus excessivo* às famílias¹⁴. Contudo, no trabalho de estimativa das necessidades habitacionais dos municípios realizado a partir dos dados do Censo de 2000, esta situação não foi possível de ser mensurada, pois o referido Censo não pesquisou o valor do aluguel, apenas o número de imóveis alugados. Assim, metodologicamente, a opção adotada pela Fundação João Pinheiro foi excluir do déficit habitacional, o cômputo das situações de aluguel. Mas, para fins de elaboração de um diagnóstico local de habitação, a questão do aluguel deve ser incorporada, pois de forma geral, os gestores municipais apontam que as famílias que têm renda baixa e que vivem nesta situação, efetivamente compõem parte do público demandante de solução habitacional, na medida em que não conseguem adquirir com seus próprios esforços, a sua moradia própria. Nos municípios que dispõem de projetos habitacionais do tipo PAR¹⁵, por exemplo, verifica-se que boa parte dos seus adquirentes é composta por famílias que originalmente pagavam aluguel para morar. Desta forma, agrega-se às informações relativas ao déficit já apresentadas, as informações da própria Fundação João Pinheiro (Censo de 2000) sobre os domicílios alugados por faixa de renda familiar.

Tabela 19 – Domicílios Urbanos Alugados por Famílias com Renda até 3 Salários Mínimos

Aluguel	Sem Rendimentos	Até 1 SM	De 1 a 2 SM	De 2 a 3 SM
PASSO FUNDO	251	340	764	814
MICRORREGIÃO DE PASSO FUNDO	278	455	1.128	1.212

Dados: FJP, 2005

Em relação a este tema, busca-se diretamente nos dados do Censo de 2000 os números relativos a Passo Fundo. Tomando-se então a proporção total (urbana e rural) de domicílios particulares permanentes alugados (para todas as faixas de renda), observa-se que, comparativamente às situações da microrregião e do Estado do Rio Grande do Sul, Passo Fundo apresenta uma proporção maior de domicílios particulares permanentes alugados.

¹⁴ “Situação onde famílias residentes em áreas urbanas, com renda mensal média de até 3 salários mínimos, moram em uma casa ou apartamento alugado e despendem mais de 30% da renda, com aluguel”. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatísticas e Informações. Déficit Habitacional no Brasil. 2ed. Brasília, 2006).

¹⁵ Programa de Arrendamento Residencial da Caixa Econômica Federal.

Tabela 20 – Total de Domicílios Particulares Permanentes Alugados

	PASSO FUNDO	MICRORREGIÃO	RS
Total de DPP	49.529	86.549	3.040.070
Total de DPP Alugados	8.284	12.044	369.822
Percentual de DPP Alugados	16,7%	13,09%	14,72%

Dados: IBGE, 2000

3.1.2. Inadequação Habitacional Urbana segundo o Censo 2000

Comparando-se os números proporcionais relativos à inadequação habitacional urbana verifica-se que na categoria da “inadequação fundiária”, Passo Fundo possui proporção maior do que na Microrregião e no Brasil, mas proporção bem menor do que no Estado do Rio Grande do Sul. Na categoria de “adensamento excessivo” e “domicílios sem banheiro”, a proporção em Passo Fundo é um pouco maior do que na Microrregião, e menor do que do Estado e do Brasil. Já na categoria “carência de infra-estrutura”, a proporção em Passo Fundo é maior do que em todas as esferas analisadas, conforme se verifica na tabela abaixo:

Tabela 21 – Inadequação Habitacional Urbana

	INADEQUAÇÃO FUNDIÁRIA		ADENSAMENTO EXCESSIVO		DOMICÍLIO SEM BANHEIRO		CARÊNCIA DE INFRA-ESTRUTURA	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
PASSO FUNDO	3.118	6,48	1.768	3,67	1.686	3,50	27.159	56,45
MICRORREGIÃO DE PASSO FUNDO	4.135	6,06	2.005	2,94	2.200	3,23	37.610	55,15
RS	249.135	9,92	102.810	4,09	119.798	4,77	669.027	26,64
BRASIL	2.173.068	5,82	2.839.170	7,6	3.215.997	8,61	11.992.535	32,09

Dados: FJP, 2005

Da mesma forma que as categorias que compõem o déficit, a Fundação João Pinheiro também nos apresenta os dados relativos às categorias da inadequação habitacional urbana por faixa de renda. Analisando-se estes dados nas tabelas a seguir, verifica-se que, assim como com o déficit, há uma concentração maior dos problemas habitacionais nas famílias com renda de até 3 salários mínimos. A exceção é na categoria “carência de infra-

estrutura”, onde os dados demonstram que este não é um problema que atinge apenas as famílias com a menor renda.

**Tabela 22 – Componentes da Inadequação Habitacional Urbana por Faixa de Renda
Inadequação Fundiária (%)**

Inadequação Fundiária	Até 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5
PASSO FUNDO	46,15	22,35	31,49
MICRORREGIÃO DE PASSO FUNDO	47,47	22,32	30,21
RS	55,36	22,56	22,08
BRASIL	57,44	19,94	22,62

Dados: FJP, 2005

**Tabela 23 – Componentes da Inadequação Habitacional Urbana por Faixa de Renda
Adensamento Excessivo (%)**

Adensamento Excessivo	Até 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5
PASSO FUNDO	60,86	21,21	17,93
MICRORREGIÃO DE PASSO FUNDO	62,74	20,35	16,91
RS	61,86	20,36	17,78
BRASIL	57,96	20,55	21,49

Dados: FJP, 2005

**Tabela 24 – Componentes da Inadequação Habitacional Urbana por Faixa de Renda
Domicílios Sem Banheiro (%)**

Domicílios Sem Banheiro	Até 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5
PASSO FUNDO	87,13	8,36	4,51
MICRORREGIÃO DE PASSO FUNDO	87,09	8,09	4,82
RS	82,55	12,1	5,35
BRASIL	83,8	10,35	5,85

Dados: FJP, 2005

Tabela 25 – Componentes da Inadequação Habitacional Urbana por Faixa de Renda
Carência de Infra-Estrutura (%)

Carência de Infra-Estrutura	Até 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5
PASSO FUNDO	38,57	21,56	39,87
MICRORREGIÃO DE PASSO FUNDO	39,49	22,14	38,36
RS	49,68	20,91	29,41
BRASIL	60,32	17,82	21,86

Dados: FJP, 2005

Portanto, a inadequação habitacional urbana por carência de infra-estrutura¹⁶ é um problema que atinge todas as faixas de renda, principalmente em Passo Fundo e na Microrregião. Segundo gestores municipais, o principal problema de carência de infra-estrutura em Passo Fundo, está relacionado ao sistema de esgotamento sanitário. Este é um problema bastante recorrente nos municípios gaúchos e nos brasileiros.

Conforme a metodologia desenvolvida pela Fundação João Pinheiro, é importante que se ressalte que, ao contrário do déficit habitacional, no caso da inadequação dos domicílios não é possível somar-se os números de cada categoria que a compõe, tendo em vista que um mesmo domicílio pode ter mais do que uma situação de inadequação. Contudo, a Fundação João Pinheiro também nos apresenta o número de *domicílios adequados*, aqueles que não apresentam qualquer tipo de problema, ou seja, não precisam ser repostos; não compõe desta forma o déficit habitacional e nem se enquadram em nenhum tipo de inadequação.

Olhando-se para o município de Passo Fundo, observa-se que 40,17% de seus domicílios são adequados, proporção preocupante, assim como o quadro da Microrregião de Passo Fundo, onde a proporção é de 41,65%. No Estado, 64,33% dos domicílios são adequados e, no Brasil são apenas 58,87%.

Quanto aos domicílios adequados, destaca-se que a menor proporção está na faixa de renda familiar entre 3 e 5 salários mínimos (18,65% dos domicílios). Em uma proporção intermediária estão os domicílios com famílias na faixa de renda até 3 salários mínimos (21,21%). E 60,14% dos domicílios adequados estão na faixa de renda familiar maior do que 5 salários mínimos. Esta proporcionalidade está diretamente relacionada não só à qualidade da moradia por faixa de renda, mas também à proporção de famílias por faixa de renda do município de Passo Fundo.

¹⁶ A FJP caracteriza como itens mínimos de infra-estrutura: iluminação elétrica, rede geral de abastecimento de água com canalização interna, rede geral de esgotamento sanitário ou fossa séptica e coleta de lixo.

3.2. Levantamento Realizado pelos Agentes de Saúde

Os dados da Fundação João Pinheiro estabelecem um panorama geral do quadro das necessidades habitacionais de Passo Fundo. Para obter-se uma referência de localização destes problemas, bem como uma visão atualizada destas situações, construiu-se um processo de coleta de informações na Prefeitura Municipal, aproveitando especialmente, o conhecimento dos agentes de saúde.

A cobertura dos agentes de saúde em Passo Fundo corresponde a 25% dos domicílios aproximadamente, considerando-se a estimativa do IBGE do número total de domicílios para 2009. Trata-se, portanto, de uma cobertura parcial e que não cobre muitas áreas carentes do município, porém constitui-se como uma amostragem qualificada de uma parte do território de Passo Fundo.

Para o aproveitamento do conhecimento detalhado da realidade que os agentes de saúde possuem, construiu-se uma estratégia de coleta e sistematização de dados cumprindo o seguinte roteiro:

- Reunião com agentes de saúde para debater problemas habitacionais de Passo Fundo e para capacitá-los no que diz respeito aos conceitos trabalhados pela Fundação João Pinheiro. Identificação dos principais problemas locais e elaboração de questionário¹⁷;
- Preenchimento do questionário pelos agentes de saúde e devolução à equipe de consultoria;
- Sistematização dos dados pela equipe de consultoria, e organização dos questionários por "equipes" do *Programa Saúde da Família (PSF)* e do *Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS)*.
- Para fins de visualização do resultado obtido foi produzido um mapeamento de cada micro-área do PACS¹⁸. O mapeamento das micro-áreas do PSF não pode ser produzido devido às dificuldades internas da Secretaria de Saúde;
- Apresentação dos dados sistematizados aos agentes de saúde e coordenadores para ajustes e complementações.

¹⁷ Constante no Anexo II.

¹⁸ Constante no Anexo II.

Tabela 26 – Quantitativo do Levantamento Realizado pelos Agentes de Saúde

Equipes de Saúde	Nº de Domicílios	Nº de Pessoas
PSF	10.772	38.904
PACS	5.231	19.062
TOTAL	16.003	57.966

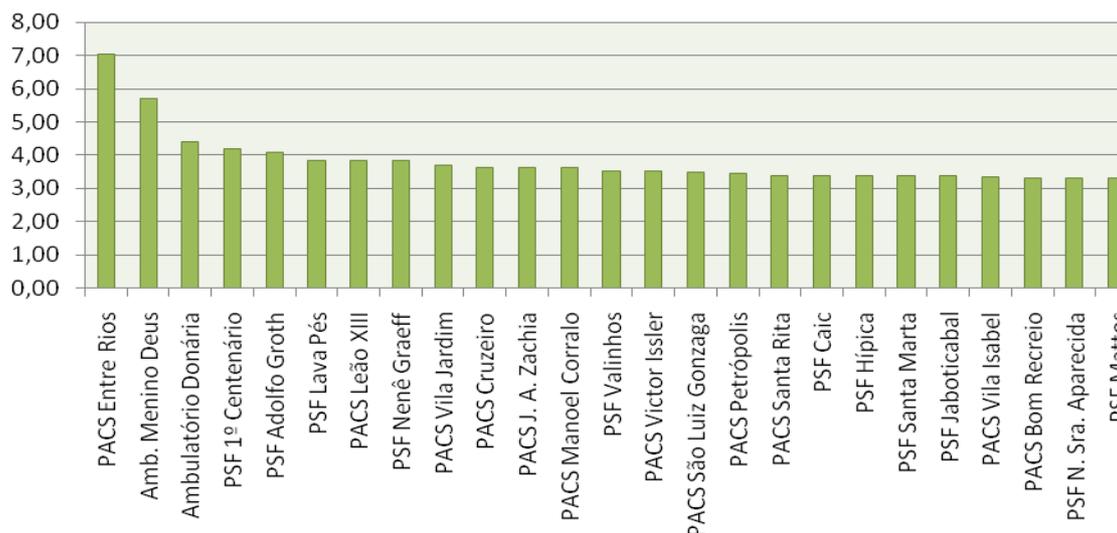
Dados: Agentes de Saúde do Município

A seguir, apresentam-se os resultados finais sistematizados¹⁹:

3.2.1. Número de Pessoas por Domicílio

Verifica-se que há uma grande variabilidade do número de pessoas por domicílio no território de Passo Fundo. A maior média dentre as áreas cobertas por agentes de saúde se encontra na área do PACS Entre Rios, com 7,04 pessoas por domicílio, e a menor média foi na área do PACS Vila Luiza, com 2,66 pessoas por domicílio. No total do levantamento obteve-se uma média de 3,62 pessoas por domicílio.

Gráfico 11 – Maiores Médias do Nº de Pessoas por Domicílio nas Áreas Cobertas por Agentes de Saúde



Dados: Agentes de Saúde do Município

¹⁹ O detalhamento da sistematização de cada Equipe de Saúde encontra-se no Anexo II.

3.2.2. Déficit Habitacional

3.2.2.1. Coabitação Familiar (Famílias Conviventes)

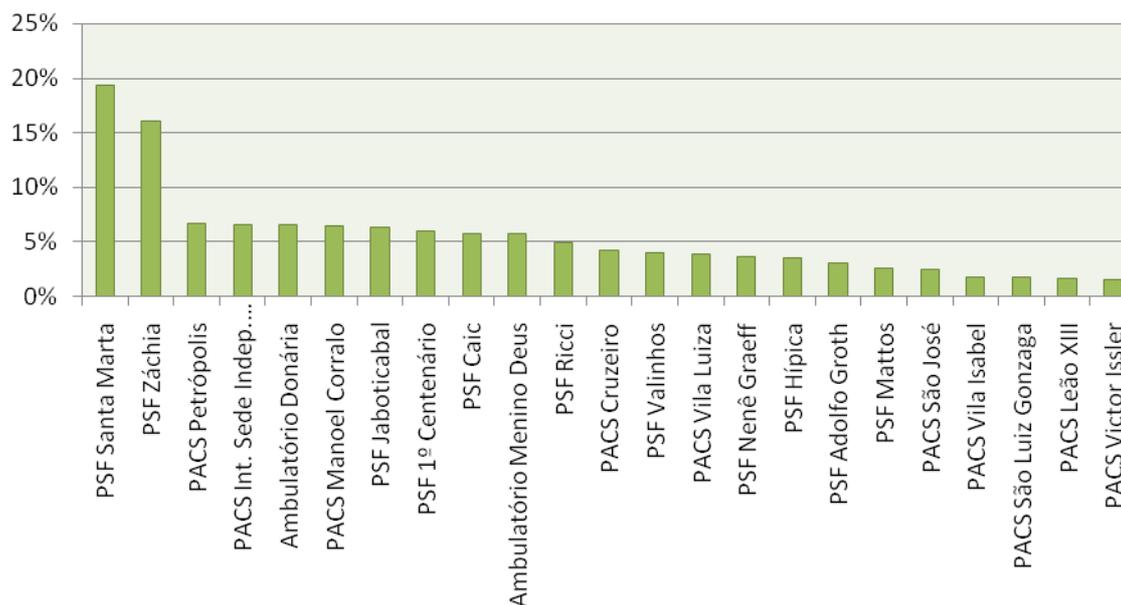
Identificou-se a situação de COABITAÇÃO em 619 domicílios (que representam 4% dos domicílios pesquisados). Foi detectada a maior concentração percentual e absoluta de COABITAÇÃO nas áreas cobertas pelo PSF Santa Marta, conforme tabela e gráfico a seguir:

Tabela 27 – Coabitação nas Áreas Cobertas por Agentes de Saúde

Equipes de Saúde	Coabitação
PSF Santa Marta	94
PSF 1º Centenário	49
PSF Caic	47
PSF Ricci	47
PSF Jaboticabal	41
PSF Hípica	31
PSF Valinhos	30
Ambulatório Donária	28
PSF Nenê Graeff	28
PSF Adolfo Groth	21
PACS Cruzeiro	21
Ambulatório Menino Deus	20
PSF Záchia	20
PACS Petrópolis	20
PSF Mattos	17
PACS Victor Issler	14
PACS Manoel Corralo	14
PACS São Luiz Gonzaga	13
PACS São José	11
PSF São Cristóvão	8
PACS Vila Luiza	7
PSF N. Sra. Aparecida	6
PACS Int. Sede Indep. Taquari	6
PSF Lava Pés	5
PACS Edmundo Trein COAB	5
PACS Vila Isabel	4
PACS Leão XIII	4
PACS Bom Recreio	3
PACS Santa Rita	2
PACS Entre Rios	2
PSF Planaltina	1
TOTAL	619

Dados: Agentes de Saúde do Município

Gráfico 12 – Domicílios com Maiores Proporções de Coabitação nas Áreas Cobertas por Agentes de Saúde



Dados: Agentes de Saúde do Município

3.2.2.2. Domicílios Precários/em Área de Risco/Improvizados

Identificou-se a situação de DOMICÍLIOS PRECÁRIOS e/ou EM ÁREA DE RISCO e/ou IMPROVISADOS em 839 domicílios (que representam 5% dos domicílios pesquisados). Foi detectada a maior concentração percentual na área coberta pelo PACS Vila Isabel, e absoluta na área coberta pelo PACS Cruzeiro, conforme tabela e gráfico a seguir:

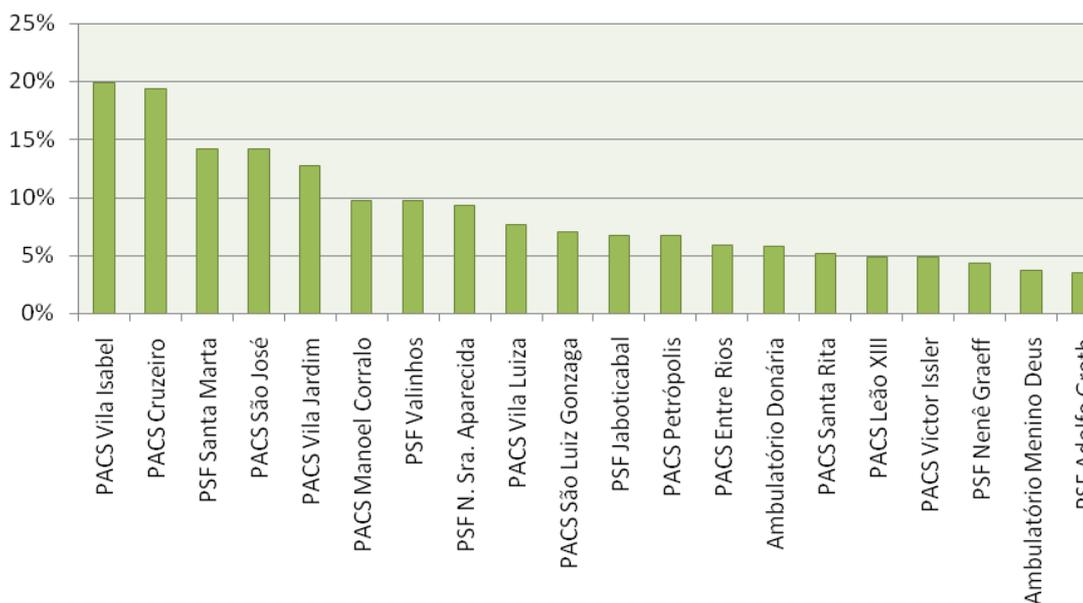
Tabela 28 – Domicílios Precários/em Área de Risco/Improvizados nas Áreas Cobertas por Agentes de Saúde

Equipes de Saúde	Precários/ em Área de Risco/ Improvizados
PACS Cruzeiro	96
PSF Valinhos	72
PSF Santa Marta	69
PACS São José	62
PSF N. Sra. Aparecida	55
PACS São Luiz Gonzaga	52
PSF Jaboticabal	44
PACS Victor Issler	44
PACS Vila Isabel	44
PSF Nenê Graeff	33
PACS Vila Jardim	28

PSF Ricci	27
Ambulatório Donária	25
PSF 1º Centenário	24
PSF Adolfo Groth	24
PACS Manoel Corralo	21
PACS Petrópolis	20
PACS Entre Rios	16
PACS Vila Luiza	14
Ambulatório Menino Deus	13
PACS Leão XIII	12
PACS Santa Rita	11
PSF São Cristóvão	10
PSF Mattos	8
PSF Záchia	4
PSF Caic	3
PSF Lava Pés	3
PSF Planaltina	2
PACS Bom Recreio	2
PACS Int. Sede Indep. Taquari	1
TOTAL	839

Dados: Agentes de Saúde do Município

Gráfico 13 – Domicílios com Maiores Proporções de Precariedade/em Área de Risco/Improvizados nas Áreas Cobertas por Agentes de Saúde



Dados: Agentes de Saúde do Município

3.2.2.3. Déficit Habitacional Total

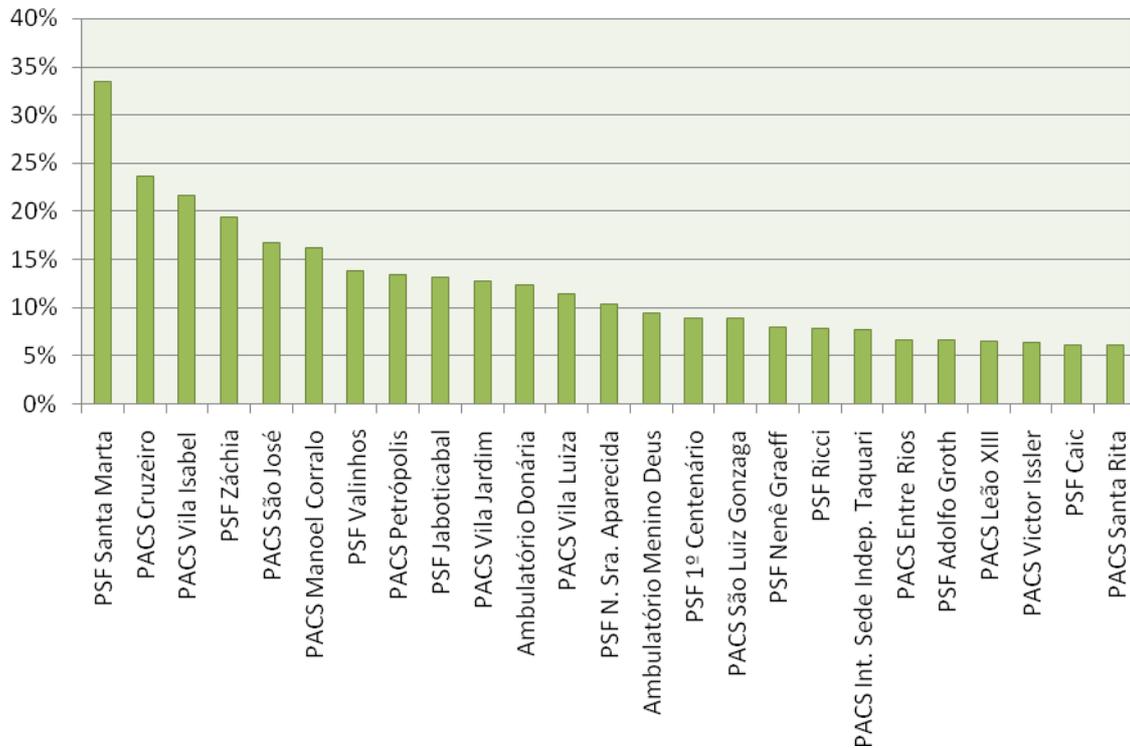
Identificou-se um déficit habitacional total de 1.458 domicílios nas áreas cobertas por agentes de saúde (que representam 9% dos domicílios pesquisados). Foi detectada a maior concentração percentual e absoluta na área coberta pelo PSF Santa Marta, conforme tabela e gráfico a seguir:

Tabela 29 – Déficit Habitacional Total nas Áreas Cobertas por Agentes de Saúde

Equipes de Saúde	Déficit Habitacional Total
PSF Santa Marta	163
PACS Cruzeiro	117
PSF Valinhos	102
PSF Jaboticabal	85
PSF Ricci	74
PSF 1º Centenário	73
PACS São José	73
PACS São Luiz Gonzaga	65
PSF N. Sra. Aparecida	61
PSF Nenê Graeff	61
PACS Victor Issler	58
Ambulatório Donária	53
PSF Caic	50
PACS Vila Isabel	48
PSF Adolfo Groth	45
PACS Petrópolis	40
PACS Manoel Corralo	35
Ambulatório Menino Deus	33
PSF Hípica	31
PACS Vila Jardim	28
PSF Mattos	25
PSF Záchia	24
PACS Vila Luiza	21
PSF São Cristóvão	18
PACS Entre Rios	18
PACS Leão XIII	16
PACS Santa Rita	13
PSF Lava Pés	8
PACS Int. Sede Indep. Taquari	7
PACS Edmundo Trein COAB	5
PACS Bom Recreio	5
PSF Planaltina	3
TOTAL	1.458

Dados: Agentes de Saúde do Município

Gráfico 14 – Maiores Proporções de Déficit Habitacional Total nas Áreas Cobertas por Agentes de Saúde



Dados: Agentes de Saúde do Município

3.2.3. Domicílios Alugados

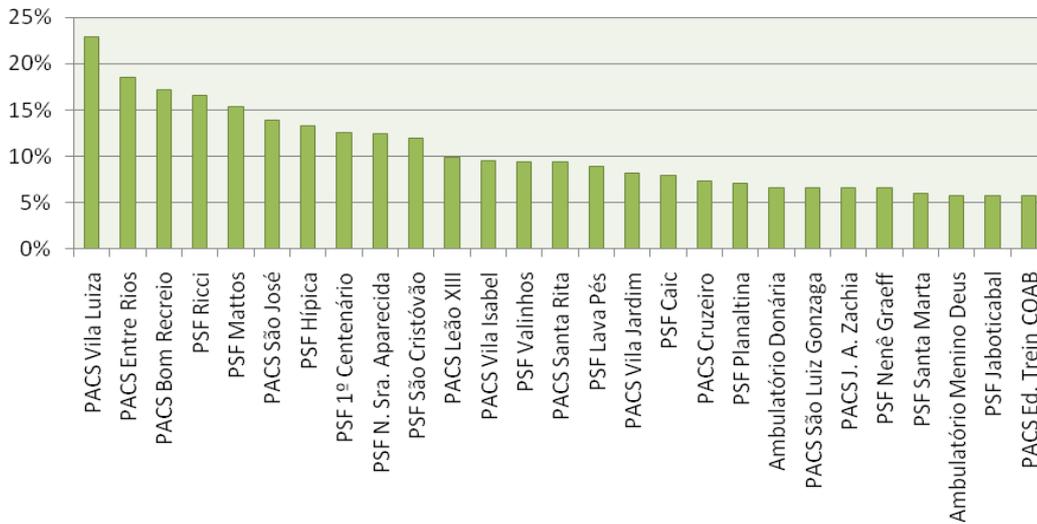
Identificou-se um total de 1.517 domicílios ALUGADOS nas áreas cobertas por agentes de saúde (que representam 9% dos domicílios pesquisados). Foi detectada a maior concentração percentual na área coberta pelo PACS Vila Luiza e absoluta na área coberta pelo PSF Ricci, conforme tabela e gráfico a seguir:

Tabela 30 – Domicílios Alugados nas Áreas Cobertas por Agentes de Saúde

Equipes de Saúde	Aluguel
PSF Ricci	157
PSF São Cristóvão	119
PSF Hípica	115
PSF 1º Centenário	103
PSF Mattos	103
PSF N. Sra. Aparecida	73
PSF Valinhos	70
PSF Caic	64
PACS São José	61
PSF Nenê Graeff	50
PACS Entre Rios	50
PACS São Luiz Gonzaga	48
PACS Victor Issler	42
PACS Vila Luiza	42
PSF Lava Pés	40
PSF Jaboticabal	37
PACS Cruzeiro	36
PACS Bom Recreio	35
PSF Santa Marta	29
Ambulatório Donária	28
PSF Planaltina	28
PACS Leão XIII	24
PSF Adolfo Groth	21
PACS Vila Isabel	21
Ambulatório Menino Deus	20
PACS Santa Rita	20
PACS Edmundo Trein COAB	19
PACS Vila Jardim	18
PACS Petrópolis	16
PACS J. A. Zachia	11
PACS Manoel Corralo	11
PSF Záchia	4
PACS Int. Sede Indep. Taquari	2
TOTAL	1.517

Dados: Agentes de Saúde do Município

Gráfico 15 – Proporção de Domicílios Alugados nas Áreas Cobertas por Agentes de Saúde



Dados: Agentes de Saúde do Município

3.2.4. Inadequação Habitacional

3.2.4.1. Ausência de Banheiro

Identificou-se situação de AUSÊNCIA DE BANHEIRO em 224 domicílios (que representam 1% dos domicílios pesquisados). Foi detectada a maior concentração percentual e absoluta na área coberta pelo PSF Santa Marta, conforme tabela e gráfico a seguir:

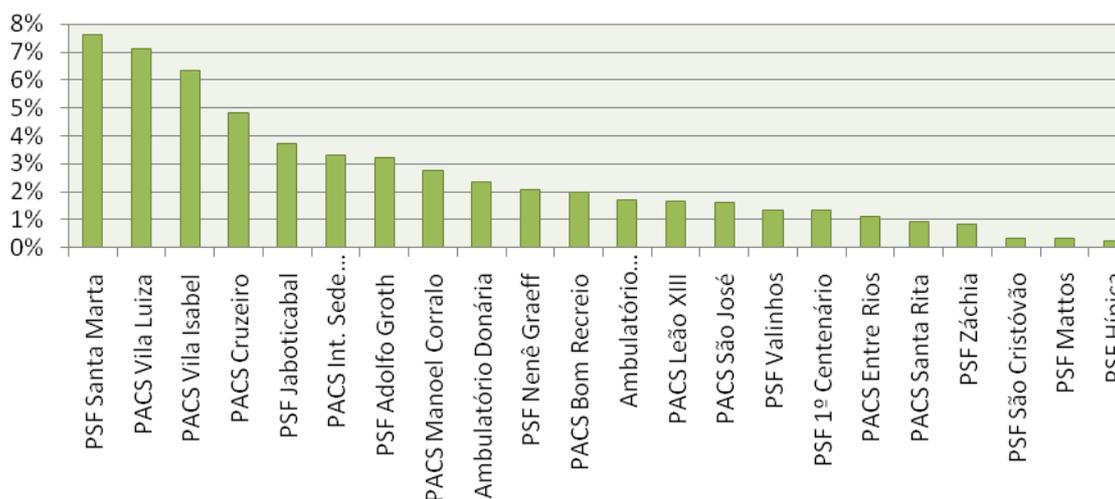
Tabela 31 – Domicílios com Ausência de Banheiro nas Áreas Cobertas por Agentes de Saúde

Equipes de Saúde	Ausência de Banheiro
PSF Santa Marta	37
PSF Jaboticabal	24
PACS Cruzeiro	24
PSF Adolfo Groth	22
PSF Nenê Graeff	16
PACS Vila Isabel	14
PACS Vila Luiza	13
PSF 1º Centenário	11
Ambulatório Donária	10
PSF Valinhos	10
PACS São José	7
Ambulatório Menino Deus	6
PACS Manoel Corralo	6
PACS Leão XIII	4

PACS Bom Recreio	4
PSF São Cristóvão	3
PACS Entre Rios	3
PACS Int. Sede Indep. Taquari	3
PSF Hípica	2
PSF Mattos	2
PACS Santa Rita	2
PSF Záchia	1
TOTAL	224

Dados: Agentes de Saúde do Município

Gráfico 16 – Proporção de Domicílios com Ausência de Banheiro nas Áreas Cobertas por Agentes de Saúde



Dados: Agentes de Saúde do Município

3.2.4.2. Adensamento Excessivo

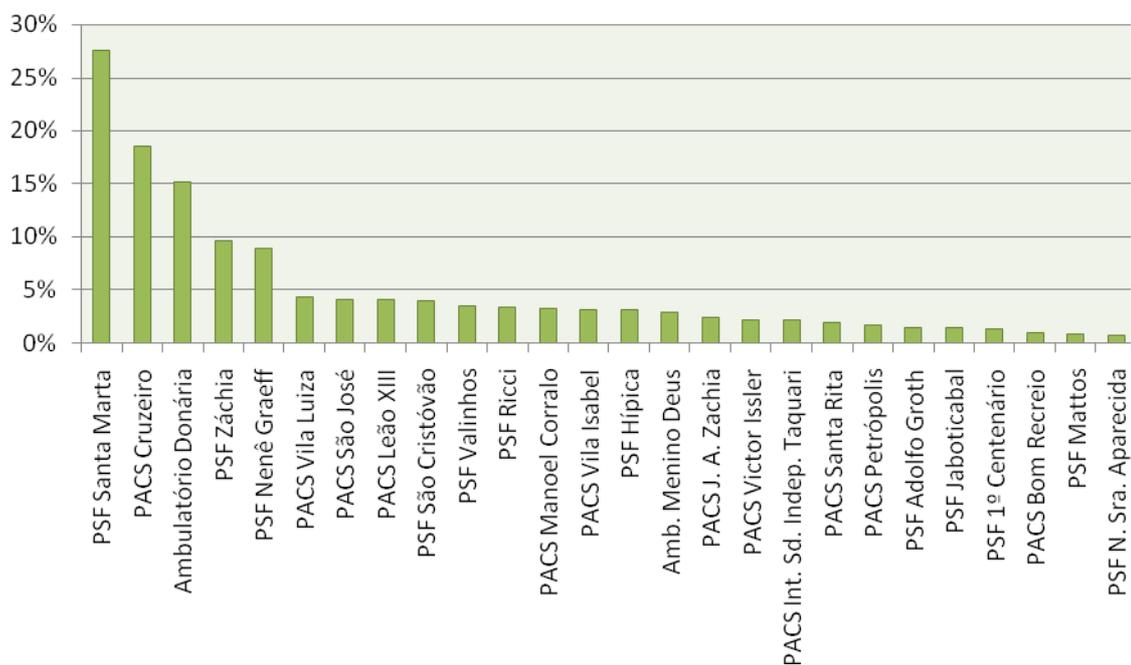
Identificou-se a situação de ADENSAMENTO EXCESSIVO em 635 domicílios (que representam 4% dos domicílios pesquisados). Foi detectada a maior concentração percentual e absoluta nas áreas cobertas pelo PSF Santa Marta, conforme tabela e gráfico a seguir:

Tabela 32 – Domicílios com Adensamento Excessivo nas Áreas Cobertas por Agentes de Saúde

Equipes de Saúde	Adensamento Excessivo
PSF Santa Marta	134
PACS Cruzeiro	92
PSF Nenê Graeff	68
Ambulatório Donária	65
PSF São Cristóvão	40
PSF Ricci	32
PSF Hípica	27
PSF Valinhos	26
PACS Victor Issler	20
PACS São José	18
PSF Záchia	12
PSF 1º Centenário	11
PSF Adolfo Groth	10
Ambulatório Menino Deus	10
PACS Leão XIII	10
PSF Jaboticabal	9
PACS Vila Luiza	8
PACS Vila Isabel	7
PACS Manoel Corralo	7
PSF Mattos	6
PACS Petrópolis	5
PSF N. Sra. Aparecida	4
PACS J. A. Zachia	4
PACS Santa Rita	4
PACS Int. Sede Indep. Taquari	2
PACS Bom Recreio	2
PSF Caic	1
PACS São Luiz Gonzaga	1
TOTAL	635

Dados: Agentes de Saúde do Município

Gráfico 17 – Proporção de Domicílios com Adensamento Excessivo nas Áreas Cobertas por Agentes de Saúde



Dados: Agentes de Saúde do Município

3.3. Cadastro da Secretaria Municipal de Habitação

A Secretaria Municipal de Habitação de Passo Fundo cadastra todas as famílias que solicitam algum auxílio na área habitacional. Não há critério para a realização do cadastro, apenas há exigência de algumas documentações pessoais.

O quadro a seguir sistematiza os dados compilados desta planilha, bem como uma interpretação destes dados:

Tabela 33 – Dados do Cadastro da Secretaria Municipal de Habitação – Setembro de 2009

SOLICITAÇÕES		POSSÍVEL INTERPRETAÇÃO	
LOTE + CASA	2.591	DÉFICIT	4.264
CASA	1.019		
LOTE	96		
APARTAMENTO	516		
MÃO DE OBRA	5		
PAR	37		
MELHORIAS	1.026	INADEQUAÇÃO	1.171
MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	108		
BANHEIRO	2		
REGULARIZAÇÃO	12		
PLANTA/PROJETO	3		
OUTRAS	20		
TOTAL	5.435		

Dados: Secretaria Municipal de Habitação (Set/2009) e Interpretação Latus Consultoria

Além das informações apresentadas, constam 453 inscrições sem o lançamento da solicitação, as quais, segundo a Secretaria Municipal de Habitação, referem-se a cadastros extraviados. Outras 151 inscrições não foram sistematizadas, pois, segundo o informado, já foram atendidas.

3.4. Leitura Perceptiva de Problemas Habitacionais

Para melhor compreensão da realidade local, construiu-se uma leitura perceptiva de problemas habitacionais com o auxílio de lideranças comunitárias e gestores municipais. Esta leitura não tem por finalidade estabelecer um quantitativo preciso de problemas habitacionais, mas sim revelar a percepção que estes agentes têm sobre cada parte do território.

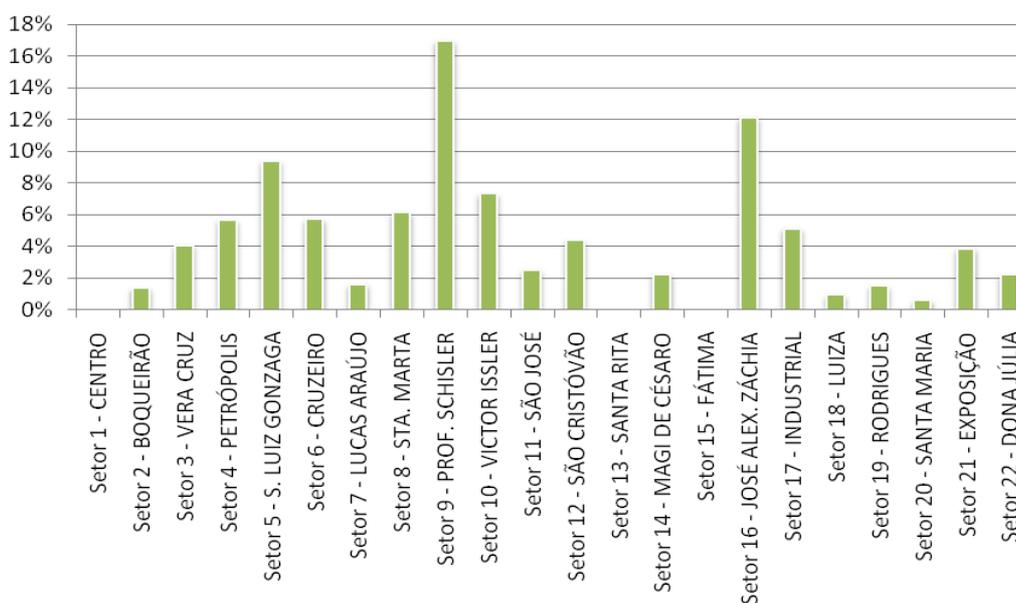
Desta forma, utilizou-se a subdivisão territorial de Passo Fundo em bairros para sistematização das informações obtidas. São instituídos legalmente 22 bairros (setores) em Passo Fundo.

Para comparar a proporção os problemas habitacionais (déficit e inadequação habitacional) nos bairros de Passo Fundo foram relacionados o número máximo estimado de problemas habitacionais, na leitura das lideranças comunitárias, ou agentes de saúde, ou de

gestores municipais, com o número estimado, pelo IBGE, de população em cada um dos setores.

Observa-se que o Setor 9 (bairro Prof. Schisler) foi o que apresentou a maior proporção de problemas habitacionais, seguido pelo Setor 16 (bairro José Alexandre Záchia).

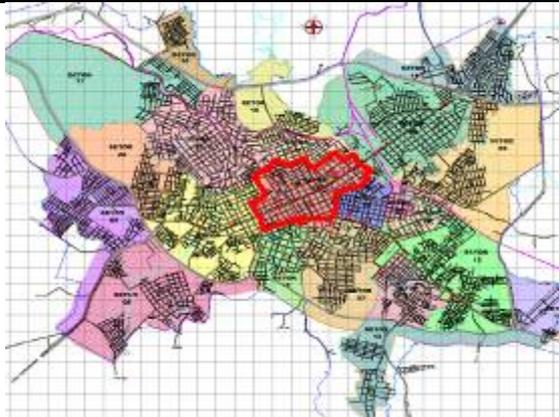
Gráfico 18 – Proporção de Problemas Habitacionais nos Bairros de Passo Fundo



Dados: Agentes de Saúde, Lideranças Comunitárias e Gestores Municipais

Para sistematização de informações sobre cada um dos setores, apresenta-se o quadro a seguir:

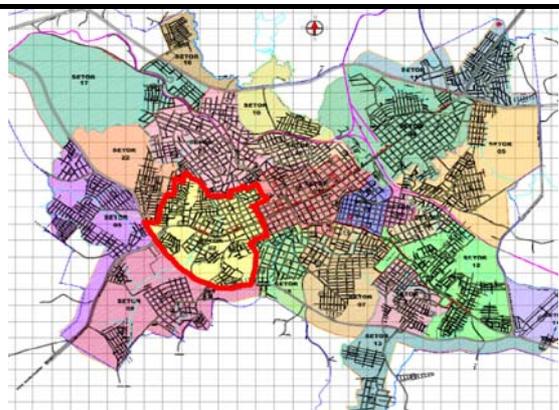
Quadro 05 – Leitura Perceptiva de Problemas Habitacionais – Proporção dentro dos Setores



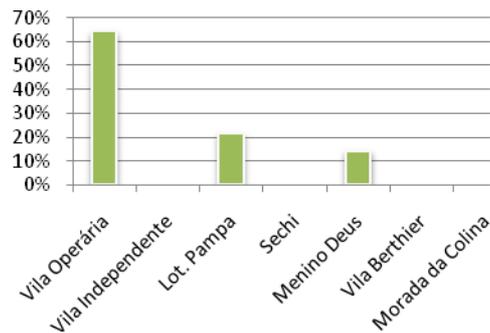
SETOR 1 - CENTRO

População Estimada: 21.942 habitantes.

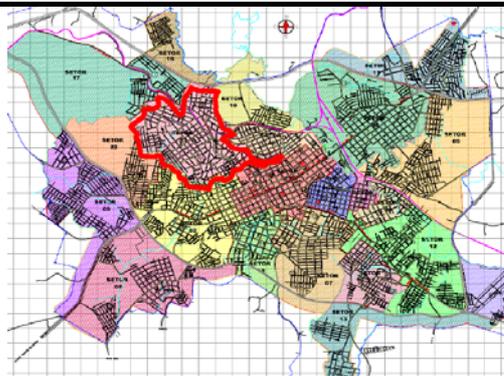
Nenhum problema habitacional identificado.



SETOR 2 - BOQUEIRÃO

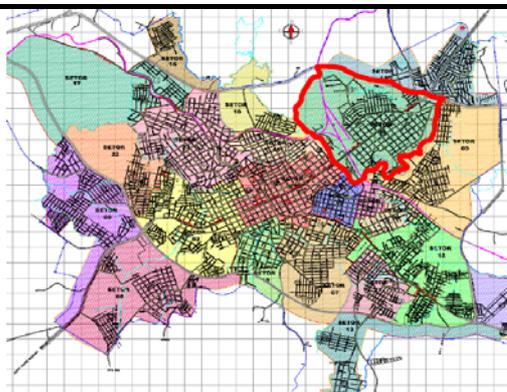
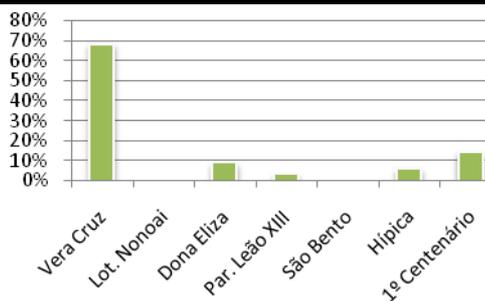


População Estimada: 17.155 habitantes.

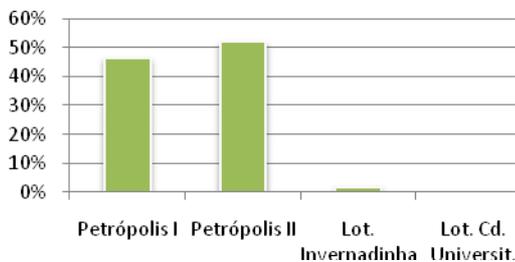


SETOR 3 – VERA CRUZ

População Estimada: 12.671 habitantes.

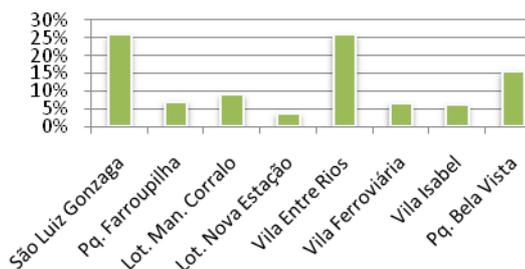
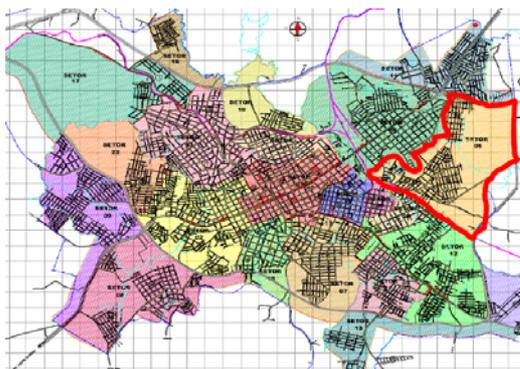


SETOR 4 – PETRÓPOLIS



População Estimada: 9.521 habitantes.

SETOR 5 – SÃO LUIZ GONZAGA



População Estimada: 8.235 habitantes.





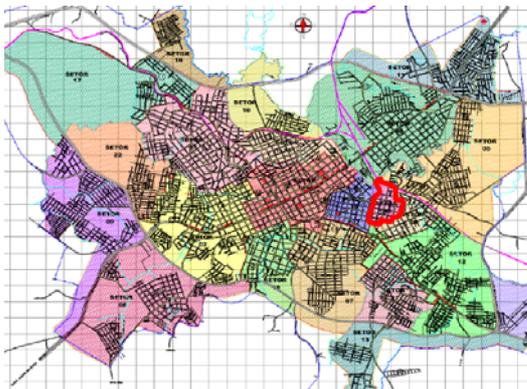
Parque Bela Vista



Entre Rios



São Luiz Gonzaga



SETOR 6 –



CRUZEIRO

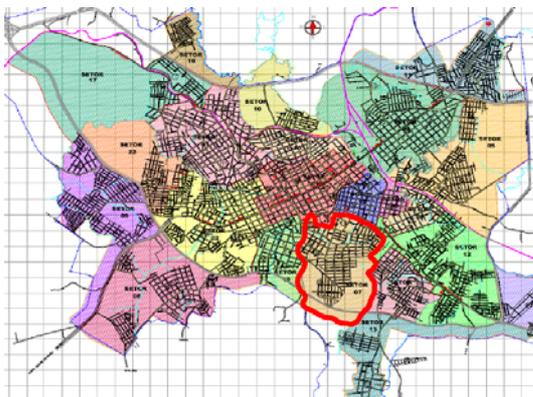
População Estimada: 3.504 habitantes.



Ocupações na bairrada do Rio Passo Fundo

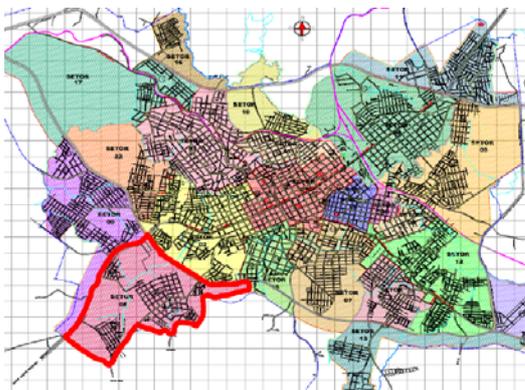
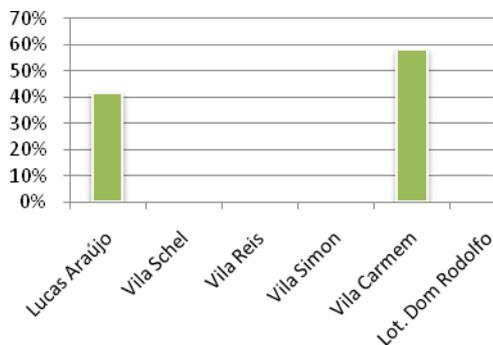


Ocupações na bairrada do Rio Passo Fundo



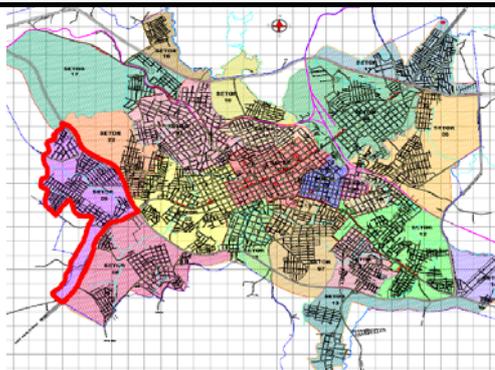
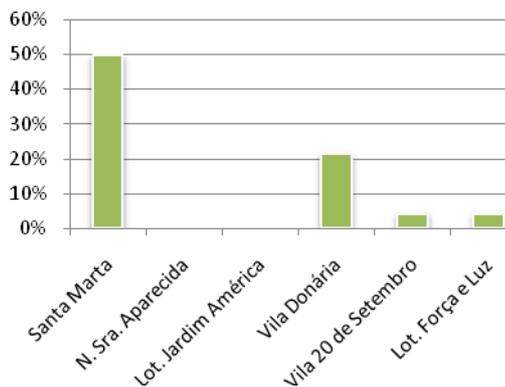
População Estimada: 7.526 habitantes.

SETOR 7 – LUCAS ARAÚJO



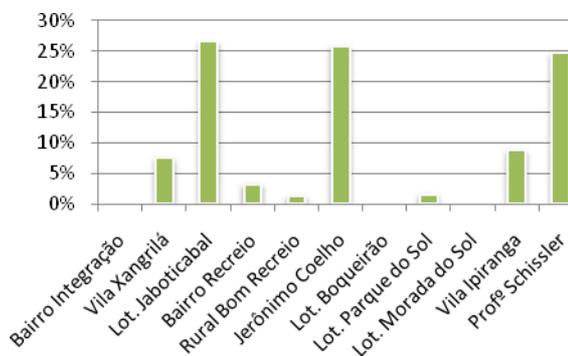
População Estimada: 5.360 habitantes.

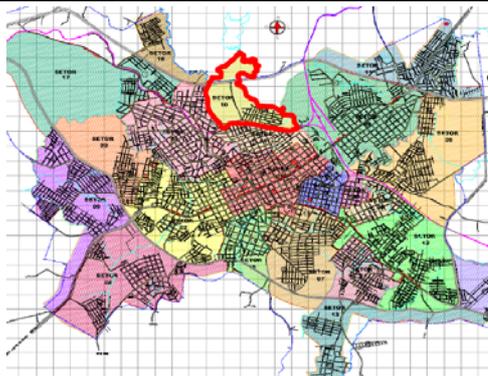
SETOR 8 – SANTA MARTA



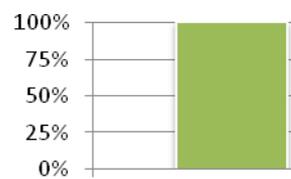
População Estimada: 6.658 habitantes.

SETOR 9 – PROF. SCHISLER



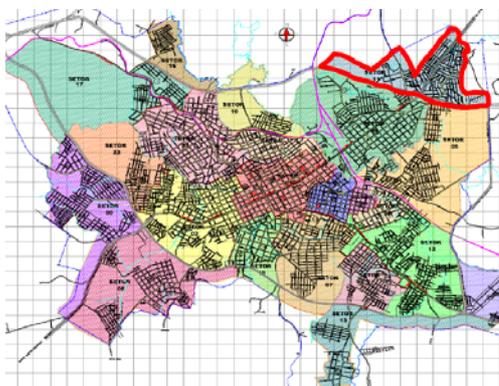


SETOR 10 – VICTOR ISSLER

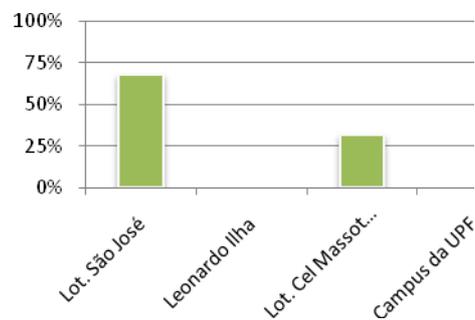


Victor Issler

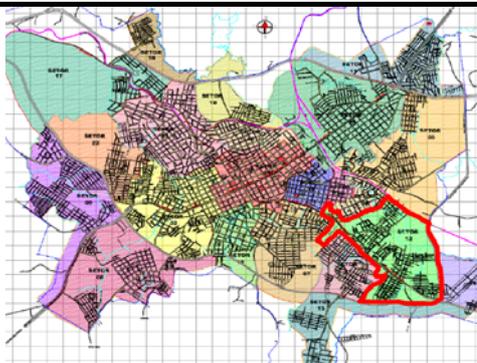
População Estimada: 4.312 habitantes.



SETOR 11 – SÃO JOSÉ

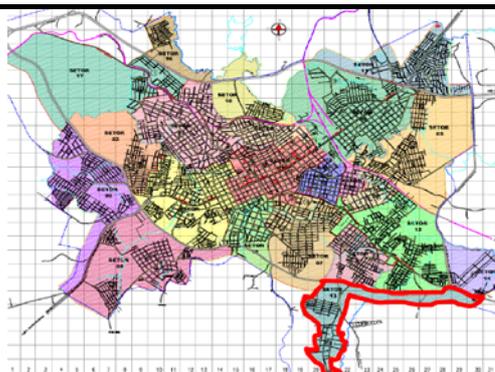
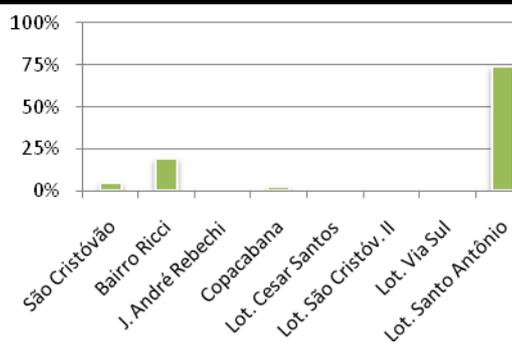


População Estimada: 8.741 habitantes.



SETOR 12 – SÃO CRISTÓVÃO

População Estimada: 8.893 habitantes.

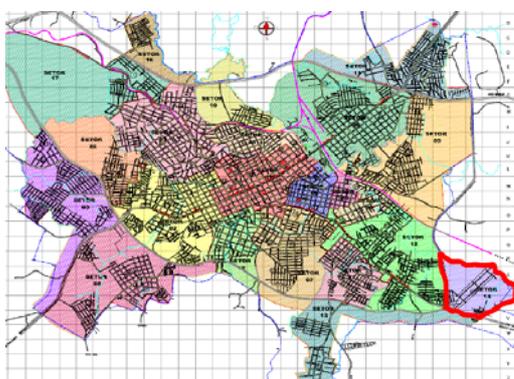


SETOR 13 – SANTA RITA

- Bairro Roselândia.

População Estimada: 1.043 habitantes.

Nenhum problema habitacional identificado.



SETOR 14 – MAGI DE CÉSARO



População Estimada: 1.113 habitantes.

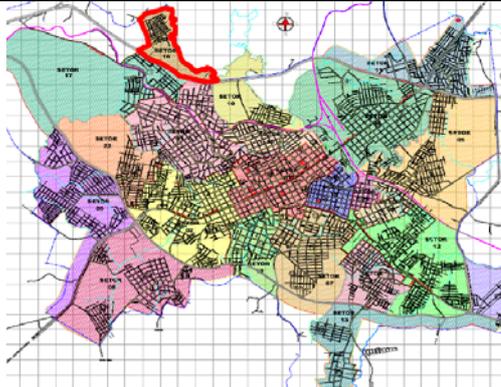


SETOR 15 - FÁTIMA

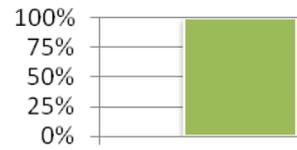
- Vila Fátima
- Vila Armando Annes
- Parte Vila Dona Elisa
- Vila Sta. Terezinha

População Estimada: 7.364 habitantes.

Nenhum problema habitacional identificado.



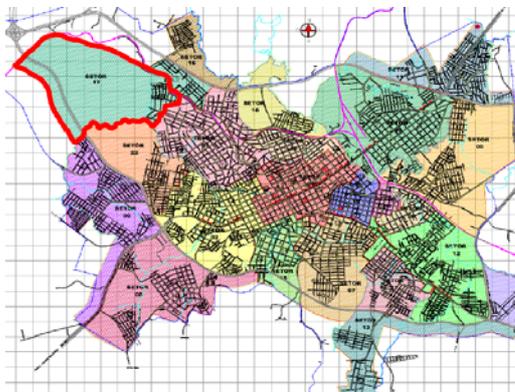
SETOR 16 – JOSÉ ALEXANDRE ZÁCHIA



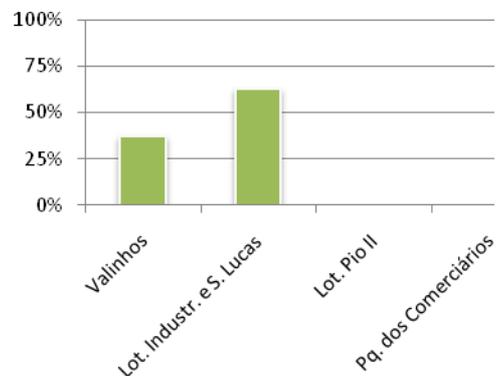
J. A. Záchia



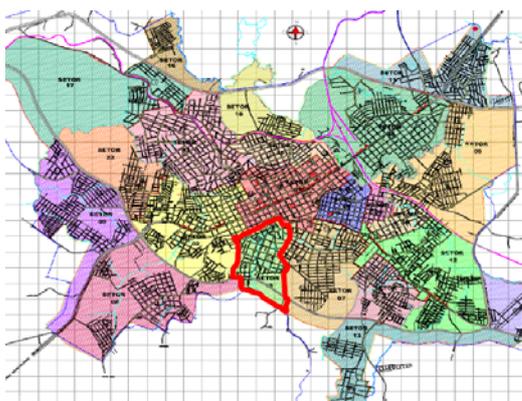
População Estimada: 4.790 habitantes.



SETOR 17 - INDUSTRIAL

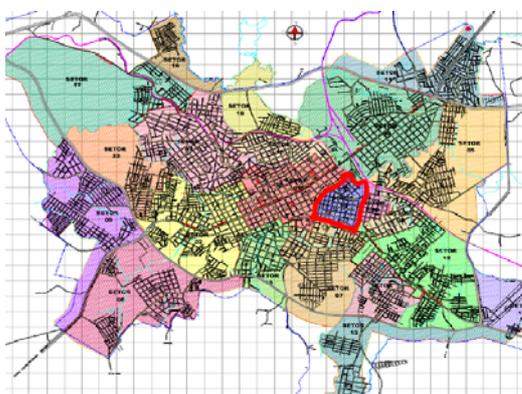
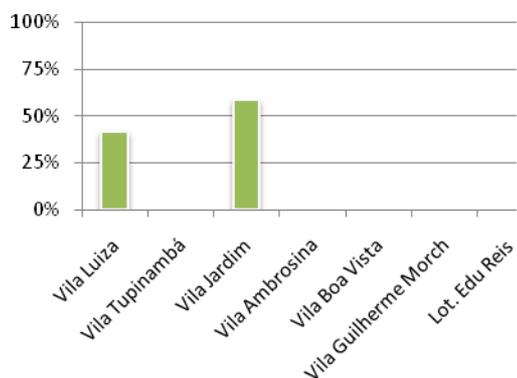


População Estimada: 5.320 habitantes.

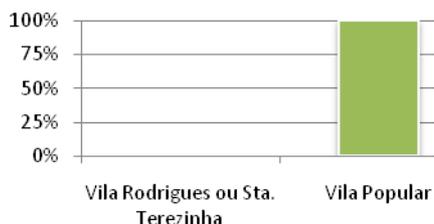


População Estimada: 8.387 habitantes.

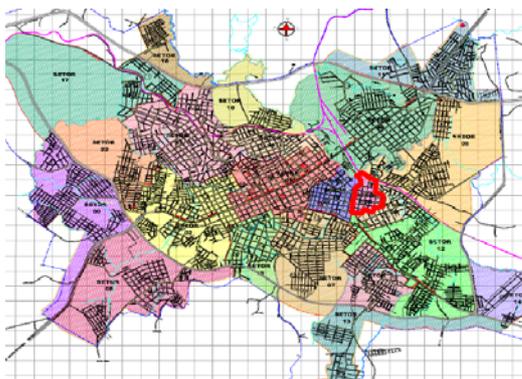
SETOR 18 - LUIZA



SETOR 19 - RODRIGUES



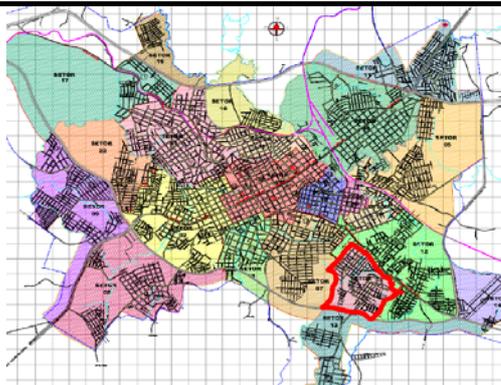
População Estimada: 6.726 habitantes.



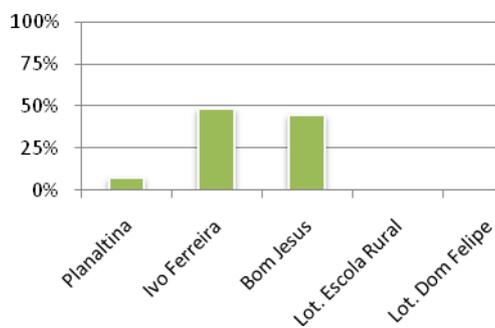
SETOR 20 – SANTA MARIA



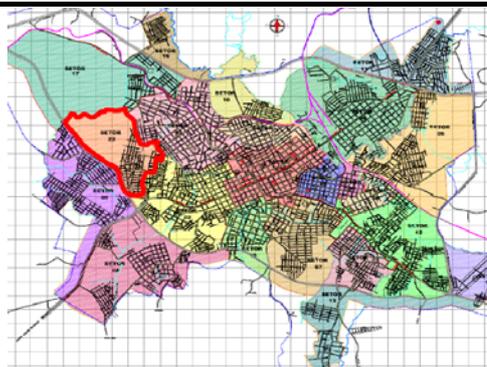
População Estimada: 5.158 habitantes.



SETOR 21 – EXPOSIÇÃO

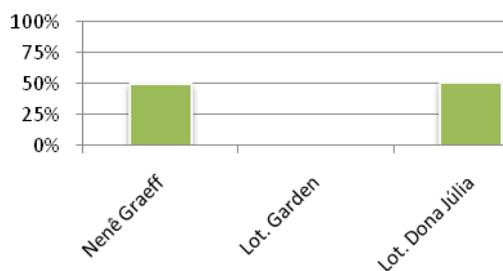


População Estimada: 7.019 habitantes.



População Estimada: 5.567 habitantes.

SETOR 22 – DONA JÚLIA



Dados: Agentes de Saúde, Lideranças Comunitárias e Gestores Municipais

3.5. Beira Trilho

Figura 01 – Município de Passo Fundo



Foto: Grace Machado

A cidade de Passo Fundo é cruzada pela estrada de ferro que liga Santa Maria à Marcelino Ramos. São 15km dentro do perímetro urbano, passando pelos seguintes locais: Valinhos, Vila Industrial (Pq. dos Comercíarios, Lot. Pio XII), Vera Cruz, Victor Issler, Fátima (Vilas Dna. Luiza, Sta. Terezinha e Armando Annes), Petrópolis (Lot. Planalto e Jd. Primavera), São Luis Gonzaga (Lot. Nova Estação, Vila dos Ferroviários, Pq. Bela Vista, Vila Isabel), Cruzeiro, Sta. Maria (Vi. Santa Maria e Alice) e São Cristóvão (Lot. André Rebechi e São Luiz).

A estrada foi construída entre 1893 e 1898. Inicialmente a via férrea era explorada por agentes privados; em 1957 (a exemplo do que ocorreu em todas as ferrovias brasileiras) passou a ser gerenciada pelo governo federal, por meio da Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA). Em 1990 iniciou-se o processo de desestatização do setor ferroviário, sendo efetivado a sua privatização no período entre 1996 e 1998. Assim, em 1997, o modal ferroviário da região Sul foi transferido para a operação privada por empresa concessionária, a Ferrovia Sul-Atlântico, atualmente, denominada América Latina Logística (ALL), encontrando-se em operação até o presente momento.

A Prefeitura Municipal de Passo Fundo apoiou financeiramente a realização de um diagnóstico da situação da população beira trilho. Desta forma, foi criado um grupo de trabalho coordenado por professores da Universidade de Passo Fundo (UPF), do Instituto Superior de Filosofia Berthier (IFIBE) e da Faculdade Meridional (IMED). A Comissão de Direitos Humanos de Passo Fundo (CDHPF) também atuou na coordenação operacional dos trabalhos.

O diagnóstico utilizou dois instrumentos: um questionário sócio-econômico com perguntas de múltipla escolha e perguntas abertas, e um questionário do cadastro da

Secretaria Municipal de Habitação, com campos fechados de preenchimento. Ambos foram aplicados, entre fevereiro de 2007 e junho de 2008, a 973 unidades habitacionais, 1.012 famílias atingidas e 3.753 pessoas, atingindo 69% do total de unidades habitacionais, que totalizam 1.410 unidades em áreas próximas aos trilhos, conforme contagem rápida do número de domicílios, também realizada por este grupo de trabalho.

O trabalho aponta que aproximadamente 792 unidades habitacionais localizam-se na faixa de domínio dos trilhos, área considerada de risco.

Também se conclui que o público deste local possui baixíssima renda, sendo que 81,52% das famílias possuem renda até 3 salários mínimos e, apenas 3,66% possuem renda maior do que 5 salários mínimos. Tanto que aproximadamente 75% das famílias do levantamento declararam receber o auxílio bolsa família.

É importante destacar que 79,45% das famílias declararam já possuir cadastro junto à SEHAB e 55% atendimento dos agentes de saúde.

3.6. Estimativa e Atualização do Déficit Habitacional e da Inadequação Habitacional para o Município de Passo Fundo

Para podermos adotar os dados da FJP como uma referência para a estimativa do quadro das necessidades habitacionais atual, fez-se sua atualização a partir das recomendações do Plano Nacional de Habitação. Tal procedimento leva em consideração o quadro do Estado do Rio Grande do Sul para o ano de 2005, estimado a partir dos dados da Pesquisa Nacional de Domicílios (PNAD). A relação entre o quadro habitacional do Estado e do município para o ano 2000 foi mantida de modo proporcional para o ano de 2005.

No que diz respeito ao déficit, apesar dos dados de 2000 distinguirem o rural do urbano, apontando a existência de um déficit rural pouco significativo, os dados serão trabalhados sem esta distinção. Ocorre que no Município de Passo Fundo, a população está em processo de urbanização; assim, se o déficit rural já era pouco significativo, convém, para fins de estimativa, não estabelecer esta distinção.

Tabela 34 – Estimativa de Déficit Habitacional para Passo Fundo

DÉFICIT	DEFÍCIT HABITACIONAL BÁSICO do RS	DÉFICIT HABITACIONAL BÁSICO de PASSO FUNDO
2000	218.784	3.156
2005	278.163	4.013

Dados: FJP, 2005 e atualização dos autores

No que diz respeito à inadequação habitacional, a atualização deve levar em consideração um conjunto maior de elementos:

- Com relação à carência de infra-estrutura, sabe-se que o maior problema de Passo Fundo, dentre os itens englobados pela Fundação João Pinheiro, é a carência de esgotamento sanitário. Para fins deste diagnóstico, seria possível qualificar este tema a partir de três fontes de informações distintas: do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS - 2005), de fontes locais (da Prefeitura) do e do Censo de 2000. Segundo o SNIS (2005), Passo Fundo coleta apenas 14,79% do seu esgoto, sem um sistema de tratamento implantado no município. Segundo a Prefeitura Municipal de Passo Fundo, a CORSAN implantou, depois de 2005, uma Estação de Tratamento de Esgoto que passou a tratar em torno de 14% do esgoto municipal. Segundo o Censo de 2000, a proporção de “rede geral de esgoto ou pluvial” em Passo Fundo é maior do que a média estadual e menor do que a média brasileira, e na maioria dos casos, Passo Fundo apresentava a solução tipo “outro escoadouro” (54,39%), proporção muito maior do que a média gaúcha e brasileira, conforme tabela a seguir:

Tabela 35 – Percentual de Serviços de Esgotamento Sanitário por Domicílios Particulares Permanentes (2000)

Tipo de Esgotamento Sanitário		Brasil	RS	Passo Fundo
Total	Total	100	100	100
	Rede geral de esgoto ou pluvial	48,6	28,03	31,85
	Fossa séptica	15,17	40,98	12,75
	Outro escoadouro	29,27	28,99	54,39
	Não tinha banheiro ou sanitário	6,96	1,99	1,01

Urbana	Total	84,17	82,63	97,14
	Rede geral de esgoto ou pluvial	48,04	27,8	31,83
	Fossa séptica	13,5	37,07	11,84
	Outro escoadouro	20,64	17,04	52,52
	Não tinha banheiro ou sanitário	1,99	0,72	0,96
Rural	Total	15,83	17,37	2,86
	Rede geral de esgoto ou pluvial	0,56	0,23	0,03
	Fossa séptica	1,66	3,92	0,91
	Outro escoadouro	8,63	11,95	1,87
	Não tinha banheiro ou sanitário	4,97	1,27	0,05

Fonte: IBGE – Censo 2000

- Com relação à inadequação fundiária, a Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB) forneceu informações de loteamentos/ocupações/assentamentos/invasões que necessitam de regularização fundiária, mas sabe-se que o problema é ainda maior do que o levantamento existente, e é apresentado a seguir:

Tabela 36 – Irregularidade Fundiária em Passo Fundo

SEQ.	LOCAL	Nº LOTES	DESCRIÇÃO DA ÁREA
1	Vila Ipiranga	123	Invasão em área verde
2	Bairro N. Sra. Aparecida	32	Invasão
3	Entre Rios	100	Área privada alagadiça
4	Lot. Jardim do Sol	56	Assentamento
5	Perimetral Sul	25	R. Camilo Ribeiro
6	Vila Jardim	50	Área func. DAER
7	Bairro São José	6	RST 135 - futuro trevo - reassentar
8	Lot. São Miguel	12	Invasão em área verde
9	Lot. Víctor Issler	200	Invasão em área verde
10	Petrópolis	40	Leito da Rua Morom
11	Vila Bom Jesus	200	Invasão em área verde
12	Lot. Isafa	36	Invasão - Rua Claudino Toldo
13	Lot. São José	50	Invasão - Rua Sergipe
14	Lot. São José	67	R. Guilherme Boor - R. A. Pasqual.
15	Bairro Cruzeiro	180	Área adquirida - antigos trilhos
16	Vila União	60	Assentamento
17	Vila Graeff	8	Invasão e assentamento
18	Vila Alice	32	Invasão em área verde
19	Lot. Profº Schissler	32	Assentamento

20	Bairro Valinhos	33	Assentamento - Quadra 144 Vera Cruz
21	Vila Isabel	30	Invasão em área verde
22	Lot. Leão XIII	35	Assentamento
23	Vila Luiza	30	Assentamento - R. Iza Dipp
24	Lot. SGARBI	12	Invasão em área verde
25	Vila Vera Cruz	8	Invasão Trav. Jari
26	Lot. 20 de Setembro	18	Invasão em área verde
27	Bairro São Luiz Gonzaga	45	Invasão e assentamento
TOTAL		1.520	

Dados: Secretaria Municipal de Habitação - SEHAB

- Para as demais situações de inadequação habitacional, “carência de banheiro” e “adensamento excessivo”, utilizou-se o mesmo critério de proporção entre os valores locais e do Estado do Rio Grande do Sul, chegando-se aos resultados descritos na tabela a seguir. Observa-se que nos dois casos, houve uma redução do número absoluto entre os anos de 2000 e 2005 para o Rio Grande do Sul e, considerando-se a metodologia adotada, estima-se que o mesmo tenha ocorrido em Passo Fundo.

Tabela 37– Estimativa de Inadequação Habitacional para Passo Fundo

	ADENSAMENTO EXCESSIVO		CARÊNCIA DE BANHEIRO	
	2000	2005	2000	2005
Rio Grande do Sul	81.293	74.117	88.947	66.576
Passo Fundo	1.768	1.612	1.686	1.262

Dados: FJP, 2005 e atualização dos autores

3.7. Considerações sobre o Quadro de Necessidades Habitacionais de Passo Fundo

Os dados trazidos pelos agentes de saúde de Passo Fundo são significativos, mas devido à pequena cobertura (25%) e o fato de não cobrir as áreas mais pobres, servem apenas como uma amostragem qualificada de parte do território. Quanto aos dados compilados do cadastro da Secretaria Municipal de Habitação, estes possuem certo grau de imprecisão, principalmente pela fragilidade do controle público.

De outra sorte, os dados da Fundação João Pinheiro tem por base o Censo do ano de 2000 e foram atualizados estatisticamente, no âmbito deste PLHIS, até o ano de 2005. Esta atualização parte da hipótese de que as mudanças no quadro de necessidades habitacionais de Passo Fundo entre 2000 e 2005 tiveram o mesmo comportamento das mudanças no quadro gaúcho, no mesmo período.

Assim, os levantamentos realizados têm limitações e distintos potenciais, mas se trabalhados de forma complementar, estabelecem uma aproximação consistente da realidade, suficiente para se trabalhar as questões habitacionais de Passo Fundo no âmbito estratégico, papel estabelecido para este PLHIS.

Fazendo-se uma síntese a partir de todos os dados incluídos neste relatório, que quantificam e qualificam o quadro de necessidades habitacionais de Passo Fundo, destacam-se os seguintes aspectos:

- Segundo a FJP (2000) Passo Fundo tem um déficit habitacional total proporcional um pouco menor do que o da Microrregião e um pouco menor do que o do Rio Grande do Sul;
- Atualizando-se os dados da FJP para 2005, Passo Fundo tem um déficit habitacional na ordem de 4.013 domicílios. O levantamento dos agentes de saúde apontou um déficit na ordem de 1.458 domicílios, sendo que este levantamento cobriu apenas 25% dos domicílios de Passo Fundo. E, a interpretação do cadastro da Secretaria Municipal de Habitação apontou um déficit na ordem de 4.264 domicílios;
- Na medida em que os dados da FJP e os demais dados (agentes de saúde e cadastro da SEHAB) são compatíveis, adotam-se os dados da FJP como a referência geral por representarem toda a cidade, e os dados dos Agentes de Saúde aliados à Leitura Perceptiva realizada com lideranças comunitárias e gestores municipais, como referência de localização destes problemas;
- Neste sentido, destaca-se a concentração de problemas habitacionais (a partir dos dados das Equipes de Saúde) nas áreas de abrangência do PSF Santa Marta (coabitação), do PACS Vila Isabel e do PACS Cruzeiro (domicílios rústicos, improvisados e/ou em área de risco);
- Em números absolutos, também se destaca a área do PSF Santa Marta (coabitação), e o maior número de unidades habitacionais rústicas, improvisadas e/ou em área de risco é na área do PACS Cruzeiro;
- As leituras perceptivas construídas com lideranças comunitárias e gestores municipais apontam as diversas localidades com problemas habitacionais. Dentre os

22 bairros formais de Passo Fundo, o bairro Prof^o Schissler (Vila Xangrilá, Lot. Jaboticabal, Recreio, Jerônimo Coelho, Parque do Sol e Vila Ipiranga) foi o que apresentou a maior proporção de problemas habitacionais.

- Além do que se contabiliza aqui como déficit, as famílias que residem pagando aluguel também compõem um universo a ser atendido pelas políticas habitacionais. A identificação de um conjunto significativo de famílias com renda baixa e que pagam aluguel, pode ser o público-alvo de um empreendimento popular com contrapartida das famílias beneficiadas;
- Do ponto de vista das situações de inadequação habitacional, segundo lideranças comunitárias e gestores municipais, e dos dados detalhados neste relatório das áreas cobertas por agentes de saúde, destaca-se a área do bairro José Alexandre Záchia pela concentração de irregularidade fundiária, adensamento excessivo e carência de banheiros;
- A expressiva quantidade de unidades habitacionais em áreas de domínio dos trilhos é um tema que deverá ser abordado na terceira etapa deste PLHIS. Trata-se de ocupações em área risco, que vieram se consolidando ao longo da história de Passo Fundo.

4. A QUESTÃO TERRITORIAL

Para que seja possível implementar uma política habitacional, que traga mudanças efetivas na condição de moradia das famílias de baixa renda de Passo Fundo, um bom gerenciamento do uso da terra urbana é imprescindível. Políticas tradicionais de produção de casas de forma descolada do contexto urbano, que não consideram a sua localização, a oferta de serviços e de infra-estrutura, produziram problemas sociais graves em muitas cidades brasileiras, problemas que hoje engrossam o caldo do déficit habitacional brasileiro e das situações de inadequação habitacional.

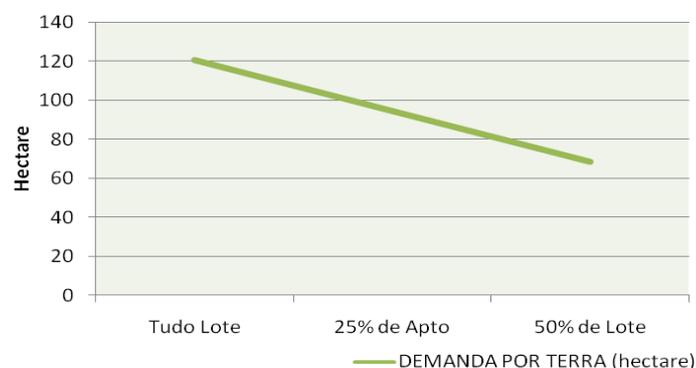
Assim, ao se estimar as demandas para o atendimento das necessidades habitacionais não se deve somente trabalhar com o número de unidades a serem construídas, mas também com a sua localização e com a necessidade de disponibilidade de terra urbanizada.

A demanda de terra urbana para superação do déficit habitacional está diretamente relacionada às tipologias que serão adotadas. Este é um tema que será aprofundado na terceira etapa, mas antecipa-se esta análise trabalhando-se com duas alternativas tipológicas: casa individual + lote e apartamento.

- Adotando-se um padrão popular de tamanho de lote em 200m²²⁰, estima-se em 300m² a cota bruta de terreno para cada lote urbanizado;
- Adotando-se o padrão PAR, com cerca de 47m² de área total por apartamento, em edifícios com 4 pavimentos, estima-se em 42m² a cota terreno para cada apartamento.

Fazendo uso destes parâmetros, apresenta-se a seguir, cenários de necessidade de terra, considerando-se a variação de 0% a 50% de atendimento do déficit urbano com a tipologia apartamento.

Gráfico 19 – Estimativa de Demanda de Terra por Tipologia Habitacional



Fonte: *Latus Consultoria*

²⁰ Lote mínimo nas Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS, segundo o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Passo Fundo.

No que diz respeito à localização dos futuros empreendimentos, analisa-se também as áreas disponíveis (livres de construção), seus valores de mercado e vantagens locacionais.

Levantamento feito de áreas vazias maiores do que 0,5ha (5.000m²) a partir do cadastro territorial, obtido junto ao Setor de Cadastro Multifinalitário da Prefeitura Municipal de Passo Fundo, apontou a existência de 874,4ha de área urbana disponível. Tais áreas estão distribuídas em 57 setores fiscais, que estão sintetizadas a seguir:

Tabela 38 – Somatório de Terra Disponível em Áreas Maiores do que 0,5ha por Setor Fiscal de Passo Fundo

SETOR FISCAL	ÁREA TOTAL (m ²)	Nº DE GLEBAS
1	71.023,17	4
2	55.713,87	2
3	30.280,80	2
4	14.196,00	2
5	5.478,20	1
6	140.276,27	4
7	13.770,34	1
8	112.270,80	6
9	16.223,49	2
10	7.049,46	1
11	480.559,61	9
12	86.000,70	1
13	27.833,10	2
15	483.730,32	27
16	41.634,01	2
17	42.780,90	4
18	88.247,70	7
19	31.224,15	3
20	91.170,48	10
21	178.166,00	1
22	801.329,43	26
23	68.695,47	2
24	80.783,96	7
26	12.831,99	2
27	668.799,91	14
28	76.965,88	9
30	32.592,00	1
33	392.165,24	14
34	47.100,71	3
35	57.969,99	3
36	75.966,03	5
38	23.518,22	2
39	13.993,20	1
40	5.269,30	1
42	307.865,50	3

43	101.200,09	6
44	7.328,70	1
46	24.642,92	1
48	20.038,88	2
50	5.693,22	1
51	537.202,13	6
55	10.000,00	1
56	459.726,70	3
57	210.597,22	3
58	9.015,50	1
59	5.523,54	1
61	41.085,16	4
62	10.826,97	1
64	18.401,90	1
65	17.235,83	2
66	8.841,97	1
68	10.184,46	1
69	7.851,28	1
70	23.092,04	12
72	126.085,99	6
99	2.235.879,91	96
100	170.065,44	2
TOTAL	8.743.996,05	337

Dados: Prefeitura Municipal de Passo Fundo

Mesmo considerando-se que nem todos os vazios urbanos serão destinados à construção de habitações e que estas áreas terão que sofrer estudo de viabilidade quanto as suas alternativas de ocupação, percebe-se que a quantidade de terra disponível é bastante suficiente ao atendimento do déficit estimado, considerando-se a tipologia unidade habitacional em lote isolado.

A disponibilidade de áreas maiores do que 0,5ha aponta oportunidades para a construção de novos loteamentos. Contudo, na política habitacional de Passo Fundo poderão ser utilizadas alternativas tipológicas, como a construção de unidades habitacionais pulverizadas para famílias que já tenham lote.

Na terceira etapa deste PLHIS serão aprofundadas as tipologias alternativas para Passo Fundo, a prioridade de localização das habitações a serem construídas para o atendimento do déficit habitacional e os custos relacionados a este atendimento.

Quanto às áreas públicas vazias, cadastro da Prefeitura Municipal apontou a existência de, aproximadamente, 230 ha. Subtraindo-se as áreas já destinadas às instalações de empresas e associação de moradores, bem como as áreas verdes de preservação e as

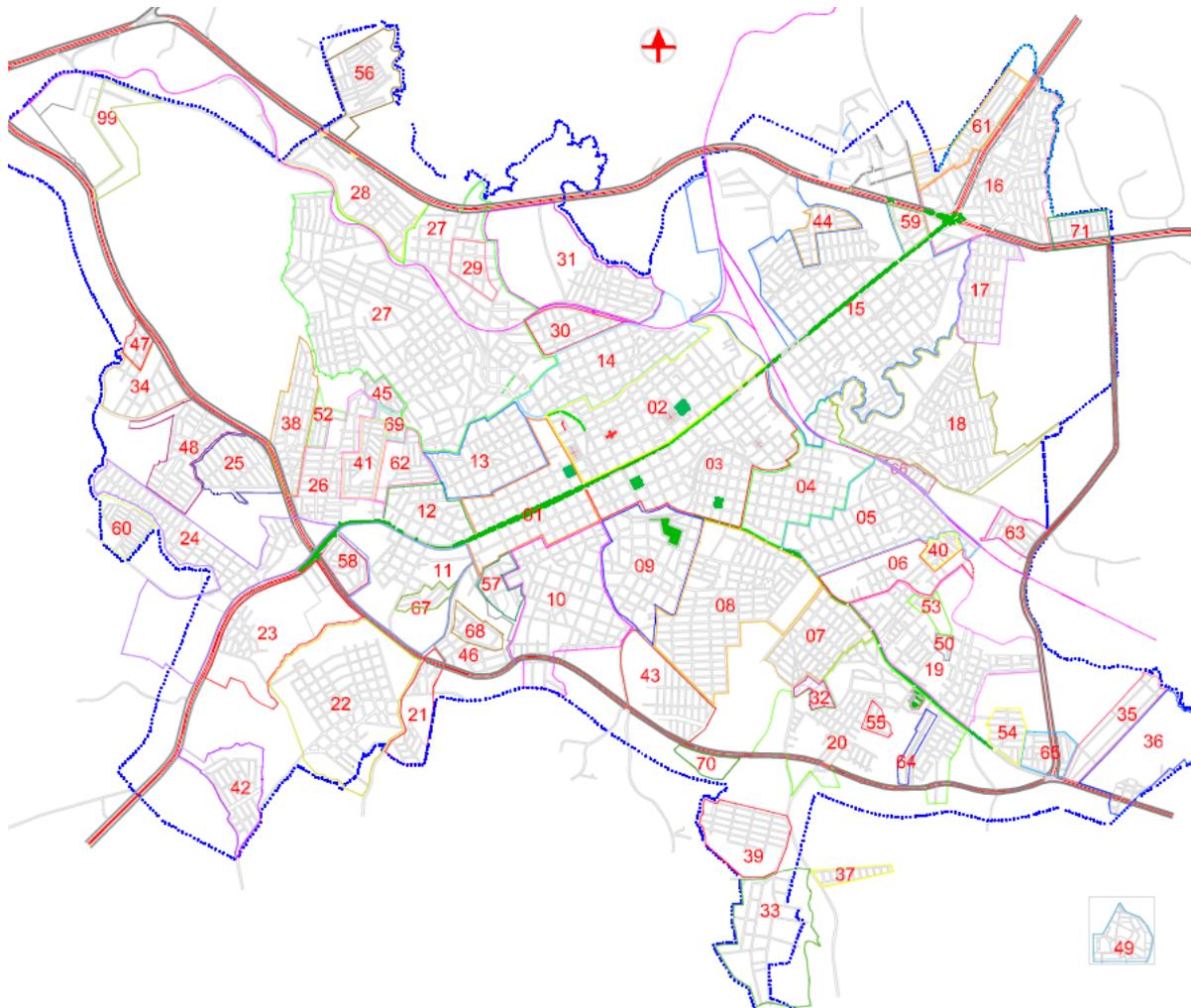
destinadas à praças e cemitério, restam 183ha aproximadamente, distribuídos nos seguintes setores:

Tabela 39 – Somatório de Terra Pública Disponível em Áreas Maiores do que 0,5 ha por Setor Fiscal de Passo Fundo

SETOR	ÁREA TOTAL (m ²)	Nº DE GLEBAS
1	71.023,17	4
7	13.779,34	1
13	22.347,52	1
15	11.200,00	1
17	6.480,00	1
18	49.732,90	4
19	8.131,11	1
22	34.139,00	3
24	22.040,78	2
26	5.532,46	1
27	495.448,00	3
33	70.131,75	2
38	23.518,22	2
39	13.993,20	1
42	285.319,00	2
44	7.328,70	1
51	214.050,40	2
56	22.204,68	1
57	25.833,00	1
59	5.523,54	1
61	31.521,60	3
65	7.373,69	1
99	386.183,13	22
TOTAL	1.832.835,19	61

Dados: Prefeitura Municipal de Passo Fundo

Figura 02 – Setores Fiscais de Passo Fundo



Dados: SEPLAN – Prefeitura Municipal de Passo Fundo

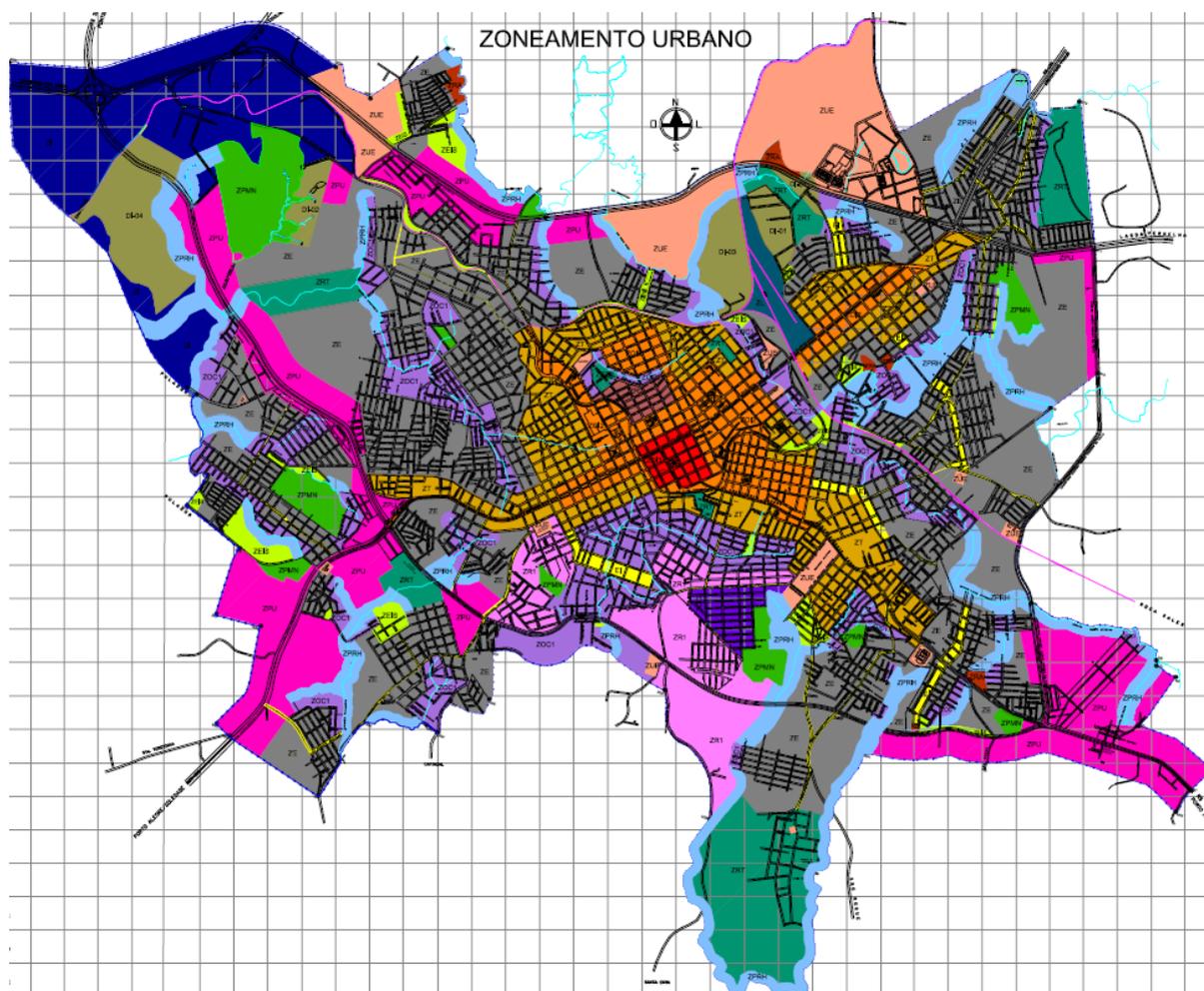
Além da disponibilidade de terra, outros elementos também devem fazer parte da decisão sobre a localização dos empreendimentos de habitação de interesse social, que serão construídos em Passo Fundo. Destaca-se neste sentido, o Plano Diretor e o valor da terra.

O Plano Diretor de Passo Fundo, no que diz respeito às possibilidades para implementar novos loteamentos com características populares (lotes menores e padrões mais flexíveis), define que estes somente poderão ocorrer nas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS).

Delimitar setores específicos da cidade para a implantação de empreendimentos de HIS através do instrumento ZEIS, está de acordo com o orientado pelas novas diretrizes da política urbana. O instrumento tem a utilidade de reservar áreas com boa localização para a

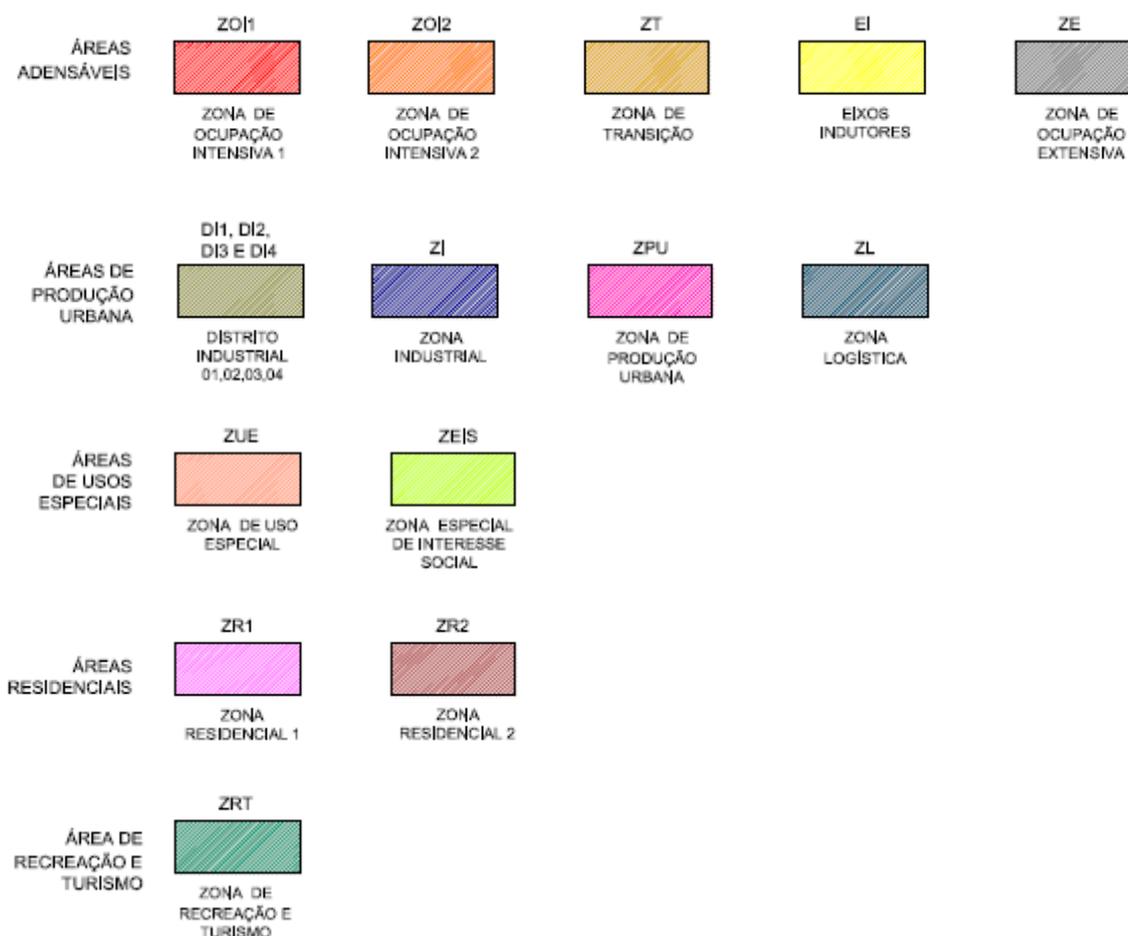
viabilização de empreendimentos de interesse social, contendo processos de especulação imobiliária. Mas para isto não basta apenas que ele esteja definido no Plano Diretor. A utilização do instrumento requer ações de gerenciamento que garantam que a sua finalidade seja atendida. A terceira etapa deste PLHIS deverá apontar um conjunto de medidas de gestão necessárias para o bom funcionamento do instrumento.

Figura 03 – Zoneamento do Plano Diretor



LEGENDA:

<p>ÁREAS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL</p>	<p>ZPRH</p>  <p>ZONA DE PROTEÇÃO DOS RECURSOS HIDRÍCOS</p>	<p>ZPMN</p>  <p>ZONA DE PROTEÇÃO DA MATA NATIVA</p>	<p>ZRA</p>  <p>ZONA DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL</p>	<p>ZOC1</p>  <p>ZONA DE OCUPAÇÃO CONTROLADA 1</p>	<p>ZOC2</p>  <p>ZONA DE OCUPAÇÃO CONTROLADA 2</p>
----------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



Fonte: SEPLAN – Prefeitura Municipal de Passo Fundo

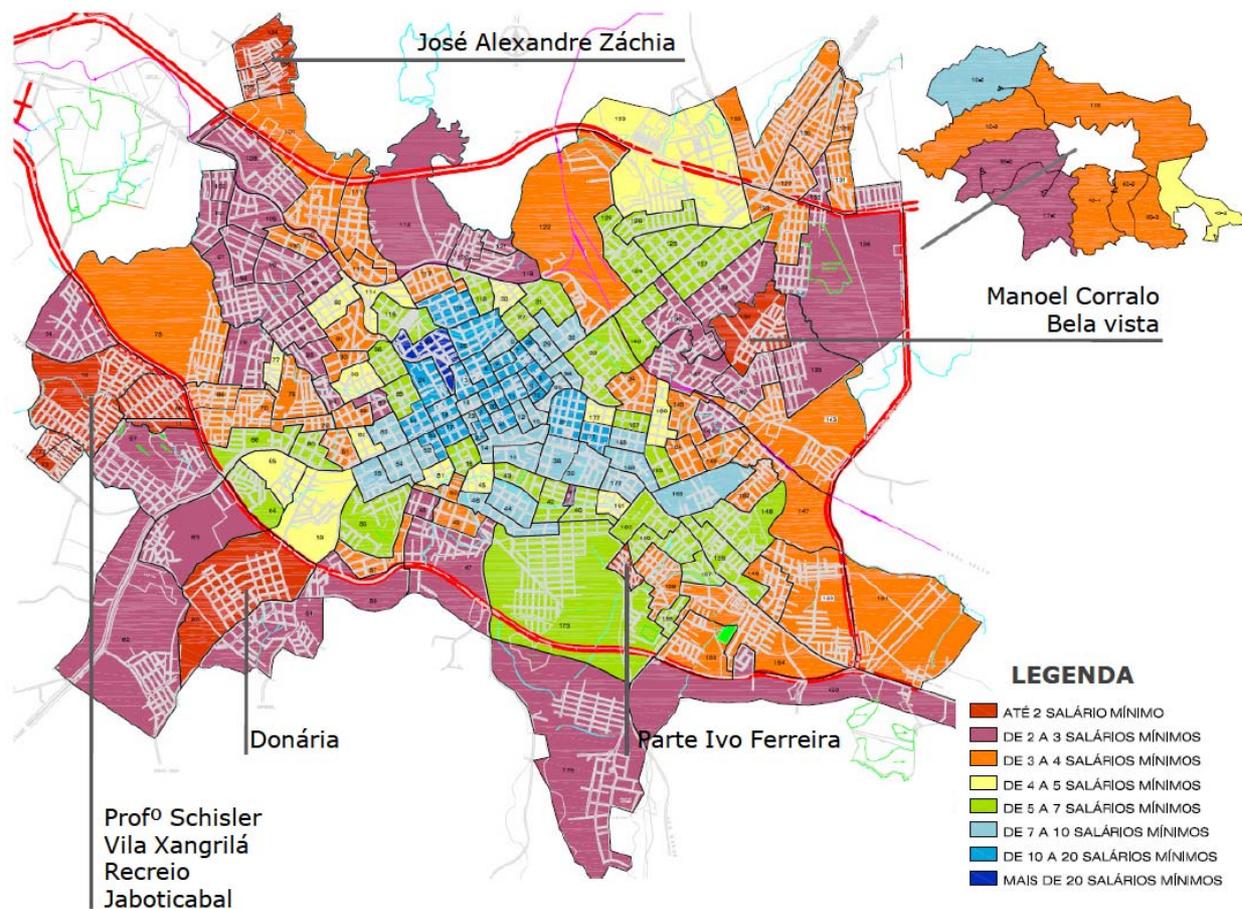
Em relação ao valor da terra, buscaram-se informações junto ao Setor de ITBI na Secretaria Municipal da Fazenda de Passo Fundo, com o objetivo de produzir uma planta de valores com informações mais atuais. O relatório disponibilizado, após a tramitação de processo de interno, não apontou os valores de compra e venda. Desta forma, a Secretaria Municipal de Habitação tentará viabilizar o relatório completo para discussão na próxima etapa, Estratégias de Ação.

Na ausência desta matriz de valores busca-se a informação sobre o perfil sócio-econômico dos bairros de Passo Fundo.

Analisando-se a distribuição das faixas de renda do chefe de família apresentada pelo Censo de 2000 (ajustada financeiramente para o ano de 2008), verifica-se que as famílias com a menor renda (até 2 salários mínimos) estão localizadas nos bairros José Alexandre Záchia, Manoel Corralo, Bela Vista, Profº Schissler, Vila Xangrilá, Recreio, Jaboticabal, Donária e parte do Ivo Ferreira. Num segundo patamar, na faixa de renda de 2 a 3 salários

mínimos, encontramos outras tantas áreas, também periféricas, bem como parte do território rural, nos distritos de Bom Recreio e Pulador. E as famílias com a maior renda (mais de 7 salários mínimos) encontram-se nas áreas mais próximas ao centro, bem como em parte do território rural, no distrito Bela Vista .

Figura 04 – Renda



Dados: IBGE; Atualização: Latus Consultoria

5. A POLÍTICA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE PASSO FUNDO

5.1. A Produção e a Melhoria das Unidades de HIS

Ao se analisar do ponto de vista quantitativo, a produção de unidades habitacionais populares ao longo das últimas décadas, na maior parte dos municípios brasileiros de médio e grande portes, verificamos uma significativa redução desta produção no período pós-BNH. Em Passo Fundo não se localizou dados da produção de habitação de interesse social deste período, quando o tema ainda era tratado junto à Secretaria de Planejamento.

Portanto, foram listadas as produções públicas mais antigas, a partir da memória de gestores municipais daquela época, conforme se verifica no quadro a seguir:

Quadro 06 – Produções Públicas Mais Antigas

ANO	NOME	OBSERVAÇÕES
Déc. 60	Primeiras Produções Habitacionais	Não há dados
1981	Lot. Jaboticabal	Não há dados
1980	COHAB I	Não há dados
1982	COHAB II	Não há dados
1984	PRÓ-MORAR	Não há dados
1993	Alvorada	Complementação do Jaboticabal
1993	Habitar Brasil	Aprox. 200 casas pulverizadas
Déc. 90	Profº Schissler	Aprox. 50 casas pulverizadas
Déc. 90	Bom Jesus	Não há dados
Déc. 90	Manoel Corralo	Não há dados
Déc. 90	Cel. Massot/Lot. Brigada Militar	Não há dados

Dados: SEPLAN - Prefeitura Municipal de Passo Fundo

Desde 2005 a Prefeitura Municipal de Passo Fundo, através da Secretaria Municipal de Habitação, beneficiou 276 famílias (entre lote e casa, apenas casa e apenas lote urbanizado). As informações detalhadas destas intervenções encontram-se na tabela a seguir:

Tabela 40 – Produções Públicas após 2005

ANO	BAIRRO	QUANT	DESCRIÇÃO	ORIGEM DA TERRA	FONTE DE RECURSOS	SITUAÇÃO
2007	Parque do Sol	100	lote e casa	Área privada desapropriada	Federal (PAC)	Concluído
2006	Vila Donária	20	lote e casa	Área municipal	Federal/Municipal	Concluído
2007	Recreio	30	lote e casa	Área privada desapropriada	Federal/Municipal	Concluído
2007	Dom Rodolfo	1	casa pulverizada	Lote das famílias contempladas	Municipal	Concluído
	Leão XIII	1	casa pulverizada			
	Jaboticabal	1	casa pulverizada			
	Planaltina	2	casa pulverizada			
	Victor Issler	1	casa pulverizada			
	Petrópolis	1	casa pulverizada			
	Vila Luiza	2	casa pulverizada			
	Santa Marta	1	casa pulverizada			
	Vila União	1	casa pulverizada			
	Parque Farroupilha	1	casa pulverizada			
	Lucas Araújo	1	casa pulverizada			
	Vila Fátima	1	casa pulverizada			
2009	Jardim Botânico	1	casa pulverizada	Lote das famílias contempladas	Federal/Municipal	Concluído
	São José	1	casa pulverizada			
	Nenê Graeff	1	casa pulverizada			
	Vera Cruz	1	casa pulverizada			
	Profª Schissler	1	casa pulverizada			
	Santa Marta	2	casa pulverizada			
	Vila Luiza	1	casa pulverizada			
	Santo Antônio	1	casa pulverizada			
	Manoel Corralo	2	casa pulverizada			
	Planaltina	1	casa pulverizada			
2008	Lot. Bom Jesus	100	lotes urbanizados		Federal (PAC)	Em andamento
TOTAL		276				

Dados: Prefeitura Municipal de Passo Fundo

Mais recentemente, a Prefeitura Municipal de Passo Fundo doou duas áreas para o *Programa Minha Casa Minha Vida*, sendo uma delas no bairro Planaltina, para construção de 220 apartamentos para famílias com renda entre 3 e 6 salários mínimos, e a outra área é na Vila Donária, onde serão construídas 58 unidades habitacionais para população com renda até 3 salários mínimos.

E ainda, dentro do *Programa Minha Casa Minha Vida - Empresas*, a Prefeitura Municipal de Passo Fundo disponibilizará o cadastro das famílias e o trabalho social,

cooperando com a Construtora Piori na construção de 150 unidades habitacionais no bairro São Luiz Gonzaga, e mais 250 unidades habitacionais da Vila Donária, para famílias com renda entre 3 e 6 salários mínimos.

Da mesma forma, no *Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades*, onde a ONG Grupo de Mulheres Unidos Venceremos, do Loteamento Leonardo Ilha, estará viabilizando a construção de 240 unidades habitacionais, e a Cooperativa Bom Fim estará viabilizando a construção de 250 unidades habitacionais; 150 destas unidades serão em área adquirida e urbanizada pelo poder público no bairro Bom Jesus e as demais unidades serão pulverizadas em lotes das famílias beneficiadas, com renda até 3 salários mínimos.

Além das intervenções públicas já detalhadas acima, destaca-se algumas produções privadas, com financiamento pela Caixa Econômica Federal (PAR) para famílias com renda até 5 salários mínimos, com um total de 836 apartamentos entre 2000 e 2009.

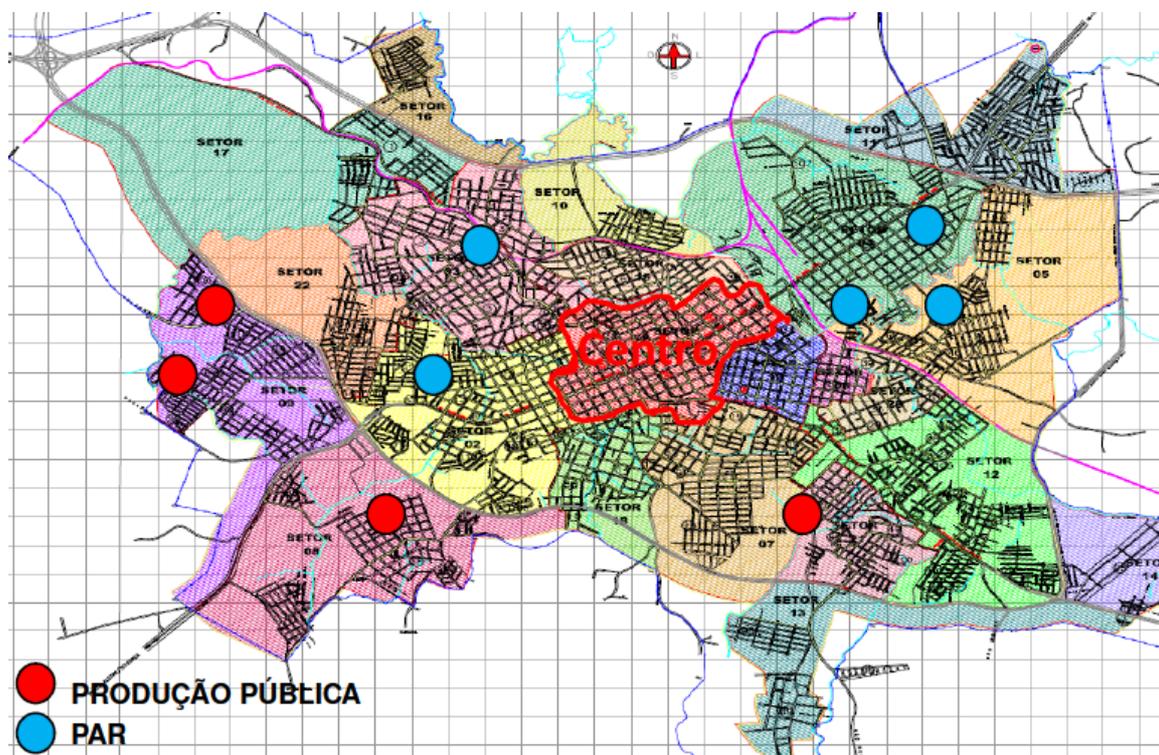
Tabela 41 – Produções Privadas - PAR

ANO	NOME	QUANT	FONTE DE RECURSOS	SITUAÇÃO
2004	PAR Petrópolis	96	-	Concluído
2005	PAR Boqueirão I	180	Financiamento 2 a 5 SM	Concluído
2006	PAR Boqueirão I	180	Financiamento 2 a 5 SM	Concluído
2006	PAR Hélio Toldo	200	Financiamento 1,5 a 3 SM	Concluído
2007	PAR Vera Cruz	180	Financiamento 2 a 5 SM	Concluído
TOTAL		836		

Dados: Caixa Econômica Federal

Observando-se a localização das intervenções públicas, nota-se o quanto estes estão localizados nas periferias do núcleo urbano, com exceção do Loteamento Bom Jesus, que se encontra dentro do anel viário municipal. Em relação às produções privadas (PAR) observa-se que estes estão melhor localizados.

Figura 05 – Localização dos Loteamentos Populares em Passo Fundo



Dados: Secretaria Municipal de Habitação

Ainda se destaca a produção de 93 unidades habitacionais com financiamento à fundo perdido para famílias de baixa renda, junto à Caixa Econômica Federal, dentro do Programa Crédito Solidário.

Tabela 42 – Produções Privadas – Crédito Solidário

ANO	NOME	QUANT	SITUAÇÃO
2008	Moradia Popular	20	Atrasada
2008	Moradia Popular	20	Atrasada
2008	PCS - Equaliza	13	Atrasada
2008	PCS - Equaliza	20	Atrasada
2008	Moradia Popular	20	Concluída
TOTAL		93	

Dados: Caixa Econômica Federal

Quanto às intervenções na área rural, destacam-se as reformas, melhorias e construção de unidades habitacionais a partir de parcerias da COOHAF com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Passo Fundo, bem como a atuação de outras duas entidades privadas, a CRESOL e a CREHNOR. Tais parcerias beneficiaram 33 famílias entre 2000 e 2009.

Tabela 43 – Produções na Área Rural

ANO	NOME	QUANT	FONTE DE RECURSOS	SITUAÇÃO
2004	PSH CREHNOR/MPA PASSO FUNDO	2	FGTS / PSH-MAT.CONSTUC	ATRASADA
2006	COOHAF RES 460	9	FGTS / OPER COLET PULV	CONCLUIDA
2006	COOHAF RES 460	15	FGTS / OPER COLET PULV	CONCLUIDA
2007	CRESOL - CCFGTS 08 REFORMAS	7	FGTS / OPER COLET PULV	CONCLUIDA
TOTAL		33		

Dados: Caixa Econômica Federal

5.2. O Investimento Público em Habitação

A fim de analisar a evolução do investimento público em habitação, recorre-se aos dados disponíveis no Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul e coletam-se as informações referentes ao município de Passo Fundo. Todos os valores foram convertidos para preços reais de 2007, de modo que é possível compará-los sem incorrer em distorções de valores significativas.

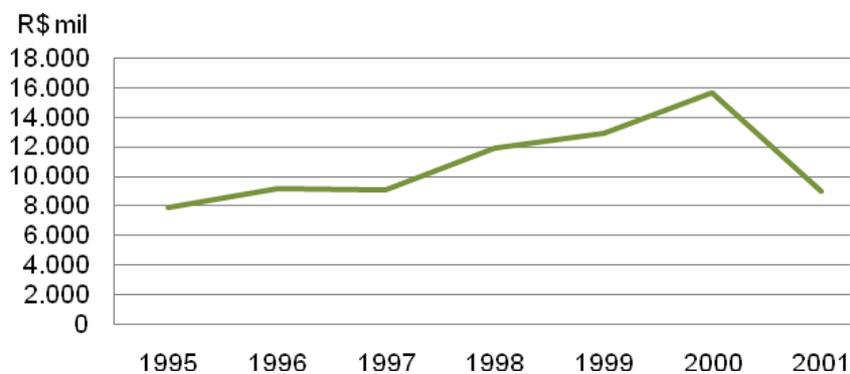
Assim, entre 1995 e 2001 a média de investimento em Habitação e Urbanismo foi de R\$ 10,8 milhões, o que correspondeu em média a 11,78% do total da despesa realizada em cada ano. Em 2000, verificou-se o maior investimento neste setor (R\$ 15,6 milhões), correspondendo a 14,48% das despesas totais.

**Tabela 44 – Investimentos em Habitação e Urbanismo no Município de Passo Fundo
(Preço Real - Base 2007)**

Gastos com Habitação e Urbanismo no Município de Passo Fundo (Preço Real - Base 2007)		
Despesa (R\$)	Despesa (R\$)	Despesa (R\$)
1995	7.908.111,68	11,80
1996	9.203.329,70	11,78
1997	9.123.000,59	11,90
1998	11.935.556,35	11,63
1999	12.947.947,45	12,44
2000	15.638.466,17	14,48
2001	8.988.217,16	8,41

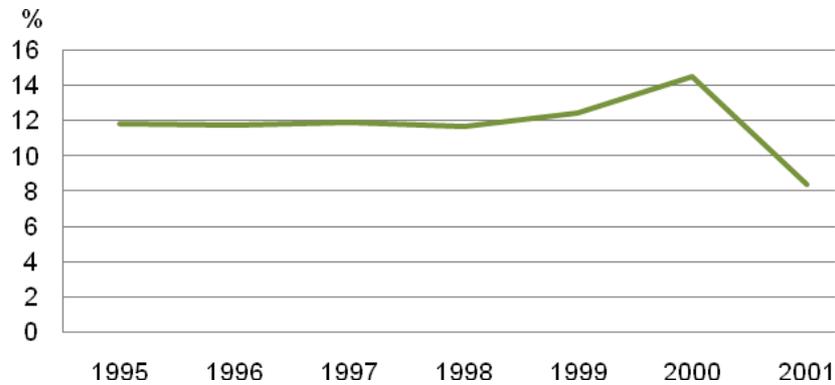
Dados: TCE- RS

Gráfico 20 – Investimentos em Habitação e Urbanismo em Preços Reais – (Base 2007)



Dados: TCE- RS

**Gráfico 21 – Investimentos em Habitação e Urbanismo – Despesa Realizada (%)
(1995-2000)**



Dados: TCE- RS

A partir de 2002, os dados disponíveis são mais detalhados e nos permitem analisar, separadamente, os investimentos em urbanismo, em habitação, em saneamento e em gestão ambiental.

Segundo a Portaria N°. 42 de 14 de Abril de 1999, do Ministério de Orçamento e Gestão, assim se caracterizam as categorias citadas:

Quadro 07 – Categorias Orçamentárias

Urbanismo	Infra-Estrutura Urbana
	Serviços Urbanos
	Transportes Coletivos Urbanos
Habitação	Habitação Rural
	Habitação Urbana
Saneamento	Saneamento Básico Rural
	Saneamento Básico Urbano
Gestão Ambiental	Preservação e Conservação Ambiental
	Controle Ambiental
	Recuperação de Áreas Degradadas
	Recursos Hídricos
	Meteorologia

Fonte: Ministério de Orçamento e Gestão

Entre 2002 e 2007 percebe-se que a maior parte dos investimentos é feita em urbanismo. Os gastos com urbanismo oscilaram entre 12,78 e 16,32% do total das despesas neste período, o que corresponde em média a 14,24%, ou R\$ 17,2 milhões.

A soma dos gastos anuais nestes quatro setores entre 2002 e 2007, variou bastante. O maior valor foi atingido no ano 2007 (R\$ 24.954.886,49) e o menor em 2006 (R\$ 17.380.301,72), apresentando um gasto médio em torno de R\$ 19,7 milhões por ano.

Especificamente em relação aos gastos com habitação, verificamos que estes ainda são muito pequenos, não chegam a representar 1% do total das despesas em quase todos os anos analisados (com exceção de 2002, quando as despesas em habitação representaram 1,68% dos gastos totais do município). Em 2005, contudo, percebemos o menor investimento nesse setor, o qual representou apenas 0,66% dos gastos totais do município.

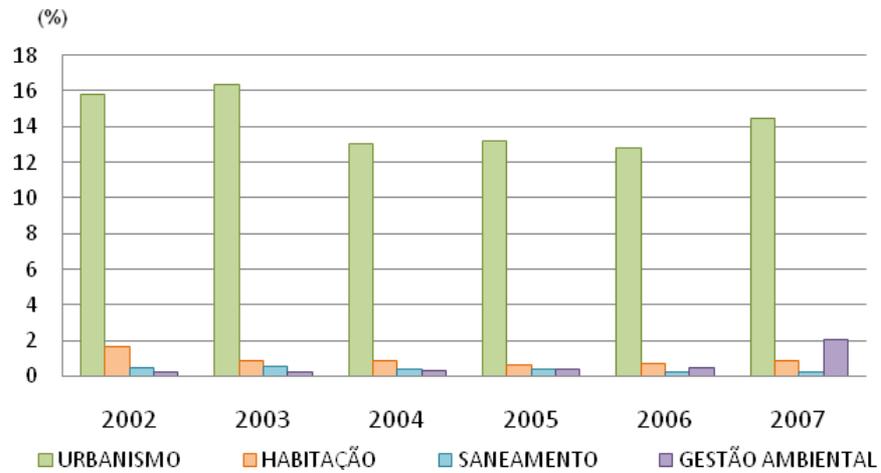
Os gastos em saneamento foram em média 0,4% dos gastos totais entre 2002 e 2007. Já os gastos com gestão ambiental representaram, em média, 0,61% dos gastos totais do município no mesmo período.

Tabela 45 – Investimentos no Município de Passo Fundo (Preço Real - Base 2007)

PASSO FUNDO								
Ano	URBANISMO		HABITAÇÃO		SANEAMENTO		GESTÃO AMBIENTAL	
	Despesa (R\$)	% Despesa Realizada	Despesa (R\$)	% Despesa Realizada	Despesa (R\$)	% Despesa Realizada	Despesa (R\$)	% Despesa Realizada
2002	16.476.881,31	15,77	1.751.686,12	1,68	523.144,20	0,50	211.608,28	0,20
2003	17.823.127,92	16,32	981.967,34	0,90	631.797,31	0,58	288.311,72	0,26
2004	15.745.547,12	13,00	1.078.688,39	0,89	521.078,00	0,43	413.361,71	0,34
2005	15.686.678,26	13,16	789.723,57	0,66	462.894,20	0,39	441.005,67	0,37
2006	17.236.770,09	12,78	966.772,97	0,72	348.344,65	0,26	601.463,51	0,45
2007	20.477.447,77	14,43	1.211.840,04	0,85	344.369,50	0,24	2.921.229,18	2,06

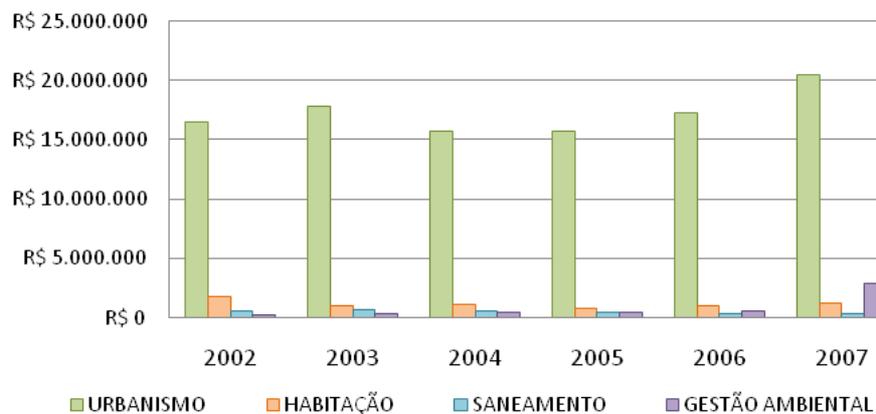
Dados: TCE- RS

Gráfico 22 – Proporção de Investimentos no Município de Passo Fundo



Dados: TCE- RS

Gráfico 23 – Investimentos no Município de Passo Fundo – Preços Reais (Base 2007)



Dados: TCE- RS

6. A INSTITUIÇÃO PÚBLICA E A SOCIEDADE

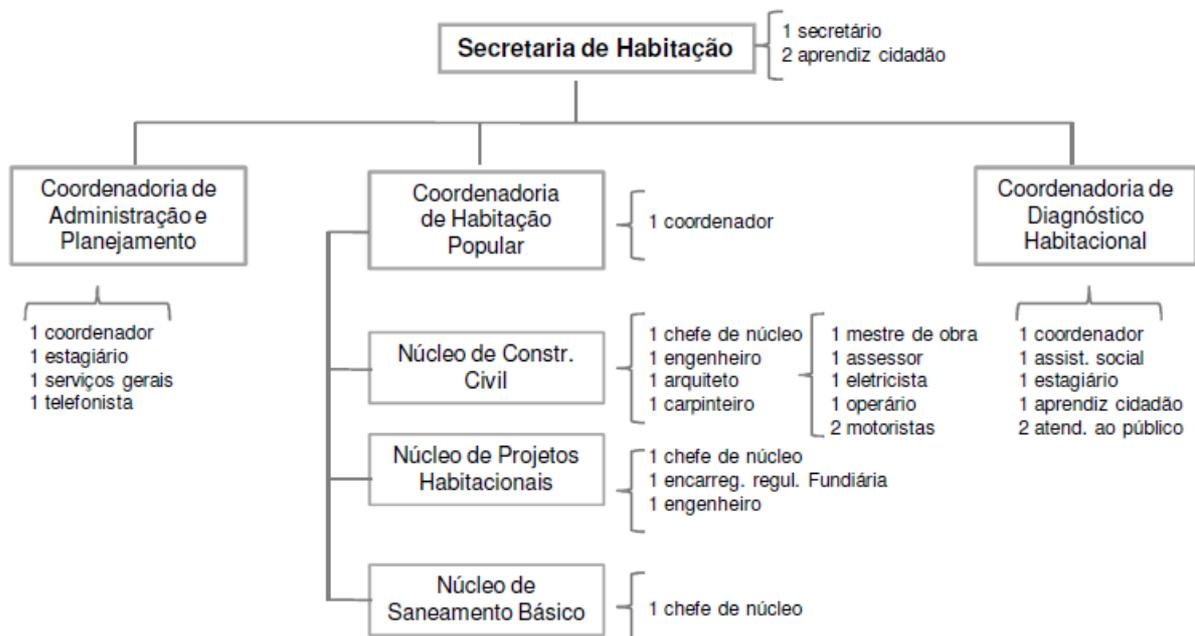
6.1. O Tema Habitacional na Prefeitura Municipal

A Prefeitura Municipal de Passo Fundo, de um modo geral, é bem estruturada, mas não possui uma política habitacional desenhada para o enfrentamento dos problemas locais. As intervenções públicas são pouco significativas frente à demanda, com atendimento basicamente às questões emergenciais e pontuais. Não se observou a existência de uma visão estratégica sobre a questão habitacional, sendo o tema habitacional tratado de forma fragmentada e desarticulada.

Em 2000 criou-se a Secretaria Municipal da Habitação (SEHAB) sendo instalada em janeiro de 2001. Anteriormente, desde 1993, o tema da Habitação era tratado sob responsabilidade de um setor, dentro da Secretaria Municipal do Planejamento (SEPLAN).

Atualmente a SEHAB dispõe da seguinte estrutura:

Figura 06 – Organograma da Secretaria Municipal de Habitação



Dados: Secretaria Municipal de Habitação

A Secretaria Municipal de Habitação implantou um sistema de cadastramento de famílias, sendo regulamentado através da Lei Nº. 4.150/2004, determinando o sistema de classificação dos inscritos no cadastro para programas habitacionais. A lei estabelece pontuação conforme números de filhos, números de integrantes da família, tempo de residência em Passo Fundo, renda, pessoa portadora de deficiência, etc.

Analisando-se o cadastro existente, verificou-se que este não se apresenta adequado à aplicação da referida lei, na medida em que está parcialmente informatizado, encontrando-se sistematizado apenas em síntese em uma planilha (Microsoft Excel), onde consta: o número do cadastro, a solicitação realizada e algumas observações pontuais.

Também não se observou maiores articulações com outras secretarias quanto às intervenções públicas, principalmente quanto ao planejamento de novos empreendimentos. Apenas se observou uma boa integração com a Secretaria Municipal do Meio Ambiente frente às ocupações em APP (Área de Proteção Permanente), conforme casos acionados pelo Ministério Público.

Há necessidade de se compreender a moradia como um passo para um processo efetivo de inclusão social, articulando os diversos temas (educação, saúde, trabalho, renda, transporte, lazer, meio ambiente e etc.) na promoção de um empreendimento de habitação de interesse social.

6.2. Aspectos Normativos

O Plano Diretor de Passo Fundo foi elaborado em 1984. Em 1999 o município iniciou a sua revisão, sendo aprovada em lei apenas em 2006. Portanto, a Lei Complementar Nº 170/2006, apresenta o *Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado* revisado sob a égide do Estatuto das Cidades, possuindo como um de seus objetivos “o acesso à propriedade e à habitação, especialmente para a população socialmente vulnerável”. O Plano Diretor também apresenta todos os instrumentos do Estatuto da Cidade, importantes para a gestão do solo e para o cumprimento da função social da propriedade, porém, faltam suas regulamentações específicas para que os mesmos sejam implementados.

6.3. O Conselho e o Fundo Municipal de Habitação

Passo Fundo dispõe de Conselho e de Fundo Municipal de Habitação, ambos legalmente instituídos, porém com uma legislação bastante antiga e com nomenclaturas pouco usuais. O conselho é participativo e representativo, porém atua mediante questões emergenciais pautadas pela Secretaria Municipal de Habitação. Atualmente, a composição do conselho, bem como a alteração da lei, vem sendo discutida.

A Lei Municipal Nº. 2.862/1993 cria o CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E DO BEM ESTAR SOCIAL, em caráter deliberativo, e o FUNDO MUNICIPAL a ele vinculado. A seguir, algumas considerações sobre a legislação²¹:

- Define ampla destinação aos recursos do Fundo, tais como: construção de moradias, regularização, urbanização, melhorias, aquisição de material de construção, regularização fundiária, apoio à organização comunitária, complementação da infraestrutura, projetos experimentais, remoção de assentamentos em áreas de risco e outras opções de interesse social;
- Não explicita o que considera como baixa renda;
- Não explicita que os representantes da sociedade serão escolhidos de forma democrática;
- Não faz referência ao Plano Local de Habitação de Interesse Social;
- Atualmente o Conselho é constituído por 15 membros: 3 representantes do Poder Executivo; 2 indicados pelo Poder Legislativo; 1 representante da União das Associações de Bairro de Passo Fundo; 2 representantes de Organizações Comunitárias; 1 representante de Organizações Religiosas; 1 representante da Universidade de Passo Fundo (UPF); 1 representante de entidades patronais; 1 representante dos Sindicatos de Trabalhadores; 1 representante do CREA/Passo Fundo; 1 representante do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e 1 representante do Sindicato da Indústria, Construção Civil e Mobiliário;
- Define ampla competência para o Conselho Municipal de Habitação, inclusive aprovar as diretrizes e normas para a gestão do Fundo Municipal de Habitação.

Em reuniões com o Conselho Municipal de Habitação de Passo Fundo sobre o PLHIS, foi demonstrada a atuação regular que o Conselho tem. Também foi demonstrada a sua grande expectativa em relação ao Plano Local de Habitação de Interesse Social. Desta

²¹ O parecer detalhado sobre esta lei encontra-se no Anexo IV.

forma, fortalecer o Conselho Municipal de Habitação é um tema que deverá ser incorporado às estratégias de ação deste PLHIS.

6.4. A Participação dos Agentes da Sociedade

Em Passo Fundo existem muitas práticas de organização social. A União das Associações de Moradores de Passo Fundo (UAMPAF) é um dos segmentos mais atuantes e representativos da sociedade, observados durante a elaboração deste diagnóstico.

Do ponto de vista do engajamento da iniciativa privada na produção de HIS, Passo Fundo apresenta boas condições para a ampliação desta parceria, pois conta com um bom quadro de profissionais, de construtores e de mão-de-obra qualificada. Porém, em reunião com empreendedores imobiliários, foi destacado que o mercado imobiliário para as faixas de renda maiores é muito atraente, sendo considerado pouco lucrativo o mercado de habitação de interesse social.

Foi comentado que os empreendimentos do Programa de Arrendamento Residencial (PAR/Caixa) foram produzidos por empresas de outras cidades, mas mesmo assim, foi demonstrado o interesse em ampliar a produção habitacional para este público, sendo a diminuição do tempo para aprovação dos loteamentos um possível facilitador para viabilidade financeira destes empreendimentos.

6.5. Considerações sobre o Cadastro Único

O Cadastro Único é um banco de dados do Governo Federal para cadastramento das famílias mais empobrecidas da sociedade. O critério para cadastramento destas famílias é a renda, sendo exigido o recebimento máximo de 3 salários mínimos por família, ou de ½ salário por pessoa da família. É deste banco de dados federal que são extraídas as famílias que recebem o benefício federal “Bolsa Família”.

Os dados extraídos do Cadastro Único podem proporcionar uma amostragem extremamente qualificada, por incluir as áreas mais pobres do município. No entanto, Passo Fundo dispõe de uma infinidade de nomes de bairros lançados neste sistema, fragmentados entre nomes de bairros, vilas, loteamentos, assentamentos, etc., dificultando a realização da consulta e a realização de uma leitura destes dados. Outro problema significativo que

dificultou a coleta destes dados foram as várias formas de se escrever cada um destes nomes, necessitando de um trabalho muito mais investigativo do que consultivo.

Desta forma, os dados obtidos no sistema “Cadastro Único” de Passo Fundo não refletiram a realidade local, sendo uma recomendação deste PLHIS a ser discutida na terceira etapa (Estratégias de Ação), a compatibilização destes dados, para que tal cadastro possa ser utilizado como uma ferramenta de trabalho na implementação do planejamento de políticas sociais.

7. APONTAMENTOS PARA A TERCEIRA ETAPA DESTE PLHIS

O presente diagnóstico constitui-se como a principal referência para a elaboração das estratégias de ação, do Plano Local de Habitação de Interesse Social de Passo Fundo.

Desta forma, destacam-se alguns temas que deverão, necessariamente, fazer parte das discussões de elaboração das estratégias de ação:

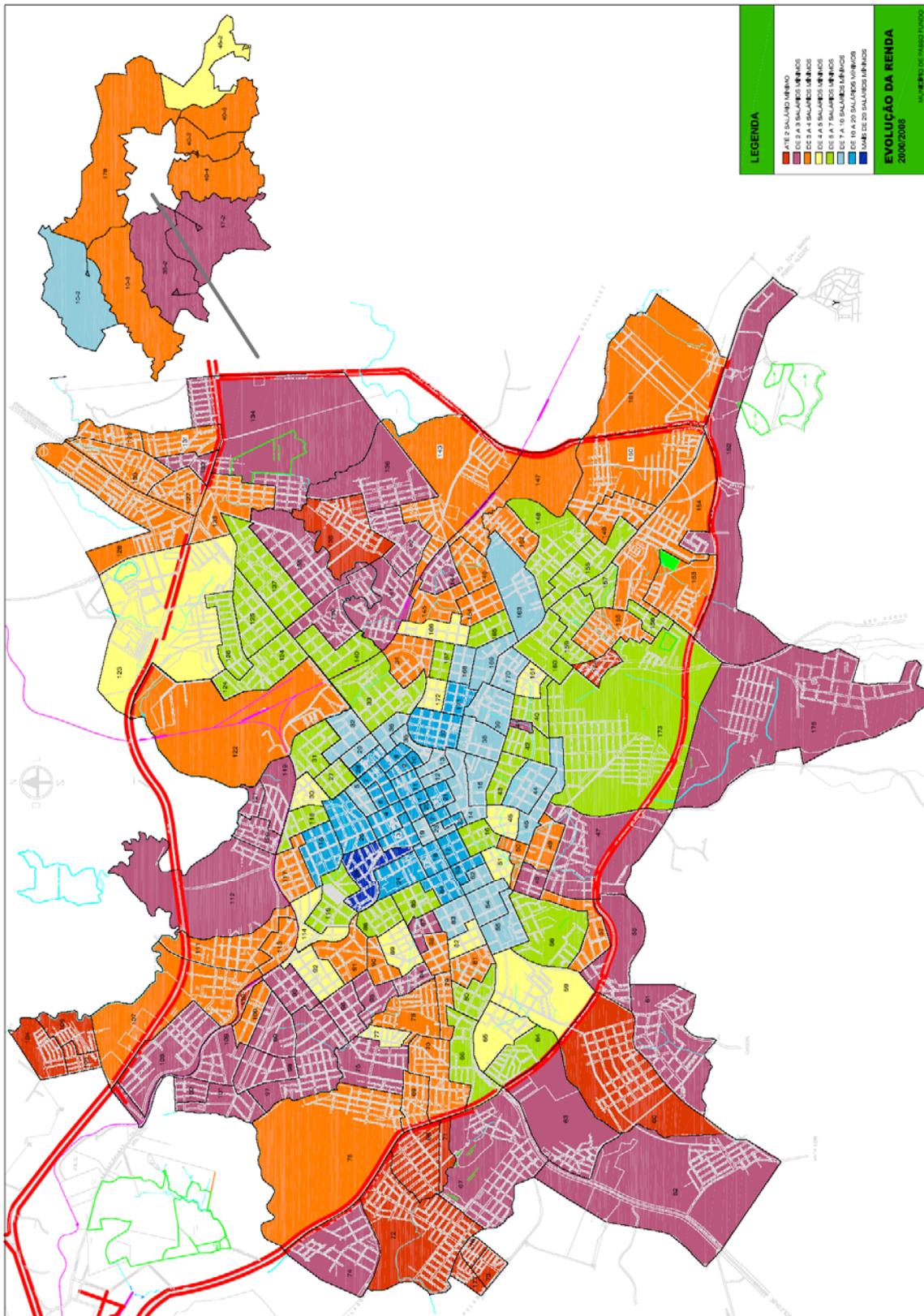
- O crescimento de Passo Fundo. Entre 2000 e 2008 a população aumentou 9,9% e a taxa de urbanização, 1%. O crescimento da população impõe desafios no que diz respeito à gestão das demandas habitacionais atuais e futuras;
- As prioridades de atendimento. Deverá ser identificada qual é a demanda habitacional prioritária do Município. Para isto, os levantamentos existentes apresentados neste diagnóstico servirão de base de informações;
- Os problemas das famílias que residem na beira dos trilhos é um tema crucial;
- A significativa proporção de famílias com renda baixa e que residem em moradias alugadas. Este contingente de famílias constitui uma demanda específica de HIS;
- A necessidade de se ampliar e diversificar a atuação pública na política habitacional, face às demandas habitacionais;
- O potencial envolvimento de distintos agentes na produção de HIS, como associações de moradores, cooperativas habitacionais e a iniciativa privada;
- As questões institucionais. Integração, articulação entre departamentos, transparência das ações públicas. Ações para a gestão efetiva da política habitacional;
- A questão territorial. Alternativas estratégicas para a gestão do solo urbano com foco no cumprimento da função social da propriedade e na garantia do acesso universal à terra urbanizada.

8. ANEXOS

ANEXO I

Dados do IBGE

ANEXO I – DADOS DO IBGE



ANEXO II

Dados dos Agentes de Saúde

ANEXO II – DADOS DOS AGENTES DE SAÚDE

QUESTIONÁRIO PARA LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES NAS MICRO-ÁREAS DE SAÚDE

LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES PARA O DIAGNÓSTICO DO PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO

NOME DO AGENTE:
TELEFONE DE CONTATO:
ÁREA E MICRO-ÁREA DE ATUAÇÃO:
Nº DE HABITAÇÕES ATENDIDAS PELO AGENTE:
Nº DE PESSOAS ATENDIDAS PELO AGENTE:

As informações incluídas no questionário a seguir, subsidiarão o diagnóstico do **Plano Local de Habitação de Interesse Social** que está sendo elaborado para o **Município de Passo Fundo**. Desta forma, contamos com o seu empenho em preenchê-lo de forma adequada, com o objetivo de retratar a realidade da melhor maneira possível.

Nosso objetivo é ter um conhecimento mais aprofundado dos problemas habitacionais. Para isto, pedimos que você identifique as seguintes situações na micro-área em que você atua, preenchendo as questões a seguir:

SOBRE O DÉFICIT HABITACIONAL (Situações em que a família precisa de uma nova casa).

DÉFICIT HABITACIONAL = COABITAÇÃO + CASAS PRECÁRIAS/RISCO + CASAS IMPROVISADAS

a. COABITAÇÃO:

Certamente na sua micro-área há muitas casas que abrigam mais de uma família. Por exemplo: famílias que alugam quartos em casas de outra família, dois casais na mesma casa, filhos casados morando com os pais etc. Este é um problema habitacional, certo? Precisamos saber quantas casas precisamos construir para atender a estas famílias que residem em casas de outras famílias e que não têm dinheiro suficiente para comprar sua própria casa.

b. CASAS PRECÁRIAS E/OU DE RISCO:

Provavelmente, além da situação descrita a cima, você também tem em sua micro-área, famílias que residem em casas muito ruins, de material inadequado, que estejam caindo ou que estejam em área de risco (beira de rios, riachos, arroios, etc.). Precisamos saber quantas casas precisamos construir para atender a estas famílias que moram nesta condição.

c. CASAS IMPROVISADAS:

Outro problema que provavelmente há na sua micro-área, são famílias que residem em locais que não são adequados à moradia, como: galpões, porões, barracas, etc. Precisamos também saber quantas casas precisamos construir para atender a estas famílias que moram nesta condição

Se você entendeu bem estes conceitos, agora responda sobre as famílias que você atende na sua micro-área. Precisamos saber quantas casas precisam ser construídas para atender às necessidades das famílias da sua micro-área. Então, por favor, preencha com atenção e não coloque a mesma família em mais de uma situação descrita a seguir, se não a conta vai dar errada.

1. Quantas famílias precisam de nova casa porque moram na casa de outra família? (COABITAÇÃO)

Resposta: famílias

2. Quantas famílias precisam de nova casa porque moram em casas precárias ou de risco?

Resposta: famílias

3. Quantas famílias precisam de nova casa porque moram em casas improvisadas?

Resposta: famílias

ENTÃO, O DÉFICIT HABITACIONAL DE SUA MICRO-ÁREA É DE:

..... **CASAS** (resposta 1 + resposta 2 + resposta 3)

SOBRE A INADEQUAÇÃO HABITACIONAL (Situações em que a casa onde a família reside precisa ser adequada). Por favor, não coloque aqui aqueles casos em que a família precisa de uma nova casa, mas apenas aqueles em que a família reside em uma casa que precisa ser ampliada e/ou receber banheiro.

a. FALTA DE BANHEIRO:

Certamente na sua micro-área há muitas casas que não têm banheiro. Este é um problema bastante comum no nosso país. Precisamos saber quantas famílias da sua micro-área moram nesta condição.

b. ADENSAMENTO EXCESSIVO:

Provavelmente você também tem na sua micro-área casas em que moram pessoas demais para o seu tamanho ou para o seu número de peças. É apenas uma família, mas esta família é grande demais para o tamanho da casa. Nestes casos, não precisamos de uma nova casa, mas sim ampliar a existente. Precisamos saber quantas famílias da sua micro-área moram em uma casa em que o NÚMERO DE PESSOAS QUE ALÍ MORAM É MAIOR DO QUE 3 MORADORES PARA CADA PEÇA (dormitório e sala). Por exemplo: 4 moradores para 1 dormitório; 7 moradores para 2 dormitórios, etc.

Se você entendeu bem estes conceitos, agora responda sobre as famílias que você atende na sua micro-área. Precisamos saber quantas casas precisam ser adequadas para atender às necessidades das famílias da sua micro-área. Então, por favor, preencha com atenção e não coloque a mesma família que você já colocou nos itens referentes ao DÉFICIT HABITACIONAL.

1. Quantas casas não têm banheiro?

Resposta:casas

2. Quantas casas precisam ser ampliadas porque nela moram mais de 3 moradores por cada dormitório?

Resposta: casas

SOBRE A MORADIA EM ALUGUEL – Uma outra situação importante para a elaboração do diagnóstico habitacional, é saber quantas famílias na sua micro-área moram em casas alugadas. Por favor, nos informe este número:

Resposta:famílias

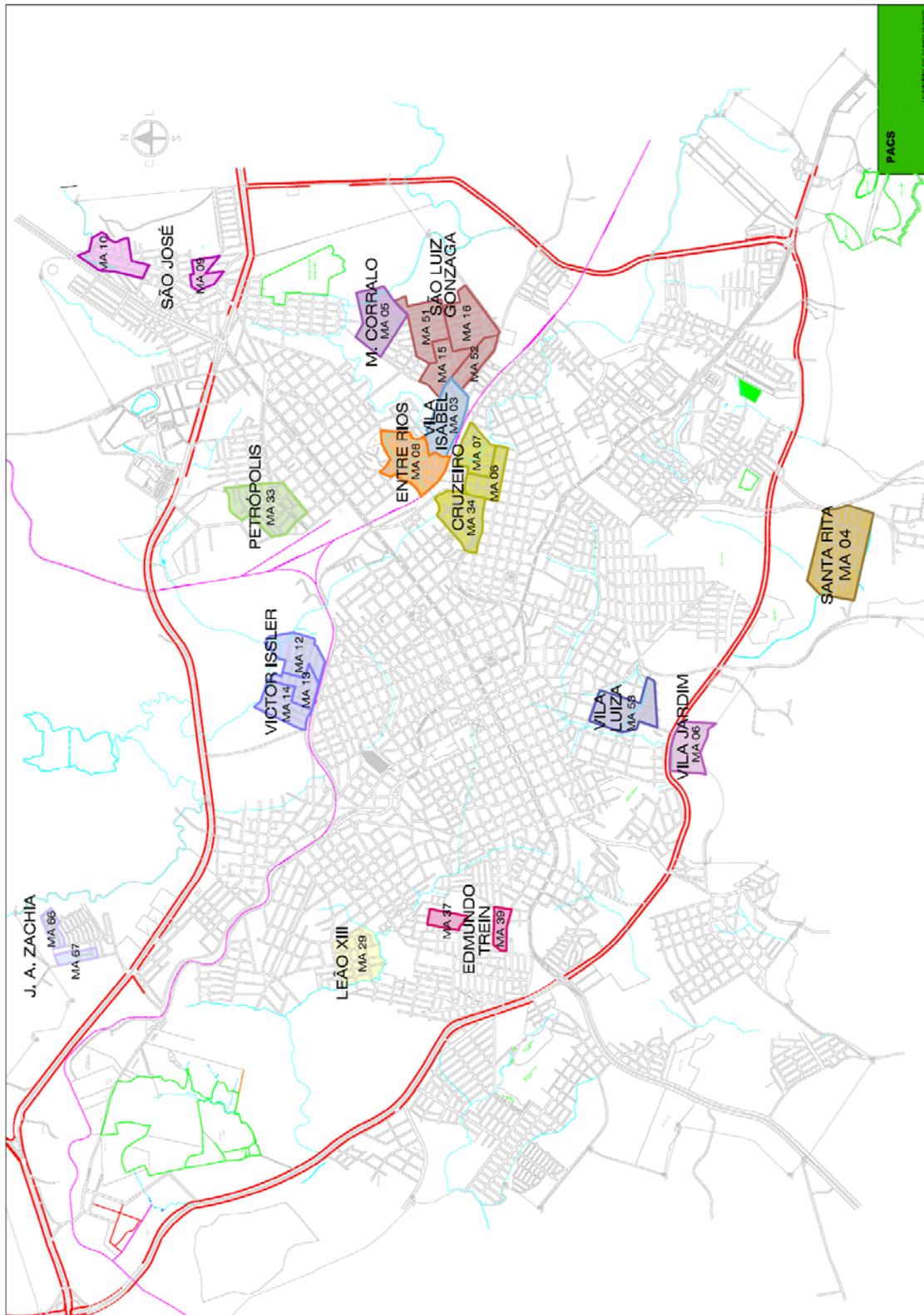
Acrescente alguma informação sobre a forma de moradia das famílias da sua micro-área que você julgue importante para a elaboração do diagnóstico habitacional de Passo Fundo:

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

MUITO OBRIGADO PELA SUA COLABORAÇÃO!

ANEXO II – DADOS DOS AGENTES DE SAÚDE

MAPEAMENTO DAS MICRO-ÁREAS DO PACS



ANEXO II – DADOS DOS AGENTES DE SAÚDE

TABULAÇÃO DETALHADA DO LEVANTAMENTO REALIZADO PELOS AGENTES DE SAÚDE

DETALHAMENTO DO LEVANTAMENTO REALIZADO PELA EQUIPE DO PSF 1º CENTENÁRIO

MICRO-ÁREAS DE SAÚDE	Nº DE CASAS	Nº DE PESSOAS	PESSOAS/ CASA	DÉFICIT HABITACIONAL								INADEQUAÇÃO HABITACIONAL				ALUGUEL	
				COABITAÇÃO		PRECÁRIAS / RISCO		IMPROVISADAS		TOTAL DÉFICIT		SEM BANHEIRO		ADENSAMENTO			
01 - REJANE	126	518	4,11	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	1	1%	2	2%	11	9%
02 - KELEN	145	725	5,00	5	3%	10	7%	3	2%	18	12%	7	5%	5	3%	7	5%
03 - ADRIANA	103	500	4,85	4	4%	3	3%	0	0%	7	7%	0	0%	1	1%	11	11%
04 - SONIA	116	400	3,45	6	5%	4	3%	0	0%	10	9%	1	1%	1	1%	15	13%
05 - SUELI	174	708	4,07	26	15%	0	0%	0	0%	26	15%	0	0%	2	1%	26	15%
06 - ALEX	159	600	3,77	8	5%	2	1%	2	1%	12	8%	2	1%	0	0%	33	21%
	823	3451	4,19	49	6%	19	2%	5	1%	73	9%	11	1%	11	1%	103	13%

DETALHAMENTO DO LEVANTAMENTO REALIZADO PELA EQUIPE DO PSP ADOLFO GROTH

MICRO-ÁREAS DE SAÚDE	Nº DE CASAS	Nº DE PESSOAS	PESSOAS/ CASA	DÉFICIT HABITACIONAL								INADEQUAÇÃO HABITACIONAL				ALUGUEL	
				COABITAÇÃO		PRECÁRIAS / RISCO		IMPROVISADAS		TOTAL DÉFICIT		SEM BANHEIRO		ADENSAMENTO			
25 - ROSANGELA AZEREDO	221	910	4,12	6	3%	8	4%	2	1%	16	7%	3	1%	3	1%	6	3%
56 - ROSANGELA ALVES	180	615	3,42	10	6%	6	3%	2	1%	18	10%	13	7%	3	2%	8	4%
57 - LUCIMARA	113	650	5,75	2	2%	1	1%	0	0%	3	3%	2	2%	2	2%	5	4%
58 - EDILIA	167	609	3,65	3	2%	5	3%	0	0%	8	5%	4	2%	2	1%	2	1%
	681	2784	4,09	21	3%	20	3%	4	1%	45	7%	22	3%	10	1%	21	3%

DETALHAMENTO DO LEVANTAMENTO REALIZADO PELA EQUIPE DO PSP CAIC

MICRO-ÁREAS DE SAÚDE	Nº DE CASAS	Nº DE PESSOAS	PESSOAS/ CASA	DÉFICIT HABITACIONAL								INADEQUAÇÃO HABITACIONAL				ALUGUEL	
				COABITAÇÃO		PRECÁRIAS / RISCO		IMPROVISADAS		TOTAL DÉFICIT		SEM BANHEIRO		ADENSAMENTO			
42 - NADIR	300	1000	3,33	10	3%	3	1%	0	0%	13	4%	0	0%	0	0%	40	13%
43 - ADRIANA	136	406	2,99	5	4%	0	0%	0	0%	5	4%	0	0%	0	0%	10	7%
44 - VANESSA	185	675	3,65	26	14%	0	0%	0	0%	26	14%	0	0%	0	0%	8	4%
45 - VERA LUCIA	190	665	3,50	6	3%	0	0%	0	0%	6	3%	0	0%	1	1%	6	3%
	811	2746	3,39	47	6%	3	0%	0	0%	50	6%	0	0%	1	0%	64	8%

DETALHAMENTO DO LEVANTAMENTO REALIZADO PELA EQUIPE DO AMBULATÓRIO DONÁRIA

MICRO-ÁREAS DE SAÚDE	Nº DE CASAS	Nº DE PESSOAS	PESSOAS/ CASA	DÉFICIT HABITACIONAL								INADEQUAÇÃO HABITACIONAL				ALUGUEL	
				COABITAÇÃO		PRECÁRIAS / RISCO		IMPROVISADAS		TOTAL DÉFICIT		SEM BANHEIRO		ADENSAMENTO			
19 - ROSE MARI	427	1888	4,42	28	7%	17	4%	8	2%	53	12%	10	2%	65	15%	28	7%
	427	1888	4,42	28	7%	17	4%	8	2%	53	12%	10	2%	65	15%	28	7%

DETALHAMENTO DO LEVANTAMENTO REALIZADO PELA EQUIPE DO PSF HÍPICA

MICRO-ÁREAS DE SAÚDE	Nº DE CASAS	Nº DE PESSOAS	PESSOAS/ CASA	DÉFICIT HABITACIONAL								INADEQUAÇÃO HABITACIONAL				ALUGUEL	
				COABITAÇÃO		PRECÁRIAS / RISCO		IMPROVISADAS		TOTAL DÉFICIT		SEM BANHEIRO		ADENSAMENTO			
96 - JUCELI	178	580	3,26	6	3%	0	0%	0	0%	6	3%	0	0%	0	0%	24	13%
97 - MARISA	158	470	2,97	20	13%	0	0%	0	0%	20	13%	0	0%	18	11%	27	17%
98 - TANIA	176	600	3,41	3	2%	0	0%	0	0%	3	2%	1	1%	0	0%	30	17%
99 - JANDIRA	180	691	3,84	2	1%	0	0%	0	0%	2	1%	0	0%	8	4%	19	11%
100 - DIOCILDE	176	596	3,39	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	1	1%	1	1%	15	9%
	868	2937	3,38	31	4%	0	0%	0	0%	31	4%	2	0%	27	3%	115	13%

DETALHAMENTO DO LEVANTAMENTO REALIZADO PELA EQUIPE DO PSP JABOTICABAL

MICRO-ÁREAS DE SAÚDE	Nº DE CASAS	Nº DE PESSOAS	PESSOAS/ CASA	DÉFICIT HABITACIONAL								INADEQUAÇÃO HABITACIONAL				ALUGUEL	
				COABITAÇÃO		PRECÁRIAS / RISCO		IMPROVISADAS		TOTAL DÉFICIT		SEM BANHEIRO		ADENSAMENTO			
23 - MARINES	245	856	3,49	17	7%	23	9%	0	0%	40	16%	11	4%	3	1%	11	4%
62 - ALESSANDRA	287	897	3,13	19	7%	11	4%	7	2%	37	13%	13	5%	0	0%	19	7%
47 - LIAMARA	116	434	3,74	5	4%	3	3%	0	0%	8	7%	0	0%	6	5%	7	6%
	648	2187	3,38	41	6%	37	6%	7	1%	85	13%	24	4%	9	1%	37	6%

DETALHAMENTO DO LEVANTAMENTO REALIZADO PELA EQUIPE DO PSP LAVA PÉS

MICRO-ÁREAS DE SAÚDE	Nº DE CASAS	Nº DE PESSOAS	PESSOAS/ CASA	DÉFICIT HABITACIONAL								INADEQUAÇÃO HABITACIONAL				ALUGUEL	
				COABITAÇÃO		PRECÁRIAS / RISCO		IMPROVISADAS		TOTAL DÉFICIT		SEM BANHEIRO		ADENSAMENTO			
40 - VERA	279	1230	4,41	4	1%	1	0%	0	0%	5	2%	0	0%	0	0%	30	11%
65 - ELMA	173	507	2,93	1	1%	2	1%	0	0%	3	2%	0	0%	0	0%	10	6%
	452	1737	3,84	5	1%	3	1%	0	0%	8	2%	0	0%	0	0%	40	9%

DETALHAMENTO DO LEVANTAMENTO REALIZADO PELA EQUIPE DO PSP MATTOS

MICRO-ÁREAS DE SAÚDE	Nº DE CASAS	Nº DE PESSOAS	PESSOAS/ CASA	DÉFICIT HABITACIONAL								INADEQUAÇÃO HABITACIONAL				ALUGUEL	
				COABITAÇÃO		PRECÁRIAS / RISCO		IMPROVISADAS		TOTAL DÉFICIT		SEM BANHEIRO		ADENSAMENTO			
71 - GELMIRA	156	476	3,05	0	0%	1	1%	0	0%	1	1%	1	1%	0	0%	29	19%
72 - JUSSARA	172	542	3,15	4	2%	1	1%	5	3%	10	6%	0	0%	0	0%	16	9%
73 - MARCELO	192	681	3,55	13	7%	1	1%	0	0%	14	7%	0	0%	6	3%	18	9%
76 - MARECI	148	512	3,46	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	1	1%	0	0%	40	27%
	668	2211	3,31	17	3%	3	0%	5	1%	25	4%	2	0%	6	1%	103	15%

DETALHAMENTO DO LEVANTAMENTO REALIZADO PELA EQUIPE DO AMBULATÓRIO MENINO DEUS

MICRO-ÁREAS DE SAÚDE	Nº DE CASAS	Nº DE PESSOAS	PESSOAS/ CASA	DÉFICIT HABITACIONAL								INADEQUAÇÃO HABITACIONAL				ALUGUEL	
				COABITAÇÃO		PRECÁRIAS / RISCO		IMPROVISADAS		TOTAL DÉFICIT		SEM BANHEIRO		ADENSAMENTO			
20 - ANA ANÁLIA	350	2000	5,71	20	6%	13	4%	0	0%	33	9%	6	2%	10	3%	20	6%
	350	2000	5,71	20	6%	13	4%	0	0%	33	9%	6	2%	10	3%	20	6%

DETALHAMENTO DO LEVANTAMENTO REALIZADO PELA EQUIPE DO PSP NOSSA SRA. APARECIDA

MICRO-ÁREAS DE SAÚDE	Nº DE CASAS	Nº DE PESSOAS	PESSOAS/ CASA	DÉFICIT HABITACIONAL								INADEQUAÇÃO HABITACIONAL				ALUGUEL	
				COABITAÇÃO		PRECÁRIAS / RISCO		IMPROVISADAS		TOTAL DÉFICIT		SEM BANHEIRO		ADENSAMENTO			
22 - MARLISE	155	508	3,28	0	0%	8	5%	0	0%	8	5%	0	0%	2	1%	16	10%
49 - CLIMARA	140	509	3,64	0	0%	42	30%	0	0%	42	30%	0	0%	0	0%	18	13%
61 - GRACIANE	67	213	3,18	2	3%	1	1%	0	0%	3	4%	0	0%	0	0%	10	15%
46 - MARCELI	115	373	3,24	4	3%	2	2%	0	0%	6	5%	0	0%	0	0%	18	16%
46 - LIZETE	111	344	3,10	0	0%	2	2%	0	0%	2	2%	0	0%	2	2%	11	10%
	588	1947	3,31	6	1%	55	9%	0	0%	61	10%	0	0%	4	1%	73	12%

DETALHAMENTO DO LEVANTAMENTO REALIZADO PELA EQUIPE DO PSP NENÊ GRAEFF

MICRO-ÁREAS DE SAÚDE	Nº DE CASAS	Nº DE PESSOAS	PESSOAS/ CASA	DÉFICIT HABITACIONAL								INADEQUAÇÃO HABITACIONAL				ALUGUEL	
				COABITAÇÃO		PRECÁRIAS / RISCO		IMPROVISADAS		TOTAL DÉFICIT		SEM BANHEIRO		ADENSAMENTO			
27 - SALETE	239	912	3,82	2	1%	3	1%	2	1%	7	3%	1	0%	3	1%	14	6%
58 - ADRIANA	152	700	4,61	3	2%	3	2%	3	2%	9	6%	1	1%	1	1%	14	9%
59 - CLARISSE	225	702	3,12	9	4%	8	4%	0	0%	17	8%	0	0%	50	22%	22	10%
62 - EDENAIR	150	620	4,13	14	9%	2	1%	12	8%	28	19%	14	9%	14	9%	0	0%
	766	2934	3,83	28	4%	16	2%	17	2%	61	8%	16	2%	68	9%	50	7%

DETALHAMENTO DO LEVANTAMENTO REALIZADO PELA EQUIPE DO PSP PLANALTINA

MICRO-ÁREAS DE SAÚDE	Nº DE CASAS	Nº DE PESSOAS	PESSOAS/ CASA	DÉFICIT HABITACIONAL								INADEQUAÇÃO HABITACIONAL				ALUGUEL	
				COABITAÇÃO		PRECÁRIAS / RISCO		IMPROVISADAS		TOTAL DÉFICIT		SEM BANHEIRO		ADENSAMENTO			
84 - MONICA	170	630	3,71	1	1%	1	1%	1	1%	3	2%	0	0%	0	0%	13	8%
85 - DERVELINA	223	621	2,78	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	15	7%
	393	1251	3,18	1	0%	1	0%	1	0%	3	1%	0	0%	0	0%	28	7%

DETALHAMENTO DO LEVANTAMENTO REALIZADO PELA EQUIPE DO PSP RICCI

MICRO-ÁREAS DE SAÚDE	Nº DE CASAS	Nº DE PESSOAS	PESSOAS/ CASA	DÉFICIT HABITACIONAL								INADEQUAÇÃO HABITACIONAL				ALUGUEL	
				COABITAÇÃO		PRECÁRIAS / RISCO		IMPROVISADAS		TOTAL DÉFICIT		SEM BANHEIRO		ADENSAMENTO			
89 - ISABEL	192	612	3,19	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	12	6%
91 - JANETE	189	547	2,89	0	0%	2	1%	0	0%	2	1%	0	0%	0	0%	25	13%
92 - GENELCI	188	600	3,19	20	11%	0	0%	0	0%	20	11%	0	0%	2	1%	70	37%
93 - JOCELI	193	600	3,11	15	8%	0	0%	20	10%	35	18%	0	0%	10	5%	30	16%
94 - VANIA	187	620	3,32	12	6%	5	3%	0	0%	17	9%	0	0%	20	11%	20	11%
	949	2979	3,14	47	5%	7	1%	20	2%	74	8%	0	0%	32	3%	157	17%

DETALHAMENTO DO LEVANTAMENTO REALIZADO PELA EQUIPE DO PSP SANTA MARTA

MICRO-ÁREAS DE SAÚDE	Nº DE CASAS	Nº DE PESSOAS	PESSOAS/ CASA	DÉFICIT HABITACIONAL								INADEQUAÇÃO HABITACIONAL				ALUGUEL	
				COABITAÇÃO		PRECÁRIAS / RISCO		IMPROVISADAS		TOTAL DÉFICIT		SEM BANHEIRO		ADENSAMENTO			
17 - PATRICIA	182	800	4,40	36	20%	20	11%	15	8%	71	39%	20	11%	48	26%	5	3%
18 - ERONI	178	450	2,53	30	17%	16	9%	8	4%	54	30%	12	7%	41	23%	8	4%
21 - PATRICIA	126	394	3,13	28	22%	10	8%	0	0%	38	30%	5	4%	45	36%	16	13%
	486	1644	3,38	94	19%	46	9%	23	5%	163	34%	37	8%	134	28%	29	6%

DETALHAMENTO DO LEVANTAMENTO REALIZADO PELA EQUIPE DO PSF SÃO CRISTÓVÃO

MICRO-ÁREAS DE SAÚDE	Nº DE CASAS	Nº DE PESSOAS	PESSOAS/ CASA	DÉFICIT HABITACIONAL								INADEQUAÇÃO HABITACIONAL				ALUGUEL	
				COABITAÇÃO		PRECÁRIAS / RISCO		IMPROVISADAS		TOTAL DÉFICIT		SEM BANHEIRO		ADENSAMENTO			
77 - VERA	255	750	2,94	3	1%	3	1%	3	1%	9	4%	3	1%	30	12%	30	12%
79 - CLÉA	189	594	3,14	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	8	4%
80 - MARIA	171	534	3,12	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	2	1%	16	9%
81 - CLAUDIA	189	675	3,57	2	1%	1	1%	0	0%	3	2%	0	0%	3	2%	35	19%
82 - MICHELE	193	696	3,61	3	2%	3	2%	0	0%	6	3%	0	0%	5	3%	30	16%
	997	3249	3,26	8	1%	7	1%	3	0%	18	2%	3	0%	40	4%	119	12%

DETALHAMENTO DO LEVANTAMENTO REALIZADO PELA EQUIPE DO PSF VALINHOS

MICRO-ÁREAS DE SAÚDE	Nº DE CASAS	Nº DE PESSOAS	PESSOAS/ CASA	DÉFICIT HABITACIONAL								INADEQUAÇÃO HABITACIONAL				ALUGUEL	
				COABITAÇÃO		PRECÁRIAS / RISCO		IMPROVISADAS		TOTAL DÉFICIT		SEM BANHEIRO		ADENSAMENTO			
01 - ITELVINA	173	552	3,19	3	2%	6	3%	0	0%	9	5%	0	0%	5	3%	12	7%
02 - CRISTIANE	186	550	2,96	4	2%	0	0%	0	0%	4	2%	0	0%	0	0%	26	14%
04 - DANIELE	89	296	3,33	5	6%	2	2%	0	0%	7	8%	0	0%	1	1%	3	3%
05 - ROSENI	206	697	3,38	8	4%	39	19%	0	0%	47	23%	1	0%	10	5%	25	12%
06 - ROSANGELA	87	522	6,00	10	11%	19	22%	6	7%	35	40%	9	10%	10	11%	4	5%
	741	2617	3,53	30	4%	66	9%	6	1%	102	14%	10	1%	26	4%	70	9%

DETALHAMENTO DO LEVANTAMENTO REALIZADO PELA EQUIPE DO PSF ZÁCHIA

MICRO-ÁREAS DE SAÚDE	Nº DE CASAS	Nº DE PESSOAS	PESSOAS/ CASA	DÉFICIT HABITACIONAL								INADEQUAÇÃO HABITACIONAL				ALUGUEL	
				COABITAÇÃO		PRECÁRIAS / RISCO		IMPROVISADAS		TOTAL DÉFICIT		SEM BANHEIRO		ADENSAMENTO			
31 - MARIA DE LOURDES	124	342	2,76	20	16%	4	3%	0	0%	24	19%	1	1%	12	10%	4	3%
	124	342	2,76	20	16%	4	3%	0	0%	24	19%	1	1%	12	10%	4	3%

DETALHAMENTO DO LEVANTAMENTO REALIZADO PELA EQUIPE DO PACS SÃO JOSÉ

MICRO-ÁREAS DE SAÚDE	Nº DE CASAS	Nº DE PESSOAS	PESSOAS/ CASA	DÉFICIT HABITACIONAL								INADEQUAÇÃO HABITACIONAL				ALUGUEL	
				COABITAÇÃO		PRECÁRIAS / RISCO		IMPROVISADAS		TOTAL DÉFICIT		SEM BANHEIRO		ADENSAMENTO			
09 - ROSELENE	211	653	3,09	3	1%	17	8%	20	9%	40	19%	1	0%	17	8%	36	17%
10 - PATRICIA	226	742	3,28	8	4%	25	11%	0	0%	33	15%	6	3%	1	0%	25	11%
	437	1395	3,19	11	3%	42	10%	20	5%	73	17%	7	2%	18	4%	61	14%

DETALHAMENTO DO LEVANTAMENTO REALIZADO PELA EQUIPE DO PACS V. ISSLER

MICRO-ÁREAS DE SAÚDE	Nº DE CASAS	Nº DE PESSOAS	PESSOAS/ CASA	DÉFICIT HABITACIONAL								INADEQUAÇÃO HABITACIONAL				ALUGUEL	
				COABITAÇÃO		PRECÁRIAS / RISCO		IMPROVISADAS		TOTAL DÉFICIT		SEM BANHEIRO		ADENSAMENTO			
12 - LIGIA	299	1020	3,41	4	1%	5	2%	4	1%	13	4%	0	0%	3	1%	12	4%
13 - ROZELI	323	1173	3,63	4	1%	13	4%	0	0%	17	5%	0	0%	8	2%	10	3%
14 - EVA MARIZA	282	995	3,53	6	2%	22	8%	0	0%	28	10%	0	0%	9	3%	20	7%
	904	3188	3,53	14	2%	40	4%	4	0%	58	6%	0	0%	20	2%	42	5%

DETALHAMENTO DO LEVANTAMENTO REALIZADO PELA EQUIPE DO PACS SÃO LUIZ GONZAGA

MICRO-ÁREAS DE SAÚDE	Nº DE CASAS	Nº DE PESSOAS	PESSOAS/ CASA	DÉFICIT HABITACIONAL								INADEQUAÇÃO HABITACIONAL				ALUGUEL	
				COABITAÇÃO		PRECÁRIAS / RISCO		IMPROVISADAS		TOTAL DÉFICIT		SEM BANHEIRO		ADENSAMENTO			
15 - MARGARETE	146	527	3,61	0	0%	1	1%	0	0%	1	1%	0	0%	0	0%	13	9%
16 - DAIANA	214	860	4,02	9	4%	1	0%	40	19%	50	23%	0	0%	1	0%	18	8%
51 - SIMONE	195	692	3,55	2	1%	4	2%	2	1%	8	4%	0	0%	0	0%	4	2%
52 - CLEUZA	178	590	3,31	2	1%	4	2%	0	0%	6	3%	0	0%	0	0%	13	7%
	733	2669	3,64	13	2%	10	1%	42	6%	65	9%	0	0%	1	0%	48	7%

DETALHAMENTO DO LEVANTAMENTO REALIZADO PELA EQUIPE DO PACS J. A. ZACHIA

MICRO-ÁREAS DE SAÚDE	Nº DE CASAS	Nº DE PESSOAS	PESSOAS/ CASA	DÉFICIT HABITACIONAL								INADEQUAÇÃO HABITACIONAL				ALUGUEL	
				COABITAÇÃO		PRECÁRIAS / RISCO		IMPROVISADAS		TOTAL DÉFICIT		SEM BANHEIRO		ADENSAMENTO			
66 - JOSIANE	80	301	3,76	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	4	5%	4	5%
67 - CLEDINARA	88	310	3,52	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	7	8%
	168	611	3,64	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	4	2%	11	7%

DETALHAMENTO DO LEVANTAMENTO REALIZADO PELA EQUIPE DO PACS CRUZEIRO

MICRO-ÁREAS DE SAÚDE	Nº DE CASAS	Nº DE PESSOAS	PESSOAS/ CASA	DÉFICIT HABITACIONAL								INADEQUAÇÃO HABITACIONAL				ALUGUEL	
				COABITAÇÃO		PRECÁRIAS / RISCO		IMPROVISADAS		TOTAL DÉFICIT		SEM BANHEIRO		ADENSAMENTO			
06 - ESTELA	148	555	3,75	6	4%	6	4%	0	0%	12	8%	1	1%	12	8%	26	18%
07 - ROSÉLIA	171	600	3,51	0	0%	10	6%	0	0%	10	6%	1	1%	0	0%	0	0%
34 - TÂNIA	176	650	3,69	15	9%	60	34%	20	11%	95	54%	22	13%	80	45%	10	6%
	495	1805	3,65	21	4%	76	15%	20	4%	117	24%	24	5%	92	19%	36	7%

DETALHAMENTO DO LEVANTAMENTO REALIZADO PELA EQUIPE DO PACS VILA JARDIM

MICRO-ÁREAS DE SAÚDE	Nº DE CASAS	Nº DE PESSOAS	PESSOAS/ CASA	DÉFICIT HABITACIONAL								INADEQUAÇÃO HABITACIONAL				ALUGUEL	
				COABITAÇÃO		PRECÁRIAS / RISCO		IMPROVISADAS		TOTAL DÉFICIT		SEM BANHEIRO		ADENSAMENTO			
01 - INÊS	220	816	3,71	0	0%	28	13%	0	0%	28	13%	0	0%	0	0%	18	8%
	220	816	3,71	0	0%	28	13%	0	0%	28	13%	0	0%	0	0%	18	8%

DETALHAMENTO DO LEVANTAMENTO REALIZADO PELA EQUIPE DO PACS VILA ISABEL

MICRO-ÁREAS DE SAÚDE	Nº DE CASAS	Nº DE PESSOAS	PESSOAS/ CASA	DÉFICIT HABITACIONAL								INADEQUAÇÃO HABITACIONAL				ALUGUEL	
				COABITAÇÃO		PRECÁRIAS / RISCO		IMPROVISADAS		TOTAL DÉFICIT		SEM BANHEIRO		ADENSAMENTO			
03 - SALETE	221	740	3,35	4	2%	43	19%	1	0%	48	22%	14	6%	7	3%	21	10%
	221	740	3,35	4	2%	43	19%	1	0%	48	22%	14	6%	7	3%	21	10%

DETALHAMENTO DO LEVANTAMENTO REALIZADO PELA EQUIPE DO PACS SANTA RITA

MICRO-ÁREAS DE SAÚDE	Nº DE CASAS	Nº DE PESSOAS	PESSOAS/ CASA	DÉFICIT HABITACIONAL								INADEQUAÇÃO HABITACIONAL				ALUGUEL	
				COABITAÇÃO		PRECÁRIAS / RISCO		IMPROVISADAS		TOTAL DÉFICIT		SEM BANHEIRO		ADENSAMENTO			
04 - ADRIANA	213	723	3,39	2	1%	9	4%	2	1%	13	6%	2	1%	4	2%	20	9%
	213	723	3,39	2	1%	9	4%	2	1%	13	6%	2	1%	4	2%	20	9%

DETALHAMENTO DO LEVANTAMENTO REALIZADO PELA EQUIPE DO PACS ENTRE RIOS

MICRO-ÁREAS DE SAÚDE	Nº DE CASAS	Nº DE PESSOAS	PESSOAS/ CASA	DÉFICIT HABITACIONAL								INADEQUAÇÃO HABITACIONAL				ALUGUEL	
				COABITAÇÃO		PRECÁRIAS / RISCO		IMPROVISADAS		TOTAL DÉFICIT		SEM BANHEIRO		ADENSAMENTO			
08 - ELIZABETE	270	1900	7,04	2	1%	6	2%	10	4%	18	7%	3	1%	0	0%	50	19%

	270	1900	7,04	2	1%	6	2%	10	4%	18	7%	3	1%	0	0%	50	19%
--	-----	------	------	---	----	---	----	----	----	----	----	---	----	---	----	----	-----

DETALHAMENTO DO LEVANTAMENTO REALIZADO PELA EQUIPE DO PACS LEÃO XIII

MICRO-ÁREAS DE SAÚDE	Nº DE CASAS	Nº DE PESSOAS	PESSOAS/ CASA	DÉFICIT HABITACIONAL								INADEQUAÇÃO HABITACIONAL				ALUGUEL	
				COABITAÇÃO		PRECÁRIAS / RISCO		IMPROVISADAS		TOTAL DÉFICIT		SEM BANHEIRO		ADENSAMENTO			
29 - APARECIDA	244	935	3,83	4	2%	12	5%	0	0%	16	7%	4	2%	10	4%	24	10%
	244	935	3,83	4	2%	12	5%	0	0%	16	7%	4	2%	10	4%	24	10%

DETALHAMENTO DO LEVANTAMENTO REALIZADO PELA EQUIPE DO PACS PETRÓPOLIS

MICRO-ÁREAS DE SAÚDE	Nº DE CASAS	Nº DE PESSOAS	PESSOAS/ CASA	DÉFICIT HABITACIONAL								INADEQUAÇÃO HABITACIONAL				ALUGUEL	
				COABITAÇÃO		PRECÁRIAS / RISCO		IMPROVISADAS		TOTAL DÉFICIT		SEM BANHEIRO		ADENSAMENTO			
33 - NELI	297	1025	3,45	20	7%	17	6%	3	1%	40	13%	0	0%	5	2%	16	5%
	297	1025	3,45	20	7%	17	6%	3	1%	40	13%	0	0%	5	2%	16	5%

DETALHAMENTO DO LEVANTAMENTO REALIZADO PELA EQUIPE DO PACS EDMUNDO TREIN COAB

MICRO-ÁREAS DE SAÚDE	Nº DE CASAS	Nº DE PESSOAS	PESSOAS/ CASA	DÉFICIT HABITACIONAL								INADEQUAÇÃO HABITACIONAL				ALUGUEL	
				COABITAÇÃO		PRECÁRIAS / RISCO		IMPROVISADAS		TOTAL DÉFICIT		SEM BANHEIRO		ADENSAMENTO			
37 - MARLI	200	623	3,12	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	12	6%
39 - MARISELIA	135	432	3,20	5	4%	0	0%	0	0%	5	4%	0	0%	0	0%	7	5%
	335	1055	3,15	5	1%	0	0%	0	0%	5	1%	0	0%	0	0%	19	6%

DETALHAMENTO DO LEVANTAMENTO REALIZADO PELA EQUIPE DO PACS VILA LUIZA

MICRO-ÁREAS DE SAÚDE	Nº DE CASAS	Nº DE PESSOAS	PESSOAS/ CASA	DÉFICIT HABITACIONAL								INADEQUAÇÃO HABITACIONAL				ALUGUEL	
				COABITAÇÃO		PRECÁRIAS / RISCO		IMPROVISADAS		TOTAL DÉFICIT		SEM BANHEIRO		ADENSAMENTO			
53 - ADRIANA	183	486	2,66	7	4%	8	4%	6	3%	21	11%	13	7%	8	4%	42	23%
	183	486	2,66	7	4%	8	4%	6	3%	21	11%	13	7%	8	4%	42	23%

DETALHAMENTO DO LEVANTAMENTO REALIZADO PELA EQUIPE DO PACS INTERIOR SEDE INDEPENDÊNCIA TAQUARI

MICRO-ÁREAS DE SAÚDE	Nº DE CASAS	Nº DE PESSOAS	PESSOAS/ CASA	DÉFICIT HABITACIONAL								INADEQUAÇÃO HABITACIONAL				ALUGUEL	
				COABITAÇÃO		PRECÁRIAS / RISCO		IMPROVISADAS		TOTAL DÉFICIT		SEM BANHEIRO		ADENSAMENTO			
54 - DAIANA	91	255	2,80	6	7%	1	1%	0	0%	7	8%	3	3%	2	2%	2	2%
	91	255	2,80	6	7%	1	1%	0	0%	7	8%	3	3%	2	2%	2	2%

DETALHAMENTO DO LEVANTAMENTO REALIZADO PELA EQUIPE DO PACS BOM RECREIO

MICRO-ÁREAS DE SAÚDE	Nº DE CASAS	Nº DE PESSOAS	PESSOAS/ CASA	DÉFICIT HABITACIONAL								INADEQUAÇÃO HABITACIONAL				ALUGUEL	
				COABITAÇÃO		PRECÁRIAS / RISCO		IMPROVISADAS		TOTAL DÉFICIT		SEM BANHEIRO		ADENSAMENTO			
55 - LUCIANA	204	678	3,32	3	1%	1	0%	1	0%	5	2%	4	2%	2	1%	35	17%
	204	678	3,32	3	1%	1	0%	1	0%	5	2%	4	2%	2	1%	35	17%

DETALHAMENTO DO LEVANTAMENTO REALIZADO PELA EQUIPE DO PACS M. CORRALO

MICRO-ÁREAS DE SAÚDE	Nº DE CASAS	Nº DE PESSOAS	PESSOAS/ CASA	DÉFICIT HABITACIONAL								INADEQUAÇÃO HABITACIONAL				ALUGUEL	
				COABITAÇÃO		PRECÁRIAS / RISCO		IMPROVISADAS		TOTAL DÉFICIT		SEM BANHEIRO		ADENSAMENTO			

05 - ROSIMAR	216	781	3,62	14	6%	5	2%	16	7%	35	16%	6	3%	7	3%	11	5%
	216	781	3,62	14	6%	5	2%	16	7%	35	16%	6	3%	7	3%	11	5%

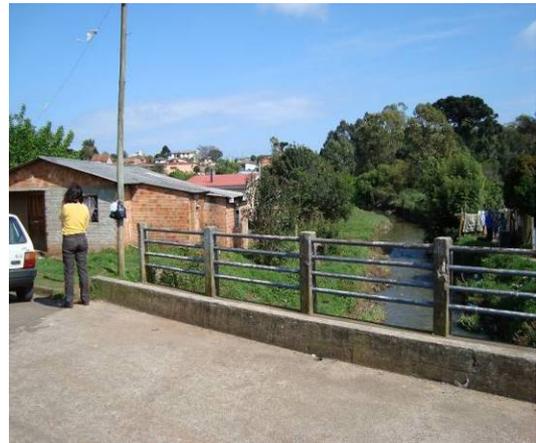
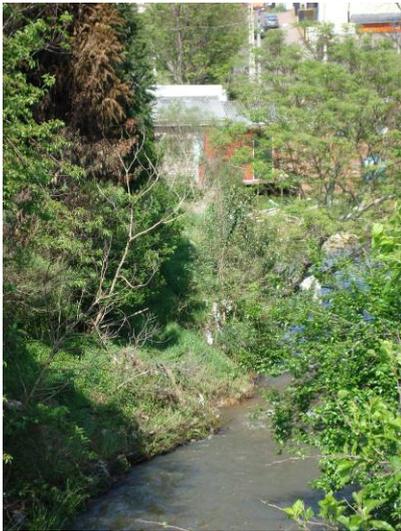
ANEXO III

Visita às Áreas

ANEXO III – VISTA ÀS ÁREAS

BAIRRO CRUZEIRO (Vila Alice)

Margem do Rio Passo Fundo;
Ocupação em APP – aprox. 40 casas nesta localidade;



BAIRRO ENTRE RIOS

Área de banhado: muitas nascentes e alagamentos;
Esgoto a céu aberto;
Loteamento Popular Público implantado à mais de 27 anos;



PARQUE BELA VISTA



VILA ISABEL

Ocupações irregulares na beira de rio e na beira de estrada;
Ocupação irregular.



BEIRA TRILHO

15km de trilhos no perímetro urbano; O trem passa por ali umas 5 vezes por dia;



SÃO LUIZ

Ocupação provisória: aprox. 40 famílias que serão assentadas em outro local; e já existem 120 famílias cadastradas neste local.



Local do novo loteamento (18 hectares) – comportará aproximadamente 180 a 200 famílias;
O Loteamento Santa Maria II (Minha Casa Minha Vida) ocupará 6 hectares deste total;

BOM JESUS

Área desapropriada – Projeto de construção de 102 casas;



Ocupação em APP – beira Arroio São Roque;



VILA JARDIM

Casas sob rede de alta tensão;



Ocupação em APP (beira de estrada);



MENINO DEUS



Ocupação em APP (área do DAER);



DONÁRIA



COHAB SECCHI

Área em processo de doação para o Programa Minha Casa, Minha Vida – Para construção de 80 casas;

Área doada projeto Minha Casa Minha Vida (MCMV) – construção +/- 120 aptos (0 à 3 SM)



PROX. JABOTICABAL (ALVORADA)

Ocupação em APP (Arroio Pinheiro Torto)



Ocupação em APP (beira de estrada e arroio)



PARQUE RECREIO

Casas construídas pela Prefeitura – Loteamento Parque Recreio
(família reclamou da má qualidade das esquadrias e que a cobertura cedeu num temporal)



PROFº SCHISSLER



13. PARQUE DO SOL

Loteamento Parque do Sol - 100 casas em terrenos de 200 m²;
Recursos: Governo federal (75%) + município (25%);
Tratamento de esgoto coletivo – fossas;



NENÊ GRAEFF

Área em negociação – COOPERATIVA COOPEHAF;



ZÁCHIA

Ocupação – área privada;
Prefeitura tentando negociar área para 60 famílias;



Área da COHAB - local muito precário;
Ocupação em APP (área de aterro – à aprox. 5m de distância do rio Passo fundo)

Ocupação área da Corsan
Projeto original com famílias do Beira Trilho (que acabaram por vender as casas)



BEIRA TRILHO – VÁRIAS LOCALIDADES





ANEXO IV

Conselho Municipal de Habitação

ANEXO IV – CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

LEI Nº 2.862/1993

LEI Nº 2862, DE 30 DE ABRIL DE 1993

DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO E DO BEM ESTAR SOCIAL E CRIAÇÃO DE FUNDO MUNICIPAL A ELE VINCULADO, REVOGANDO A LEI Nº 2.698/91, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PASSO FUNDO, no uso de suas atribuições legais, na forma do artigo 88 da Lei Orgânica do Município, faz saber que o Legislativo aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica constituído o Conselho Municipal da Habitação e do Bem Estar Social, com caráter deliberativo e com a finalidade de assegurar a participação da comunidade na elaboração e implementação de programas da área social, tais como de habitação, de saneamento básico, de promoção humana e outros, além de gerir o Fundo Municipal da Habitação e do Bem Estar Social, a que se refere o artigo 2º da presente Lei.

Art. 2º - Fica criado o Fundo Municipal da Habitação e do Bem Estar Social destinado a proporcionar apoio e suporte financeiro à implementação de programas da área social, tais como de habitação, de saneamento básico e de promoção humana voltados à população de baixa renda.

Art. 3º - Os recursos do Fundo, em consonância com as diretrizes e normas do Conselho Municipal da Habitação e do Bem Estar Social, serão aplicados em:

- I - construção de moradias;
- II - produção de lotes urbanizados;
- III - urbanização de favelas;
- IV - aquisição de material de construção;
- IV - Aquisição de materiais de construção incluindo kit básico para pavimentação de passeio público, por pessoas que possuam um único imóvel, como, também, pelos mutuários de projetos e programas habitacionais do Município. (Redação dada pela Lei nº 4.224/2005)
- V - melhoria de unidades habitacionais;
- VI - construção e reforma de equipamentos comunitários e institucionais, vinculados a projetos habitacionais, de saneamento básico e de promoção humana, bem como aquisição de imóveis para instalação dos referidos equipamentos;
- VII - regularização fundiária;
- VIII - aquisição de imóveis para locação social;
- IX - serviços de assistência técnica e jurídica para implementação de programas habitacionais, de saneamento básico e de promoção humana, bem como treinamento de mão-de-obra;
- X - serviços de apoio e organização comunitária em programas habitacionais, de saneamento básico e de promoção humana;
- XI - complementação de infra-estrutura em loteamentos deficientes destes serviços com a finalidade de regularizá-los;
- XII - revitalização de áreas degradadas para uso habitacional;
- XIII - reassentamento de populações de baixa renda residentes em áreas degradadas não passíveis de recuperação, em áreas alagadiças, em faixas non aedificandi na beira de cursos d'água, em áreas necessárias à implantação de usos públicos e sistema viário; e em áreas onde ocorram condições que afetem a sua segurança ou saúde;
- XIV - projetos experimentais de aprimoramento de tecnologia na área habitacional e de saneamento básico; e,
- XV - quaisquer outras opções de interesse social aprovadas pelo Conselho.

Art. 4º - Constituição receitas do Fundo:

- I - dotações orçamentárias próprias;
- II - recebimento de prestações decorrentes de financiamentos de programas habitacionais;
- III - doações, auxílios e contribuições de terceiros;
- IV - recursos financeiros oriundos do Governo Federal, Estadual e de outros órgãos públicos, recebidos diretamente ou por meio de convênios;
- V - recursos financeiros oriundos de organismos internacionais de cooperação, recebidos diretamente ou por meio de convênios;
- VI - aporte de capital decorrentes da realização de operações de crédito em instituições financeiras oficiais, quando previamente autorizadas em lei específica;
- VII - rendas provenientes da aplicação de seus recursos nos mercados financeiros de

capitais;

VIII - produto de arrecadação de taxas e de multas ligadas a licenciamento de atividades e infrações às normas urbanísticas em geral, edificações e posturais, e outras ações tributáveis ou penalizáveis que guardem relação com o desenvolvimento urbano em geral;

IX - recursos originários das operações do Fundo para Habitação de Populações de Baixa Renda - FUBAR;

X - outras receitas provenientes de fontes diversas.

§ 1º - As receitas descritas neste artigo serão depositadas obrigatoriamente em conta especial a ser aberta e mantida em agência de estabelecimento oficial de crédito.

§ 2º - Quando não estiverem sendo utilizados nas finalidades próprias, os recursos do Fundo poderão ser aplicados nos mercados financeiros e de capitais, de acordo com a posição das disponibilidades financeiras aprovadas pelo Conselho Municipal da Habitação e do Bem Estar Social, objetivando o aumento das receitas do Fundo, cujos resultados a ele reverterão.

§ 3º - os recursos serão destinados com prioridade a projetos que tenham como proponentes organizações comunitárias, associações de moradores e, preferencialmente, cooperativas habitacionais cadastradas junto ao Conselho Municipal da Habitação e do Bem Estar Social.

Art. 5º - O Fundo de que trata a presente Lei ficará vinculado diretamente ao Gabinete de Planejamento e Coordenação - GAPLAC.

Parágrafo Único - O Gabinete de Planejamento e Coordenação fornecerá os recursos humanos e materiais necessários à consecução dos objetivos do Fundo, na área administrativa.

Art. 6º - São atribuições do Gabinete de Planejamento e Coordenação, com referência ao Fundo Municipal da Habitação e do Bem Estar Social:

I - administrar o Fundo de que trata a presente Lei e propor políticas de aplicação dos seus recursos;

II - submeter ao Conselho Municipal da Habitação e do Bem Estar Social o plano de aplicação a cargo do Fundo, em consonância com os programas sociais municipais, tais como de habitação, saneamento básico, promoção humana e outros, bem como com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e de acordo com as políticas delineadas pelo Governo Federal, no caso de utilização de recursos do orçamento da União;

III - implantar o plano de aplicação dos recursos provenientes do Fundo, articulando as atividades, dos demais órgãos da Administração Municipal nos aspectos inerentes à consecução dos objetivos dos programas aprovados pelo Conselho Municipal de Habitação e Bem Estar Social;

IV - submeter ao Conselho Municipal da Habitação e do Bem Estar Social as demonstrações mensais da receita e despesa do Fundo;

V - encaminhar à contabilidade geral do Município as demonstrações mencionadas no inciso anterior;

VI - ordenar empenhos e pagamentos das despesas do Fundo;

VII - firmar convênios e contratos, inclusive de empréstimos juntamente com o Governo do Município, referentes a recursos que serão administrados pelo Fundo, com referendo da Câmara Municipal.

Art. 7º - O Conselho Municipal da Habitação e do Bem Estar Social será constituído de 15 (quinze) membros, a saber:

I - três representantes do Poder Executivo;

II - dois indicados pelo Poder Legislativo;

III - um representante da União das Associações de Bairro de Passo Fundo;

IV - dois representantes de Organizações Comunitárias;

V - um representante de Organizações Religiosas;

VI - um representante da Universidade de Passo Fundo (UPF);

VII - um representante de entidades patronais;

VIII - um representante dos Sindicatos de Trabalhadores;

IX - um representante do CREA/Passo Fundo;

X - um representante do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil;

XI - um representante do Sindicato da Indústria, Construção Civil e Mobiliário.

§ 1º - Os representantes do Poder Executivo serão indicados pelo Prefeito Municipal, e os representantes da sociedade civil em fóruns específicos.

§ 2º - Os fóruns para escolha dos representantes da sociedade civil serão convocados a cada dois anos, pelo Conselho Municipal da Habitação e do Bem Estar Social, ou na sua omissão, pelo Prefeito, cabendo a este, ainda, a convocação para o primeiro Conselho.

§ 3º - O mandato dos membros do Conselho será de dois, permitida uma recondução.

§ 4º - O mandato dos membros do Conselho será exercido gratuitamente, ficando expressamente vedada a concessão de qualquer tipo de remuneração, vantagem ou benefício de natureza pecuniária, e será considerado como relevante serviço prestado ao Município;

§ 5º - A cada representante titular corresponderá um membro suplente da mesma entidade membro.

§ 6º - A direção do Conselho será escolhida pelos membros deste, conforme regimento interno.

Art. 8º - O Conselho reunir-se-á ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, na forma que dispuser o regimento interno.

§ 1º - A convocação será feita por escrito, com antecedência mínima de 8 (oito) dias para as sessões ordinárias.

§ 2º - As decisões do Conselho serão tomadas com a presença de no mínimo 2/3 (dois terços) dos seus membros e as decisões serão tomadas por maioria simples em relação ao número de membros do Conselho, tendo o Presidente o voto de qualidade.

§ 3º - O Conselho poderá solicitar a colaboração de servidores do Poder Executivo para assessoramento em suas reuniões, podendo constituir uma Secretaria Executiva.

§ 4º - Para o seu pleno funcionamento, o Conselho fica autorizado a utilizar os serviços infra-estruturais das unidades administrativas do Poder Executivo.

Art. 9º - Compete ao Conselho Municipal da Habitação e do Bem-Estar Social:

- I - aprovar as diretrizes e normas para a gestão do Fundo Municipal da Habitação e do Bem-Estar Social;
- II - aprovar os programas anuais e plurianuais de aplicação dos recursos do Fundo nas áreas sociais, tais como de habitação, saneamento básico e promoção humana;
- III - estabelecer limites máximos de financiamento a título oneroso ou a fundo perdido, para as modalidades de atendimento previstas no artigo 3º desta Lei;
- IV - definir política de subsídios na área de financiamento habitacional;
- V - definir a forma de repasse a terceiros dos recursos sob a responsabilidade do Fundo;
- VI - definir as condições de retorno dos investimentos;
- VII - definir os critérios e as formas para a transferência dos imóveis vinculados ao Fundo, aos beneficiários dos programas habitacionais;
- VIII - definir normas para gestão do patrimônio vinculado ao Fundo;
- IX - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundo, solicitando, se necessário, o auxílio do órgão de finanças do Executivo;
- X - acompanhar a execução dos programas sociais, tais como de habitação, de saneamento básico e de promoção humana, cabendo-lhe inclusive suspender o desembolso de recursos caso sejam constatadas irregularidades na aplicação;
- XI - definir as áreas passíveis de serem enquadradas no item XIII do artigo 3º. da presente Lei;
- XII - dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas regulamentares relativas ao Fundo, nas matérias de sua competência;
- XIII - propor medidas de aprimoramento do desempenho do Fundo, bem como outras formas de atuação visando à consecução dos objetivos dos programas sociais;
- XIV - elaborar o seu regimento interno.
- XV - propor alteração ao Plano Diretor, em tudo que diga respeito a habitação, saneamento básico e bem-estar social;
- XVI - aprovar cronograma de desembolso dos programas de aplicação de recursos do fundo;
- XVII - autorizar convênios e contratos, inclusive empréstimos, nos termos do disposto no inciso VII do artigo 6º, desta Lei.

Art. 10 - O Fundo de que trata a presente Lei, terá a duração indeterminada.

Art. 11 - Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no Plano Plurianual, Lei nº 2.617, de 9 de novembro de 1990, nos Encargos Gerais do Município, Recursos Supervisionados pelo Gabinete do Prefeito - GAPLAC, o programa Habitação, a ação Constituição do Fundo Municipal de Habitação e Bem-Estar Social.

Art. 12 - Para atender ao disposto nesta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Especial, até o limite de Cr\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzeiros) para o corrente exercício.

1502.10570316.138 - Constituição do Fundo Municipal do Bem-Estar Social.

4313.00 - Contribuição à Fundos. Cr\$ 1.000.000.000,00

Parágrafo Único - Para cobertura do crédito especial aberto por este artigo, ficam reduzidas, em igual montante, as rubricas orçamentárias, abaixo indicadas:

0502.16915751.012 - Ampliação da Frota

4120.01 - Divs. Equip. Mat. Permanente Cr\$ 500.000.000,00

1502.90909090.113 - Reserva de Contingência

9110.01 - Reserva de Contingência. Cr\$ 500.000.000,00

Art. 13 - O Fundo para Habitação de Populações de Baixa Renda - FUBAR, criado pela Lei nº 2.142 de 26 de dezembro de 1984, conjuntamente com as Leis que o alteram, passa a ter a mesma vinculação estabelecida para o Fundo da Habitação e do Bem Estar Social criado nos termos do artigo 2º desta Lei.

§ 1º - Cumpridas todas as obrigações assumidas pelo Município através das operações realizadas pelo FUBAR, bem como recebidos os respectivos créditos do Fundo para Habitação de Populações de Baixa Renda, o mesmo será extinto.

§ 2º - O patrimônio do FUBAR, não comprometido através de suas operações, bem como as receitas a realizar passarão, na data da entrada em vigor desta Lei, a fazer parte do Fundo Municipal de Habitação e Bem-Estar Social;

§ 3º - Todas as disposições estabelecidas pela Lei nº 2142, de 26 de dezembro de 1984, e pelas Leis que a modificaram que não contrariarem à presente Lei, continuarão em vigor até a extinção do FUBAR.

Art. 14 - A presente Lei será regulamentada por Decreto do Executivo, no prazo de 30 dias, contados de sua publicação.

Art. 15 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 2.698, de 31 de outubro de 1991.

GABINETE DO PREFEITO, Centro Administrativo Municipal, em 30 de abril de 1993.

OSVALDO GOMES
Prefeito Municipal

ANEXO IV – CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

PARECER SOBRE A LEI Nº 2.862/1993

Prezado Secretário Daron,

Conforme nos foi solicitado, encaminhamos a seguir uma análise da lei nº 2862, de 30 de abril de 1993 à luz do que orienta o Ministério das Cidades/Secretaria Nacional de Habitação, através do “Guia de Adesão para Estados, DF e Municípios – Sistema e Fundo Nacional de HIS” e das orientações da Caixa Econômica Federal, através da Gerência de Filial de Fundos e Seguros Sociais – GIFUS.

De forma geral, a legislação está adequada às novas orientações do Sistema Nacional de Habitação. Contudo, seguem algumas observações:

1. Do ponto de vista da composição do Conselho, as condições exigidas são: representação da área técnica da arquitetura ou engenharia e, no mínimo, 25% de representantes comunitários. O representante da área técnica é o CREA, mas no que diz respeito aos comunitários, deve ser incluído mais um representante, na medida em que têm somente três - um representante da União das Associações de Bairro de Passo Fundo e dois representantes de Organizações Comunitárias.
2. Deve ficar mais explícito no artigo 7º que os representantes da sociedade serão escolhidos de forma democrática. Esta é uma exigência que a GIFUS faz.
3. Sugere-se a inclusão do seguinte inciso no artigo 9º, que trata das competências do Conselho, para que não fique restrita ao *Gabinete de Planejamento e Coordenação*, o papel de propor a política de aplicação dos recursos:

“1 - Estabelecer diretrizes e fixar critérios para a priorização de linhas de ação, alocação de recursos

do Fundo Municipal da Habitação e do Bem-Estar Social e atendimento dos beneficiários dos programas habitacionais, observado o Plano Local de Habitação de Interesse Social.”

4. Para fortalecer o papel do Plano Local de Habitação de Interesse Social, sugere-se que seja inserido também no artigo 9º, o seguinte inciso:

“VIII – Monitorar e avaliar sistematicamente a implementação do Plano Local de Habitação de Interesse Social .”

5. Para fortalecer o caráter democrático e transparente da atuação do Conselho, sugere-se que seja incluída como sua competência a promoção de audiências públicas e conferências de habitação para debater temas relativos à política habitacional local.
6. De acordo com o orientado pelo “Guia de Adesão para Estados, DF e Municípios – Sistema e Fundo Nacional de HIS”, sugere-se ainda a inserção de dois parágrafos ao artigo 9º:

“§1º - As diretrizes e critérios de previstos no inciso I deste artigo deverão observar ainda as normas emanadas do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, de que trata a Lei Federal nº11.124 de 16 de junho de 2005, nos casos em que o Fundo Municipal da Habitação e do Bem-Estar Social vier a receber recursos federais”.

“§2º - O Conselho Municipal da Habitação e do Bem Estar Social promoverá ampla publicidade das

formas e critérios de acesso aos programas, das modalidades de acesso à moradia, das metas anuais de atendimento habitacional, dos recursos previstos e aplicados, identificados pelas fontes de origem, das áreas objeto de intervenção, dos números e valores dos benefícios e dos financiamentos e subsídios concedidos, de modo a permitir o acompanhamento e fiscalização pela sociedade.”

7. Sugere-se a inserção de um artigo ao final do texto legal com o seguinte conteúdo:

“Esta lei será implementada em consonância com a Política Nacional de Habitação, com o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e com o Plano Local de Habitação de Interesse Social de Passo Fundo.”

Por fim, sugerimos que antes de encaminhar uma revisão desta legislação para a Câmara de Vereadores, vocês a encaminhem para o próprio GIFUS/CEF (Gerência de Filial de Fundos e Seguros Sociais), órgão responsável por avaliar as condições da adesão dos municípios ao SNHIS. Este procedimento pode ser feito através das técnicas Rejane ou Elisane, pelos telefones: (51) 3205 6545/6539 ou e-mail GIFUSPO07@caixa.gov.br.

Sendo o que tínhamos para o momento, subscrevemo-nos atenciosamente.

Arq. Cláudia Damasio
Latus Consultoria

ANEXO V

REUNIÕES REALIZADAS

ANEXO V – REUNIÕES REALIZADAS

REUNIÃO COM OS AGENTES DE SAÚDE 26/03/2009

LISTA DE PRESENÇA

Pág. 1 de 6



LISTA DE PRESENCAS

Assunto: Reunião de trabalho referente ao PLHIS PASSO FUNDO

Pauta: REUNIÃO COM OS AGENTES DE SAÚDE

Data: 26/03/2009 Hora: 14h Local: AUDITÓRIO DO INSTITUTO LETA XIII

nº	Nome	Representação	Telefone	E-mail
1	MARLENE SILVA CHAVES	LATUS CONSULT.	51-919178330	marlenechaves@latus.com.br
2	ROSILKA ALMEIDA S. MELLO	1666/Manoel Antonio SA	9154533	
3	Roselene Kunze de Silva	SAE Jô	54-91090412	Roselene.kunze@saehio.com.br
4	Stádia Souza Alves	CATC	54 33141132	stadiasouza@catc.com
5	Adriana da Rocha Freitas	Guthier	51-99342407	adrianafr@Hotmail.com
6	Alamanda Silva	CATC	54 91919162	88803@UPE.br
7	Vera Lucia P da Cruz	CATC	54-91770280	
8	Marina Souza Santos	Hípica	54.98912543	
9	Carole Marie Pereira	P.S. Hípica	33345618	
10	Luci Filipe dos Santos	Prof. Hípica	333.494	
11	Divólide dos Santos Costa	PSF Hípica	91598348	divo17@Hotmail.com
12	Leandine L. Ferreira Damiana	PSF Hípica	91424013	
13	Galati da Luz Martin	PSF Monçevoff	33124084	Solite
14	Adriana S. Moraes	PSF L. Cantareira	3372164	
15	Eva Mariza de Oliveira	PACS-victor	84050940	JS1er

Latus Consultoria, Pesquisa e Assessoria de Projetos Ltda.
Av. Cristóvão Colombo, 2176/506 - CEP 90.560-002 - Porto Alegre/RS
Fone/Fax: (51) 32790281 / (51) 8416-6261
www.latus.com.br - latus@latus.com.br

Pág. 2 de 6



LISTA DE PRESENCAS

Assunto: Reunião de trabalho referente ao PLHIS

PASSO FUNDO

Pauta: REUNIÃO COM OS AGENTES DE SAÚDE

Data: 26/03/2009

Hora: 14h

Local: AUDITÓRIO DO INSTITUTO UERJ XIII

nº	Nome	Representação	Telefone	E-mail
1	Adriana C. Miranda	Uerj Ouja	31483495	adriana.miranda@uerj.br
2	Neli R. Sedoy	Petropolis	99427040	-
3	Cláudio Souza	Ricc	3335 7666	claudio@latus.com.br
4	Wânia de Barros	Ricc	3315 5393	-
5	Genelle Oliveira	PSF Ricc	96038817	-
6	Elzei Carneiro Brito	PSF Ricc	3310 9341	-
7	Robel Vanir Silva	PSF Ricc	3315 7666	Robel@latus.com.br
8	Luiz Carlos Gomes	PSF Ricc	3315 7666	-
9	Alex Azevedo R. Netto	PSF Centemário	3315 7666	-
10	Sueli de Fátima Foresti	PSF	11	-
11	Regina Diniz	PSF	3315 7666	-
12	Carina P. Azevedo	PSF	11	-
13	Kelton Ambrósio Speltz Lima	PSF	11	-
14	Marceli Fuschigato	PSF N.S.A	33142453	-
15	Cláudia A. Gattaldi	PSF N.S.A	33142453	-

Latus Consultoria, Pesquisa e Assessoria de Projetos Ltda.
 Av. Cristóvão Colombo, 2176/306 – CEP 90.560-002 – Porto Alegre/RS
 Fone/Fax: (51) 32790281 / (51) 8416-6261
 www.latus.com.br – latus@latus.com.br



LISTA DE PRESENCAS

Assunto: Reunião de trabalho referente ao PLHIS PASSO FUNDO

Pauta: REUNIÃO COM OS AGENTES DE SAÚDE

Data: 26/03/2009 Hora: 14h

Local: AUDITÓRIO DO INSTITUTO CFA XIII

nº	Nome	Representação	Telefone	E-mail
1	Marli Gerlach	P.S.F.N.S.A	33342453	
2	Marli Gerlach	P.S.F.N.S.A	3314-2453	
3	Leirte J. dos Santos	P.F.N.S.A	33142453	
4	Guacine R. Santos	PACS	81264796	
5	Wesley T. Ferraz	PACS	93266326	
6	Diana Rodrigues	TACS	99814200	
7	Ma de Lourdes Moraes	P.S.F. g.A2	91229356	
8	Wendimara C. dos Santos	PACS	91127368	
9	Elinete de F. Rodrigues	PACS	91565597	
10	Vanessa G. de Souza	PACS	93354178	
11	Marcos Vinícius	P.S.F. Adolpho	99933558	
12	Luiz Carlos	P.S.F. Adolpho	99292336	
13	Denizina dos S. Bernardes	P.S.F. Planaltina	99193161	33157669
14	Marcia J. Baraldi	P.S.F. Planaltina	9988-5588	
15	Kalvino Lume do Souto	P.S.F. Gerlach	3314-2453	

Lotus Consultoria, Pesquisa e Assessoria de Projetos Ltda.
 Av. Cristóvão Colombo, 2176/306 – CEP 90.560-002 – Porto Alegre/RS
 Fone/Fax: (51) 32790281 / (51) 8416-6261
 www.lotus.com.br – lotus@lotus.com.br

Pág. 4 de 6



LISTA DE PRESENCAS

Assunto: Reunião de trabalho referente ao PLHIS PASSO FUNDO

Pauta: PEUNIA COM OS AGENTES DE SAÚDE

Data: 26/03/2009 Hora: 14h

Local: AUDITÓRIO DO INSTITUTO LEA XIII

nº	Nome	Representação	Telefone	E-mail
1	Silvia de Oliveira	RSF - América	3315-5130	
2	Patrícia Regina Buelher	RSF - Santa	3314-3753	
3	Rose Elvira dos Santos	RSF - Domina	31195361	
4	Dairama dos Santos Tronco	BACS INTERIOR	51013185	
5	Adriana Pimmo	PACS S. Peto	8118-8666	Adriana@yaho.com.br
6	Auriciana de Aguiar	PACS Bom Jesus	8119-4491	auriciana@hotmail.com
7	Sabete D. Brackner	PACS Vila Sibel	99116229	
8	Marisolvia Pilger	PACS Edem Tein	33444555 33481362	
9	Mauro Bento Jordens	SACS S. Green	89476007	Mauro.Bento@hotmail.com
10	Edna de Aguiar Lima	RSF - V. Galva	84673783	
11	Cláudia Faria	RSF - Santa Rita	81153540	cpoues@yaho.com.br
12	Patricia P. Corrêas	PACS São João	51444599	
13	Fussana C.V. Gross	RSF MPTDS	33153003	
14	Marcelo Filho	RSF Netto	3315-7229	
15	Gelmira F. Balci	RSF Netto	33152534	

Latus Consultoria, Pesquisa e Assessoria de Projetos Ltda.
 Av. Cristóvão Colombo, 2176/306 - CEP 90.560-002 - Porto Alegre/RS
 Fone/Fax: (51) 32790281 / (51) 8416-6261
 www.latus.com.br - latus@latus.com.br

LISTA DE PRESENCAS

Assunto: Reunião de trabalho referente ao PLHIS PASSO FUNDO

Pauta: REUNIÃO COM OS AGENTES DE SAÚDE DE SAÚDE

Data: 26/03/2009 Hora: 14h Local: AUDITÓRIO DO INSTITUTO LEÃO XIII

nº	Nome	Representação	Telefone	E-mail
1	Luiz L. Feliss	ISE - Porto	3315 7668	
2	Alcides E. Galvina	POCS - São Domingos	98336 8536	
3	S. Simão da Costa	PACS - São Domingos	8146 5279	
4	Aparecida Portela	PACS - Leão XIII	91331195	
5	Fra. Deu S. Ribeiro	PACS - Vila Santa Rosa	8584 9285	
6	Ortalia Tamara Wierumpele	PACS - Congonias	9143 3431	
7	Roselia Rodrigues	PACS - Cruzeiro	3581 4090	
8	Edna Condruce	PACS - Congonias	3312 6890	
9	Maricete da Rosa Santos	PACS - S. Luiz	81287449	
10	Denise D. Damazo	RSF - Pátio	3311 549	
11	GRACIE MACHADO	LATUS	51 8512-2374	gracie.machado@latus.com.br
12	Shana Gregório	Selva	3311 8381	shana@pmpf-rs.gov.br
13	Jose Cleber de Sa	SEHAS	3311 8381	saec@pmpf-rs.gov.br
14				
15				

Pág. 6 de 6



LISTA DE PRESENCAS

Assunto: Reunião de trabalho referente ao PLHIS

FASSO FUNDO

Pauta: REUNIÃO COM OS AGENTES DE SAÚDE

Data: 26/03/2009 Hora: 14h

Local: AUDITÓRIO DO INSTITUTO UERJ XIII

nº	Nome	Representação	Telefone	E-mail
1	Letícia Ama Feresari	Valinhos	3312-4944	
2	Brigitte S. Dias	Valinhos	3312-4944	
3	Renata Rodrigues Marinho	Valinhos	3312-4944	
4	Denise Figueiredo Pinto	Valinhos	33274047	
5	Adriana Gussoni	P.S.F. N. Guarani		
6	Vera Lucia Lima	P.S.F. Mac. Miséria	3315-5974	
7	Cláudia de Melo Leite	P.S.F. São Cristovão	3315-7667	
8	Gláucia dos Santos	P.S.F. São Cristovão	3315-5291	
9	Renata B. Pereira	P.S.F. São Cristovão	3315-7667	
10	Martina A. Nicolao	P.S.F. Aplicação	3314-7675	Fone P.S.F. 3314-1388
11	Luciana de Jesus Santos	P.S.F. Aplicação	3314-7214	
12				
13				
14				
15				

Latus Consultoria, Pesquisa e Assessoria de Projetos Ltda.
 Av. Cristóvão Colombo, 2176/306 – CEP 90.560-002 – Porto Alegre/RS
 Fone/Fax: (51) 32790281 / (51) 8416-6261
 www.latus.com.br – latus@latus.com.br

ANEXO V – REUNIÕES REALIZADAS

RETOMADA COM OS AGENTES DE SAÚDE

REGISTRO FOTOGRÁFICO



ANEXO V – REUNIÕES REALIZADAS

LISTAS DE PRESENÇA



Pág. 01 de 05

LISTA DE PRESENCAS

Atividade de trabalho referente ao PLHS do Município de PASSO FUNDOPauta: RETOmada com AGENtES DE SAúDEData: 04/11/2003 Hora: 14h Local: AUDITóRIO DA UPE

Nº	Nome	Representação	Telefone	E-mail
1	GRACE MACHADO	LATUS (51)	8512-2374	gracemachado@latus.com.br
2	MARIE O. DAMEIM	SEHA3	9124-9991	CELENE@LATUS.COM.BR
3	TÂNIA MORA PEREIRA	P.S.F. HÍPICO	33445618	
4	MARINA DE SAUZA COSTER	P.S.F. HÍPICO	99412543	
5	JULIA LUIZ DOS SANTOS	P.S.F. HÍPICO	99356336	
6	DIXON DE SANTOS COSTA	P.S.F. HÍPICO	91598348	
7	ROSELIANA P. TOGROENI	RACS	91444599	
8	MAR JORGE DA SILVA	P.S.F. Jovem Pés	99181424	
9	GLAUCIA FROESIANO	P.S.F. Jovem Pés	81153540	
10	JANAINARA LIALLE LIMA DA SILVA	P.S.F. Jovem Pés	99079940	
11	ADRIANA LHEROSI	P.S.F. N. GROSS	3312.2523	
12	CLARISE FATIMA CARVALHO OLIVEIRA	P.S.F. N. GROSS	9410 4657	Clarice2238@terra.com.br
13	GLAUCIS DI MULO SAULS	P.S.F. Jovem Pés	8113 3567	
14	FÁBIO LIMA DO SILVA	P.S.F. Jovem Pés	33443353	
15	ANA ANELIA DOS SANTOS	P.S.F. Jovem Pés	3315-5888	

LISTA DE PRESENCAS

Atividade de trabalho referente ao PLHS do Município de PASSO FUNDO

Pauta: REUNIÃO COM AGENTES DE SAÚDE

Data: 04/11/2009 Hora: 14h Local: AUDITÓRIO DA UPE

Nº	Nome	Representação	Telefone	E-mail
1	Solete da Luz Martin	PSE Nenequissylla	33124084	
2	Mrs Sora Ribeiro	PAC V. Zarkia	35844245	
3	Denise C. Fereira	PSE Sra. Custos	33157667	
4	Daiana Franco	ACS Tech. Independência	91053195	
5	Solete P. Backen	ACS Vila Madal	99116229	
6	Rosimar Kello	M.C. Marcela	97540375	
7	Patrícia Rome	A.C.S. Rita	8240968	
8	Auriana de Aguiar	ACS São Romão	9627-9183	augapies@igmpaia.com
9	Colony Galina	ACS São Luiz	94168136	cleiza5013@hotmail.com
10	Suzanne de Jesus	ACS São Luiz	81465279	
11	Daiana C. Miranda	ACS V. Europa	91783495	
12	Daiana B. Fedeiro	ACS São Romão	99014800	
13	Neli R. Seoloz	ACS Petrópolis	96044900	
14	Rose Leni das Santos	PSE Daniela	31195351	
15	Vanessa da Silva	ACS IPGE CAIC	81246402	88853@L.C.I.U.P.F.br

LISTA DE PRESENCAS

Atividade de trabalho referente ao PLHIS do Município de PASSO FUNDOPauta: RETOBIADA COM AGENTES DE SAÚDEData: 04/11/2009 Hora: 14h Local: ADJUDICIS DA UFPE

Nº	Nome	Representação	Telefone	E-mail
1	Adriana T. Longo Buzina	ACS PSF	3343.753	Sandra Mouta
2	Stelvina Ana Ferraz	ACS PSF	9312.4944	
3	Rozângela Maria Souza da Silva	ACS PSF Valinhos	3319.4544	
4	Rosini Rodrigues Mariano	ACS PSF Valinhos	3314.2088	
5	Idmarca E. Vasselt	ACS PSF 1º centro de saúde	3315.3170	
6	Alex A. J. R. Melo	ACS PSF 1º Centro de Saúde	3315.7870	
7	Carla Vanessa Marques	A.C.S. Guajará	314.8334	
8	Rosalia Rodrigues	ACS Guajará	PACS	
9	Luizete Silva dos Santos	ACS N.S. Aparecida	9183.8578	
10	Graciana R. Santos	ACS N.S. A	9972.6114	
11	Marlene Gerlach	P.S.F. N.S. A	3354.3121	
12	Regli dos Santos	RACS	9191.4673	
13	Luigia T. Ferrare	RACS	9326.6126	
14	Robsonete de Deus	PSF Alto Guah	9633.2140	
15	Yaeli P. Drum	PSF Ricci	3312.9334	

LISTA DE PRESENCAS

Atividade de trabalho referente ao PLHS do Município de PASSO FUNDO

Pauta: RETOGNADA COM AGENTES DE SAUDE

Data: 04/11/2009 Hora: 14h Local: AUDITÓRIO DA UPE

Nº	Nome	Representação	Telefone	E-mail
1	Gondy Oliveira de Oliveira	PSF Zicci	96038817	
2	Isabel Vany Silva	PSF Ricci	98394382	
3	Nônia de Barros	PSF Ricci	3315-53-93	
4	Flávia J. Barodi	PSF Planaltina	9988-5588	
5	Dorvalino dos Senechal	PSF 11	83157669	
6	Cláudia C. dos Santos	PACS Zóchia	91124368	
7	Ma de Lourdes Moraes	PSF Zóchia	91387603	
8	Maeci Robuss	PSF Jorbo	91482040	
9	Marcelo Silva	PSF Mattos	91685657	
10	Sysson Clotilde V. Gross	PSF MATTOS	33153003	
11	Alaíni de Moraes	PSF PLANALTIMA	81124301	
12	Roseleme reny agsilva	PACS SÃO JOÉ	91090442	roseleme.kunz@hotmail.com
13	Apresentador Tereza	PACS P. LEONARDO	81331195	
14	Cláudia Cristóvão	PACS Cruzília	91568746	
15	Margarite da Rosa Santos	PACS G. Luiz Gonz. 33353730	81284449	

Pág. 05 de 05**LISTA DE PRESENCAS**Atividade de trabalho referente ao PLHIS do Município de PASSO FUNDOPauta: REUNIÃO COM AGENTES DE SAÚDEData: 04/11/2009 Hora: 14 Local: AUDITÓRIO DA UFPE

Nº	Nome	Representação	Telefone	E-mail
1	Ana Christina Luft	PACS SMS	9180.6307	anaairton@ky66@hotmail.com
2	Eva Maria de Oliveira	PACS SMS	84050940	
3	Alexandra S. Joazeiro	PSF Matricial	81465193	
4	Márcia A. Nicácio	Matricial	99464540	
5	Simone de S. dos Santos	PSF Matricial	91633593	
6	Médi Luiza Silva	PSF CAIC	96193279	
7	Patrícia da Rocha Azeites	PSF CAIC	99372407	abricarinas@hotmail.com
8	Ana Maria de Almeida	Coordenadora PSF	33161000	
9	Sônia Alencar	PSF 7º cent	91632081	
10	Sueli de Fátima Ferechi	PSF 1º cent	98775432	
11	Ryane de Oliveira	PSF 1º Cent	99181951	
12	Kelen Sueli H. Lima	PSF 1º Cent.	96563742	
13	Márcia Pilqui	PACS Edmática	81277688	
14				
15				

ANEXO V – REUNIÕES REALIZADAS

REUNIÃO COM O CONSELHO DE HABITAÇÃO 22/09/2009

REGISTRO FOTOGRÁFICO



ANEXO V – REUNIÕES REALIZADAS

LISTA DE PRESENÇA

Pág. 1 de 1

LISTA DE PRESENCAS

Atividade de trabalho referente ao PLHS do Município de PASSO FUNDOPauta: REUNIAO COM O CONSELHO DE HABITAÇÃOData: 22/05/2009 Hora: 18hLocal: SEMPR

Nº	Nome	Representação	Telefone	E-mail
1	GRACE TRACHES	LATUS CONSULTORIA	51.8512.2374	gracetrachades@latus.com.br
2	RUI LORENZATO	CAMPARA VERDE/RS	54.962.2231	ruilorenzato@campeverde.rs.gov.br
3	CARLOS ALBERTO DA LUZ	SMO	917.59915	—
4	Fabiano - Gestão Habitacional	Associação Habitacional	96.036.081	—
5	Carla Maria Figueiredo Mehlada	COESAN	95.050.055	carla.mehlada@coesan.com.br
6	Ulisses Campos de Santos	Sincaio TEM	99.672.215	—
7	Julio Cesar Gonçalves	MUNM	81.280.267	—
8	Luciana de Oliveira Pires	RGE	351.66.310	lpires@rge-rs.com.br
9	SIBELE FIORI	SEPLAH	3316.7220	sibele.f@pmpf-rs.gov.br
10	Diego Bonfante	CRER/RS	3313.1514	opus_ongo@pmpf.com.br
11	LIVIANO VACCA BRESIANI	CAIXA	2104.7841	liviano.bresian@caixa.gov.br
12	Yol Kubini Muniz	emp. lha	9692.9464	—
13	Leandro Chalchani de Araujo	SEHAS	9927.0046	leandro@pmpf-rs.gov.br
14	Georgette de Souza	P.S. Paulo	—	—
15	Priscila de Souza	PRISA HABIT	81.43.8823	—

Latus Consultoria, Pesquisa e Assessoria de Projetos Ltda.
 Matriz: Rua Cristóvão Colombo, 2176/306 – Porto Alegre/RS – Fone/Fax: (51) 3279-0281 / (51) 8416-6261
 Filial/NE: Rua Leonardo Bezerra Cavalcanti, 610 – Recife/PE – Fone/Fax: (81) 3441-4120 / (81) 9632-5665
 www.latus.com.br – latus@latus.com.br

ANEXO V – REUNIÕES REALIZADAS

REUNIÃO COM O CONSELHO DE HABITAÇÃO 1º/10/2009

REGISTRO FOTOGRÁFICO



ANEXO V – REUNIÕES REALIZADAS

LISTA DE PRESENÇA

Pág. 1 de 1

LATUS
CONSULTORIA, PESQUISA E
ASSESSORIA DE PROJETOS LTDA.

LISTA DE PRESENCAS

Atividade de trabalho referente ao PLHS do Município de PASSO FUNDO
 Pauta: REUNIÃO COM O CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
 Data: 10/09/2009 Hora: 18h Local: SEHAB

Nº	Nome	Representação	Telefone	E-mail
1	GRACE MACHADO	LATUS	8512-2374	grace.machado@latus.com.br
2	Claudia DAMASIO	LATUS (51)	84166847	claudia.damasio@latus.com.br
3	Julia Leijonhufvud	MNL M	54 81280267	Julinhadomnlm@yahoo.com.br
4	Jucheth	Sindicato	99672715	
5	Rui Lorenzato	Camara	96252731	Vm.lorenzato@camara.rs.gov.br
6	Carla Lorenzato	Cariboi	33143495	
7	Edsonio Severi Florin	SEHAB	8511-8381	edsonvs@hotmail.com
8	JANIA M. F. NEVE	WESIAN	39050055	janie.merlanti@cesma.com.br
9				
10				
11				
12				
13				
14				
15				

Latus Consultoria, Pesquisa e Assessoria de Projetos Ltda.
 Matriz: Rua Cristóvão Colombo, 2176/306 – Porto Alegre/RS – Fone/Fax: (51) 3279-0281 / (51) 8416-0261
 Filial/NE: Rua Leonardo Bezerra Cavalcanti, 610 – Recife/PE – Fone/Fax: (81) 3441-4120 / (81) 96325665
 www.latus.com.br – latus@latus.com.br

ANEXO V – REUNIÕES REALIZADAS

REUNIÃO COM EMPRESÁRIOS 1º/10/2009

REGISTRO FOTOGRÁFICO



ANEXO V – REUNIÕES REALIZADAS

LISTA DE PRESENÇA

Pág. 1 de 1

LATUS
CONSULTORIA, PESQUISA E
ASSESSORIA DE PROJETOS LTDA.

LISTA DE PRESENCAS

Atividade de trabalho referente ao PLHIS do Município de PASSO FUNDOPauta: REUNIÃO COM EMPRESÁRIOSData: 10/09/2009 Hora: 19h30min Local: SINDUSCON

Nº	Nome	Representação	Telefone	E-mail
1	GRACE MACHADO	LATUS	518512-2374	grace.machado@latus.com.br
2	Cláudia Domingos	LATUS	5184166347	claudia.domingos@latus.com.br
3	PLINIO H. DONASSOLO	SINDUSCON	33118157	pliniuh@SINDUSCON.PE.CAL.BR
4	SEREBIO L. MONTES JR	SINDUSCON	51627584	MJA CONSULTORIA V.S.HO.COM.BR
5	SERGIO LUIZ MARINHO	IMÁGE BRASIL	91184828	JOSEPHARO@REEM.COM.BR
6	EDUARDO MATTEVI	BETA	9880-1771	MATTEVI@ANNEX.COM.BR
7	LUIZ ANTONIO GILCOMINI	DEGE	9981-5059	luiz.gilcomini@com.br
8	MAY O. DOS	R. S. LINA	99738299	STUBR@LINA.D.BR.TURBO.COM.BR
9	RUBEN VAZEM GICAMS	CAIXA	99716604	RUBEN.GICAMS@CAIXA.GOV.BR
10				
11				
12				
13				
14				
15				

Latus Consultoria, Pesquisa e Assessoria de Projetos Ltda.

Matriz: Rua Cristóvão Colombo, 2176/306 – Porto Alegre/RS – Fone/Fax: (51) 3279-0283 / (51) 8416-6261
 Filial/NE: Rua Leonardo Bezerra, Cavalcanti, 610 – Recife/PE – Fone/Fax: (81) 3441-4120 / (81) 9632-5665
 www.latus.com.br – latus@latus.com.br

ANEXO V – REUNIÕES REALIZADAS

REUNIÃO COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO 19/02/2009

REGISTRO FOTOGRÁFICO



ANEXO V – REUNIÕES REALIZADAS

LISTAS DE PRESENÇA

1 de 2



LISTA DE PRESENCAS

Assunto: Reunião de trabalho referente ao PLHS de PASO FUNDOS

Data/horas: 13/02/2009 - 14h Local: SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

nº	Nome	Função	E-mail/telefone
1	Graciela do formosa Fiod	Integradora Especialista	graciela.fiod@pcho.com.br / (51) 3777-5421
2	Renata Vargas	Ass. de Projetos	renata.vargas@pcho.com.br / (51) 3318-387
3	Márcia Mafalda	Assistente Social	marcam@pmpf.rs.gov.br
4	DANIELA FRANCO	ENGENHEIRA CIVIL	daniela@pmpf.rs.gov.br
5	Yara Falcão Nunes	Ass. de Projetos	96067592
6	Melhor Bonaventura	Coord. PLHS	melhorbonaventura@plhs.com.br / 5482280
7	Chana Leckner	Analista Proj. Habit.	chana@pmpf.rs.gov.br
8	Leonor de Azevedo	SRPAC	leonor@norma.com / 912-6198
9	SANDRA MARIA TUNIBARE	CHefe de ABASTECIMENTO	33M-5494 prapasa@pcho.com.br
10	RAIMUNDO GAZZU	DEP. FUNDO SEHAIS	9185-3844
11	Jose Cleonice Dizon	Sec. de Habitação	99770060 / 912-6198
12	Clara Bernardo GAZZU	ASSISTENTE - SEPLAN	33167234 / 912-6198
13	Jefferson Timm	Secretaria Interm.	3311193 / 912-6198
14	Vanda CAAMERA	ANAL. HABITAC.	33118381 / 912-6198
15	GRACE KELLY DE S. MOURÃO	PLHS / LATUS	grace.mourao@latus.com.br / 912-2374

Latus Consultoria, Pesquisa e Assessoria de Projetos Ltda.
Av. Cristóvão Colombo, 2176/306 – CEP 90.560-002 – Porto Alegre/RS
Fone/Fax: (51) 32790281 / (51) 8416-6261
www.latus.com.br – latus@latus.com.br

2 de 2



LISTA DE PRESENCAS

Assunto: Reunião de trabalho referente ao PLHIS de Passo Fundo

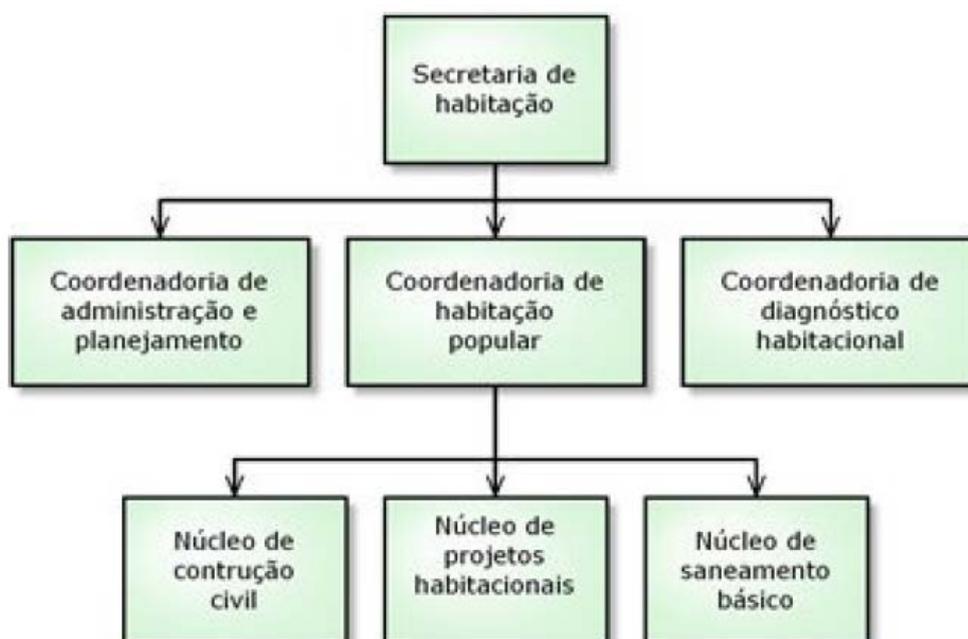
Data/horas: 29/02/2009 - 14h Local: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

n°	Nome	Função	E-mail/telefone
1	SONIA PERONI	TECNICO LATUS	51 8416 6261
2	NEIZA KOHN	TECNICO LATUS	55 84 236147
3			
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			
11			
12			
13			
14			
15			



ANEXO V – REUNIÕES REALIZADAS

ORGANOGRAMA



ANEXO V – REUNIÕES REALIZADAS

REUNIÃO COM LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS 02/10/2009 E 21/10/2009

REGISTRO FOTOGRÁFICO



ANEXO V – REUNIÕES REALIZADAS

LISTAS DE PRESENÇA



Pág. 1 de 1

LISTA DE PRESENCAS

Atividade de trabalho referente ao PLHIS do Município de PASSO FUNDO

Pauta: REUNIÃO COM VEREADORES COMUNITÁRIAS

Data: 02/10/2009 Hora: 18h

Local: CÂMARA DE VEREADORES

Nº	Nome	Representação	Telefone	E-mail
1	GRACE MACHADO	LATUS	51 8532-2374	gracemachado@latus.com.br
2	LEIVISLE REALEGOS	LATUS	51 8120-3338	leivis@latus.com.br
3	JOSE CLADENIR JORAN	OLMO (54)	96013539	josora@pmpc.es.gov.br
4	Fabio P. de Silva	V. de Salinas	33141101	11 20 Silvanho
5	Brucene Rodrigues dos Santos	MNL M	84360173	lu-rodrigues.santos@yahoo.com.br
6	Wesley dos Santos	MNL M	93449564	
7	Paulo A. Gonçalves	MNL M	81280264	gabrielgondalves@latus.com.br
8	Sergio dos Santos	Mov. Juv. em	31141608	bolanguyen@hotmail.com
9	Antonieta Lopes	Amarelle	9956-9788	
10	AUM DE OLIVEIRA	101 UMBO	9104 1758	AUXO@UISN.COM
11	Luiz Sabondol	MNL M	81419312	TATSA LN@HOTMAIL.COM
12	Maria Helena Bin Foglio	Santa Maria	33142136	
13	VALDIR O. DE ARAUJO	LEONARDO ILMA	91249991	cec44150244@yahoo.com.br
14				
15				

Latus Consultoria, Pesquisa e Assessoria de Projetos Ltda.
Matriz: Rua Cristóvão Colombo, 2176/306 – Porto Alegre/RS – Fone/Fax: (51) 3279-0281 / (51) 8416-6261
Filial/NE: Rua Leonardo Bezerra Cavalcanti, 610 – Recife/PE – Fone/Fax: (81) 3441-4120 / (81) 96325665
www.latus.com.br – latus@latus.com.br

LISTA DE PRESENCAS

Assunto: Reunião de trabalho referente ao PLHS de PASSO FUNDO
 Pauta: REUNIÃO COM LIDERANÇAS COMUNITARIAS - UAMPAF
 Data: 21/10/2009 Hora: 15h Local: CÂMARA DE VEREADORES

n°	Nome	Representação	Telefone	E-mail
1	GRACE MACHADO	LATUS	(51) 8512-2374	gracemachado@latus.com.br
2	Sueli Funges em casaca	MON. M. P. F. em do	91744608	Sueli Funges em do latus mail.com.br
3	Antoniela Marinho	Zenon Gil de	9170174	Antoniela
4	Jeanete de S. Dias	Associação	91688940	Jeanete
5	ELIAS DE AVILA LEMES	UAMPAF-VICE	99693113	lemes@uampaf.com.br (EPA)
6	ANA MARIA SEGUNDEDO	V. Huber	3512.3545	ANA MARIA
7	Claudia Saub.	Associação	0413.3567	Claudia Saub.
8	Maria da Graça Ferreira	Solo Autismo	21480176	Maria da Graça
9	Frederico Zamboni	INDUSTRIAL	84121946	Frederico Zamboni
10	Elda Dalcamara	Zoo Ferreira	81414907	Elda Dalcamara
11	Marilene Ferreira Peronato	Associação	91612316	Marilene Ferreira
12	Vianina Gondast Vello	Victor Boler	91587523	Vianina Gondast
13	Salati Grando	Associação	91412563	Salati Grando
14	Paulo Lopes	Comtel	96036295	Paulo Lopes
15	Marcelina Chines Ferrera	Associação	91221957	Marcelina Chines

Pág. 02 de 02



LISTA DE PRESENCAS

Assunto: Reunião de trabalho referente ao PLHS de PASSO FUNDO
 Pauta: REUNIÃO COM LIDERANÇAS COMUNITARIAS - UAPRAF
 Data: 21/10/2008 Hora: 19h Local: CATIAIRA DE VEREADORES

nº	Nome	Representação	Telefone	E-mail
1	Adriano S P Prestes	ASS. Secchi	8137-7579	adriano_tony_r@hotmail.com
2	Luiz Carlos Pereira	ASS. UAPRAF	8143-5828	luizcarlos@uapraf.com.br
3	Alvazir S. L. Silva	ASS. UAPRAF	9009-1641	
4	ALVACIE PRESTES DE CAMARGO	B. JONORAI	8403-4421	alvacieprestes@bol.com.br
5	TERENIA B. ANTUNES	PROS	9993-8882	P.FABROR@UFRS
6	Luiz Carlos Pereira	J. Lopes Sobrinho	9092-7599	lopes@uapraf.com.br
7	Francisco de Assis	ASS. UAPRAF	9046-7427	francisco@uapraf.com.br
8	Jose Gomes Antunes	ASS. UAPRAF	3315-2031	
9	Paulo Roberto	ASS. UAPRAF	3315-1600	
10	Paulo Roberto Borges	B. B. Pereira	3341-1942	
11	Sérgio S. L. Silva	UAPRAF	906-7117	sergio@uapraf.com.br
12	Luiz Carlos Pereira	ASS. UAPRAF	8147-1563	luizcarlos@uapraf.com.br
13	Luiz Carlos Pereira	ASS. UAPRAF	3316-7343	luizcarlos@uapraf.com.br
14				
15				

Latus Consultoria, Pesquisa e Assessoria de Projetos Ltda.
 Av. Cristóvão Colombo, 2176/306 -- CEP 90.560-002 -- Porto Alegre/RS
 Fone/Fax: (51) 32790281 / (51) 8416-6261
 www.latus.com.br - latus@latus.com.br

ANEXO V – REUNIÕES REALIZADAS

DISCUSSÃO DO DIAGNÓSTICO COM AS EQUIPES 17/02/2009

REGISTRO FOTOGRÁFICO



ANEXO V – REUNIÕES REALIZADAS

LISTA DE

 PRESENÇA

Pág. 01 de 01



LISTA DE PRESENCAS

 Atividade de trabalho referente ao PLHS do Município de Passo Fundo

 Pauta: Debate do Diagnóstico com equipe técnica

 Data: 17/12/09 Hora: 14h30min Local: Prefeitura Municipal

Nº	Nome	Representação	Telefone	E-mail
1	Cláudia Tomazini	LATUS	84166347	claudia.tomazini@latus.com.br
2	VALDIR O. DE ARAUJO	SEHAB	91249991	COSEME LEONILAS @ 44.HPO.COM.BR
3	Yvri Pacheco Muniz	SEHAB	96329464	=
4	Wilsa Rech Juba	SEHAB	9749657	=
5	Marcia Hofeloda	SEHAB	99763408	marcimez@ppf.rs.gov.br
6	DANIELA FRANCOINI	SEHAB	91784309	daniela.7262@yahoo.com.br
7	Graciele dot. Fiad	SEHAB	99775701	graciafiad@yahoo.com.br
8	PATRICIA MICHEL	SEHAB	99253887	patricia.michel@dynt.com.br
9	JOSE CLAUDIO DAVEN	SEHAB	99210046	daven@ppf.rs.gov.br
10	Regenônio Saurer Ronim	SEHAB	91826158	claudio.v5@hotmail.com
11	Nicolas Guerra Boeno	SMS/PSF	96051115	COORDENADOR PSF @ PM PF . RS . GOV . BR
12	Julio Cesar Gonçalves	UNL/M/BR	81280264	julio@latus.com.br
13	Janira Moreira TUNIELERO	SMAM	33M5994	janira@latus.com.br
14	GRACE MACHADO	LATUS	85122374	grace.machado@latus.com.br

Latus Consultoria, Pesquisa e Assessoria de Projetos Ltda.

Matriz: Rua Cristóvão Colombo, 2176/306 – Porto Alegre/RS – Fone/Fax: (51) 3279-0281 / (51) 8416-6261

Filial/NE: Rua Leonardo Bezerri Cavalcanti, 610 – Recife/PE – Fone/Fax: (81) 3441-4120 / (81) 96325665

www.latus.com.br – latus@latus.com.br

ANEXO V – REUNIÕES REALIZADAS

CAPACITAÇÃO SOCIAL E HOMOLOGAÇÃO DA METODOLOGIA 19/02/2009

LISTAS DE PRESENÇA

1 de 4



LISTA DE PRESENCAS

Assunto: Reunião de trabalho referente ao PLHS de ARIZO RÜNDO - CAPACIT. SOCIAL E HOMOLOGAÇÃO DA METOD.
Data/horas: 16:00h - 19/02/2009 Local: CÂMARA VEREADEUS - RILONA

nº	Nome	Função	E-mail/telefone
1	GRACE KELLY DE S. FINCHARD	ARO / LATUS	gracemichal@latus.com.br / 8512-2374
2	Guendel Kist	Coordenadora Pedag.	gkist@kist.com.br
3	Robson de Olla	COORDENADOR	roson.br@terra.com.br
4	Robson de Olla	COORDENADOR	roson.br@terra.com.br
5	LEANDRO LAZZAROTTO	ENGENHEIRO CIVIL	LEANDRO.LAZZAROTTO@UNIMA.GOV.BR
6	UBIRATAN ORO	ENGENHEIRO CIVIL	UBIRO@TERRA.COM.BR / 9081-4706
7	PLINIO H. DONASSALO	ENGENHEIRO CIVIL	33118155 - plinio@unipaf.com.br
8	IZABEL CRISTINE LOPES	CRÁTERO UNIPAF	ADM.IZABELLOPES@YAHOO.COM.BR
9	Marcelo de Azevedo	MALM	3312-9983 - 91882509
10	Carla Maria Vargas	MALM	96032089
11	Carla Maria Vargas	DEHAB	3122 6193 carla.vsa@hotmail.com
12	Carla Maria Vargas	DEHAB	carla.vsa@hotmail.com
13	Carla Maria Vargas	DEHAB	99677891
14	Romy Valdir Birchbacher	DEHAB	romy@igge-rj.com.br - 51-99454995
15	Carla Maria Vargas	DEHAB	carla.vsa@hotmail.com

Latus Consultoria, Pesquisa e Assessoria de Projetos Ltda.
Av. Cristóvão Colombo, 2176-306 - CEP 90.560-002 - Porto Alegre/RS
Fone/Fax: (51) 32790281 / (51) 8416-6261
www.latus.com.br - latus@latus.com.br

2 de 4



LISTA DE PRESENCAS

Assunto: Reunião de trabalho referente ao PLHIS de PASSO FUNDO - CAPACIT. SOCIAL E HABILITAÇÃO DA METODOLOGIA

Data/horas: 19/02/2009 - 15h Local: CÁTARA DE VEREDAS - PUEUNARI

nº	Nome	Função	E-mail/telefone
1	DIVISIA TAVARES	IBEPA	53147805
2	ANDERSON SILVA TAVARES	IBEPA	ANDERSON@ALCANTARA2005@YAHOO.COM.BR 31135764
3	NATALIA CAVALHEIRO DE OLIVEIRA	COMERCÁRIA	natypp@terra.com.br (54-81423464)
4	FABIANA DA SILVA CAMARGO - Chefe	Coordenadora de Projetos	fabiana.camargo@mpf.rs.gov.br
5	Carolina Alves de Souza	Coordenadora de Projetos	carolina@natail.com
6	Carole Severina Silva	Coordenadora de Projetos	carole@natail.com
7	Fabrizio Bando	Coordenador de Projetos	fabrizio@natail.com
8	DUSE ALENCAR MIRANDA	Coordenador de Projetos	duse@natail.com
9	Everton Silva	Coordenador de Projetos	everton@natail.com
10	Luciano Augusto Basso	Coordenador de Projetos	luciano@natail.com
11	Luciano Augusto Basso	Coordenador de Projetos	luciano@natail.com
12	Luciano Augusto Basso	Coordenador de Projetos	luciano@natail.com
13	Luciano Augusto Basso	Coordenador de Projetos	luciano@natail.com
14	Emirando Simonetti	Coordenador de Projetos	emirando@natail.com
15	RENE CECOMELLO	Coordenador de Projetos	rene@natail.com

LISTA DE PRESENCAS

Assunto: Reunião de trabalho referente ao PLHIS de PASSO FUNDO - CAPACIT. SOCIAL E HOMOLOGAÇÃO DA METEOROLOGIA

Data/horas: 19/02/2009 - 13h Local: CÂMARA DE VEREADORES - PLANALTO

nº	Nome	Função	E-mail/telefone
1	Marcelo Trudi Beltrami	Assessor Técnico	marcelo.beltrami@latus.com.br
2	VEIRAJANA CARREIROS	Ass. Social	717676497@latus.com.br
3	CRISTIANO CANDATEN	PSM	criscao@pmptf.rs.gov.br
4	MARCIA CATOPHON	Arq. Social	Fone 91834465
5	Edson Beltrami	Téc. Social	99000423
6	GEREMIAS DE GUANROS ANTUNES	PRESIDENTE SAPO	99938882
7	Luci Gomes	Sec. Parlamentar	9969.0779
8	Pracila de Amaral Fied	Blogueira SEHAB	praciad@latus.com.br / (54)9977.5701
9	OSWALDO DOS SANTOS	Coord. Social	Fone Resid. 33159511 Celular 83335564
10	Glaci Resque Almeida	Assessoria Política	resqueglaci@latus.com.br
11	Sueli Tereza Florio	Coord. Social - Social	Souza Victor Tel: 83445858
12	OPINION BERNARDO G. MARINHA	ASSISTENTE - SEPLM	opinion@pmptf.rs.gov.br
13	Adriana Aguiar	STPMS	adriana@latus.com.br
14	Valdir A. Moreira	COORD. SEHAB	33118381 ou 91249991
15	Nilas Guerra Bruno	Sec. M. Saúde	Nilas@latus.com.br (91051119)

4 de 4



LISTA DE PRESENCAS

Assunto: Reunião de trabalho referente ao PLHIS de PASSO FUNDO - IMPACT SOCIAL E HOMOLOGAÇÃO DA METODOLOGIA

Data/horas: 19/02/2009 - 18h Local: CÂMARA DE VEREDADES - PLENÁRIO

Nº	Nome	Função	E-mail/telefone
1	Renata Vargas	Assessor de Projetos Sp.	renata.vargas@latus.com.br
2	Chama Pacheco	Até Nucleo de Proj. Heli	chama@proj.heli.mt.gov.br
3	Jose Zaldarain Jara	Secretaria de Planejamento	SEHAB@PMF.MT.gov.br
4	GEVANI PERONI	TEC.VIC. LATUS	(51) 841166261
5	Julio César Campinho	Coord. M. U. M. U.	(54) 84202244 - julio@estommbm@piboc.com.br
6	Archei de Freitas Mendes	ESTRATEGIA LATUS	(55) 84244787 archei.jos@gmail.com
7	NEUSA VENTURA	ANEXOS CONSUL	neusa@latus.com.br
8			
9			
10			
11			
12			
13			
14			
15			

Latus Consultoria, Pesquisa e Assessoria de Projetos Ltda.
Av. Cristóvão Colombo, 2176/306 - CEP 90.560-002 - Porto Alegre/RS
Fone/Fax: (51) 32790281 / (51) 8416-6261
www.latus.com.br - latus@latus.com.br

ANEXO V – REUNIÕES REALIZADAS

REUNIÃO COM DIRETORES DE ESCOLAS

LISTAS DE PRESENÇA



LISTA DE PRESENCAS

Assunto: Reunião de trabalho referente ao PLHIS de PASSO FUNDO (RS) – Reunião com Diretores de Escolas

Data/horas: 12/03/09 - 10:30h Local:

nº	Nome	Função	E-mail/telefone
1	MARISA KOLLAR	TEC. LATUS	marisakollar@terra.com
2	José Cláudio Jansen	SENAR	SENAR@ppf.rs.gov.br
3	André de Freitas Zamboni	ESTAGIÁRIO LATUS	ANDREZW@GMAIL.COM
4	Marcos do Carmo de Mattos	Profa	
5	Kerissine R. Reis	Prof	33112905
6	Adriana Soares de Oliveira	Coord Pedag	3315 2244 - GMEFRONANA@PPF.RS.GU
7	Ana Márcia Prantão Ractz	Professora	anaractz@yahoo.com.br
8	Wagner Romão Varga	Professora	33148103
9	Neida G. Bordignon	Coord Pedag	3311 2134
10	Deonice da Silva Gomes	Professora	emefarne@ppf.rs.gov.br 331525
11	MARISA PALMA SILVEIRA	Professora	marisapalma@yahoo.com.br 3315-6606
12	José M. Bortolotto	Professora	Jose.0312@netmail.com
13	Coláur Fátima Bililio	Professora	3315 2740 - Clairbililio@G
14	Viridiana Guarnetta	Professora	99393452
15	Emo Doraldina Borges	Professora	90157244



LISTA DE PRESENCAS

Assunto: Reunião de trabalho referente ao PLHIS de PASSO FUNDO (RS) – Reunião com Diretores de Escolas

Data/horas: 12/03/09 - 10:30

Local:

nº	Nome	Função	E-mail/telefone
1	Luiza Soares Godi	Diretora	3314-1066
2	Marcia Piccini	Coord. Pedag.	3314-3162
3	Vanessa Vianna	Secretaria Administrativa	3314-9273 / 9948-5005
4	Rozélia Utiz	Coord. Pedagógico	3311-1254
5			
6			
7			
8			
9			
10			
11			
12			
13			
14			
15			

ANEXO VI

Audiência Pública do Diagnóstico do PLHIS de Passo Fundo

ANEXO VI – AUDIÊNCIA PÚBLICA

ATA

Audiência Pública do Diagnóstico para o Plano Local de Habitação de Interesse Social de Passo Fundo

Data: 17/12/2009

Horário: 19h30min

Local: Câmara de Vereadores de Passo Fundo

A Sra. Cladivânia Vanin, Coordenadora de Habitação Popular, fez a abertura da Audiência Pública informando que o Prefeito Municipal e o Secretário Municipal de Habitação não puderam estar presentes devido a imprevistos de última hora, portanto saúda todos os presentes em nome destes e passa a palavra ao Coordenador do Diagnóstico Habitacional da Secretaria Municipal de Habitação e, atual, Coordenador do PLHIS de Passo Fundo, Sr. Valdir Oliveira de Almeida.

O Coordenador do PLHIS também agradece a presença de todos e explana como foi conduzido o andamento dos trabalhos para a elaboração do diagnóstico que será apresentado a seguir. Logo após, ele apresentou a empresa Latus Consultoria, Pesquisa e Assessoria de Projetos Ltda, responsável pela elaboração do PLHIS de Passo Fundo, que venceu a licitação realizada ainda no final de 2008, e que desde então vem realizando este trabalho. Em seguida o Coordenador passa a palavra para as representantes da empresa consultora, que irão conduzir a Audiência Pública, as Arquitetas e Urbanistas Grace Machado e Cláudia Damásio.

Então a Arq. Grace Machado agradece a apresentação realizada pelos Coordenadores da SEHAB e faz uma breve abordagem a importância da realização deste trabalho para o município e como ele deve ser feito, baseado nas orientações do Ministério das Cidades e da Caixa Econômica Federal. Logo após, a arquiteta comenta sobre as dificuldades encontradas para a elaboração deste trabalho, principalmente quanto à dificuldade da estrutura pública em acompanhar o andamento dos trabalhos e promover todas as atividades demandadas, quanto às disputas políticas, que observou ser muito acirrada dentro da estrutura da UAMPAF, dificultando um pouco o processo. E, ainda comenta sobre o objetivo de se fazer uma audiência pública, sendo necessária a avaliação do público presente.

Em seguida inicia a apresentação. A apresentação é realizada a partir dos 5 eixos de análise, definidos na metodologia. E, para a qualificação do “Quadro das Necessidades

Habitacionais” são apresentados, primeiramente os dados oficiais baseados nos dados da Fundação João Pinheiro e a atualização destes dados para 2005, bem como a sua projeção até o ano de 2023, depois são apresentados os dados do levantamento realizado pelos agentes de saúde, e em seguida os dados do Cadastro da Secretaria Municipal de Habitação. Também foi apresentado a leitura perceptiva de diversas localidades de Passo Fundo construída com o auxílio de lideranças comunitárias.

Ao final da apresentação a arquiteta abre para o debate e considerações:

- O primeiro comentário foi do Presidente do Movimento Nacional da Luta pela Moradia, Sr. Júlio Cesar Gonçalves, onde elogia a qualidade do trabalho apresentado comentando que acredita retratar a realidade de Passo Fundo;
- Em seguida, o Coordenador do PLHIS, Sr. Valdir Oliveira de Almeida, lamenta a pouca participação da sociedade na Audiência Pública, e esclarece que não foi por falta de convite e de divulgação, concorda que as questões políticas dificultaram bastante o processo e, por fim, agradece o esforço empreendido pela empresa em realizar este trabalho com qualidade;
- O Presidente da Associação de Moradores do Loteamento Garden, Sr. Marlon, comenta haver equívocos sobre os agrupamentos de localidades em bairros, solicitando revisão;
- O Presidente da Associação de Moradores da Vila Ricci, Sr. Paulinho Lopes, elogia o trabalho e a explanação em síntese realizada, logo após faz algumas considerações quantos aos seguintes temas: o orçamento para a habitação em 2010, sobre a questão da especulação imobiliária, levantamento do que é área pública e a estratégia para a população rural permanecer no campo; e
- Por fim, outros comentários foram no sentido de conseguir cópias deste material;

As perguntas foram respondidas e os seguintes encaminhamentos foram dados: a Secretaria Municipal de Habitação estará tentando disponibilizar para a empresa, junto aos demais setores do município: o relatório do ITBI, junto à Secretaria da Fazenda para a produção de uma planta de valores para o PLHIS; o orçamento aprovado da habitação para 2010; e o relatório do patrimônio (terras públicas).

Não havendo mais considerações, a Audiência Pública é encerrada.

ANEXO VI – AUDIÊNCIA PÚBLICA

REGISTRO FOTOGRÁFICO



ANEXO VI – AUDIÊNCIA PÚBLICA

LISTAS DE PRESENÇA

Pág. 01 de 01

LISTA DE PRESENCAS

Atividade de trabalho referente ao PLHS do Município de PASSO FUNDOPauta: AUDIÊNCIA PÚBLICA DE DIAGNÓSTICO PARA O PLHSData: 17/12/2009 Hora: 19h30min Local: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Nº	Nome	Representação	Telefone	E-mail
1	GRACE MARHADO	LATUS	518512-2374	gracemachado@latus.com.br
2	Jose Cláudio D'Aguiar	SEHAB	54 96043539	donoux@PMP.P.R.gov.br
3	Pauline Góezes dos Santos	União das L.T.H.	96657686	Grachelealita@uuececeba.br
4	Cláudio Cláudio de Aguiar	Associação L.T.H.	91249581	Cláudio
5	Filipe César Gonçalves	M.N.L.M.-RS	84280264	Filipe
6	Paulo R. R. Lopes	CONDEL	96036995	Paulo
7	Paulo A. Rodrigues	CONDEL	84280264	Paulo
8	Luciano de Aguiar	SEHAB	51826198	luciano@sehabetm.com
9	Carlos Augusto B. Camargo	SEHAB	51972199	SELEC-CAMARGOS@PMPES.COM.BR
10	Paulo Felipe da Silva	SEHAB	96324464	Paulo
11	Fernando P. de Aguiar	Associação L.T.H.	84280264	fernando@latus.com.br
12	Cláudio Mesquita	LATUS	84166397	claudiomesquita@latus.com.br
13				
14				

Latus Consultoria, Pesquisa e Assessoria de Projetos Ltda.

Matriz: Rua Cristóvão Colombo, 2176/306 - Porto Alegre/RS - Fone/Fax: (51) 3279-0281 / (51) 8416-6261
Filial/NE: Rua Leonardo Dezerza Cavalcanti, 610 - Recife/PE - Fone/Fax: (81) 3441-4120 / (81) 96325665

www.latus.com.br -- latus@latus.com.br

ANEXO VI – AUDIÊNCIA PÚBLICA

APRESENTAÇÃO

**Diagnóstico para o
 Plano Local de Habitação de Interesse Social**

MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO
 RIO GRANDE DO SUL

Dezembro de 2009




Contexto Micro-Regional



MICRORREGIÃO DE PASSO FUNDO

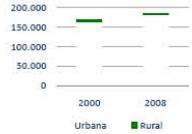
Localização



Passo Fundo é um PÓLO REGIONAL;
Destaque na SAÚDE e EDUCAÇÃO:
 •Universidades: UPF, ...; e
 •Hospital S. Vicente de Paulo.

População

A população do município de Passo Fundo é predominantemente urbana. Apenas cerca de 1,8% da sua população é rural. No período 2000 - 2008, o crescimento da população de Passo Fundo foi de 9,9%. Neste mesmo período, a taxa de urbanização evoluiu 1%, passando de 97,2% para 98,2%.

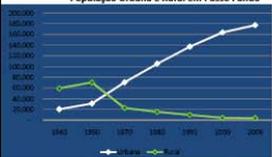


POPULAÇÃO		
Ano	2000	2008
Urbana	168.458	184.147
Rural	3.250	3.157
TOTAL	168.458	184.147
Taxa de Urbanização	97,2	98,2

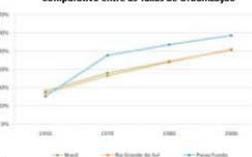
- Crescimento de 11%
- Decréscimo de 29%
- Crescimento de 9,9%
- Crescimento de 1%

População

População Urbana e Rural em Passo Fundo



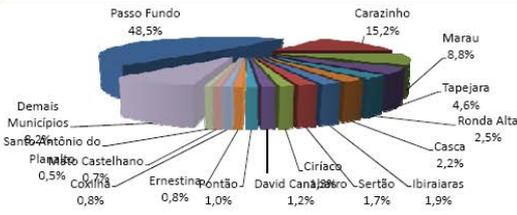
Comparativo entre as Taxas de Urbanização



POPULAÇÃO PASSO FUNDO	1940	1950	1970	1990	1991	2000	2008
Urbana	20.584	31.228	70.737	105.472	137.288	168.754	177.248
Rural	29.954	70.628	23.113	15.983	10.000	1.899	1.962
TOTAL	50.538	101.857	93.850	121.455	147.288	168.458	181.210

Fonte: IBGE

Inserção Regional



Município	Porcentagem
Passo Fundo	48,5%
Carazinho	15,2%
Marau	8,8%
Tapejara	4,6%
Ronda Alta	2,5%
Casca	2,2%
Sertão	1,9%
Ibiraiaras	1,9%
Ernestina	0,8%
Castelhanos	0,8%
David Canabarro	1,2%
Ciríaco	1,7%
Planalto	0,5%
Santo Antônio do Planalto	0,7%
Coxilha	0,6%
Demais Municípios	1,8%

A Microrregião de Passo Fundo é composta por 26 municípios. Destes, foram escolhidos 13, de acordo com a sua proximidade a Passo Fundo (municípios limítrofes) e os de maior população, a fim de serem analisados neste perfil, além de Carazinho e Santo Antônio do Planalto, os quais pertencem à microrregião de Carazinho, mas também fazem divisa com Passo Fundo. Dentre estes, Passo Fundo ocupa o 1º lugar no ranking populacional, com **48,5%** do total dos habitantes.

Urbanização

Na década de 1990, um pouco mais da metade dos municípios da microrregião apresentou tendência de crescimento populacional, os demais (Ciriaco, Coxilha, Mato Castelhanos, Pontão, Ronda Alta, Santo Antônio do Planalto e Sertão) tiveram suas populações diminuídas. Nesse período, Passo Fundo cresceu 19,6%.

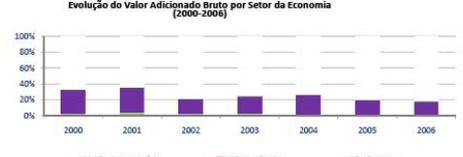
A partir do ano 2000, apenas 5 cidades apresentaram acréscimos populacionais: Marau (19,1%), Mato Castelhanos (6,3%), Passo Fundo (9,9%), Santo Antônio do Planalto (1,4%) e Tapejara (15,8%).

Entre 1991 e 2007, Marau foi o município que mais cresceu na microrregião (52,5%), Passo Fundo apresentou acréscimo populacional nesse período de 31,4%.

Município	1991	2000	2007
Carazinho	93,0	82,0	97,6
Casca	39,5	48,8	55,4
Ciriaco	31,7	38,4	45,7
Coxilha	34,7	34,4	39,7
David Canabarro	24,4	30,1	39,2
Ernestina	19,4	17,4	40,5
Ibiraiaras	32,6	43,5	45,4
Marau	69,4	101,6	151,1
Mato Castelhanos	2,6	15,9	18,1
Passo Fundo	86,2	97,2	115,6
Pontão	7,3	27,7	35,8
Ronda Alta	36,6	43,7	34,4
Santo Antônio do Planalto	24,1	45,2	35,9
Sertão	40,7	49,5	31,8
Tapejara	66,5	77,0	96,6

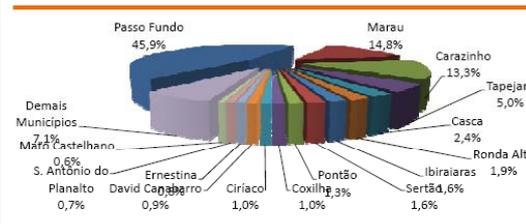
Perfil Econômico VAB – Valor Adicionado Bruto

Evolução do Valor Adicionado Bruto por Setor da Economia (2000-2006)



No período de 2000 a 2006:
 O setor de serviços cresceu 65,4% / corresponde a 82% da economia;
 O setor da indústria decresceu 26,9% / corresponde a 16% da economia; e
 O valor gerado pela agropecuária cresceu 8,7% / corresponde a 2% da economia.

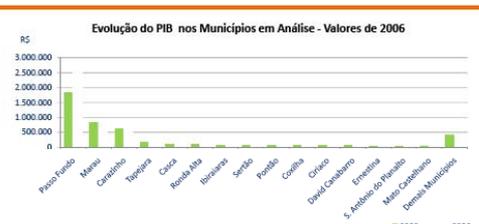
PIB – Produto Interno Bruto



Entre 2000 e 2006, em termos reais, os municípios contemplados neste perfil cresceram em média 24,2%. Apenas Mato Castelhanos teve seu PIB diminuído (-12,5%).

Perfil Econômico PIB – Produto Interno Bruto

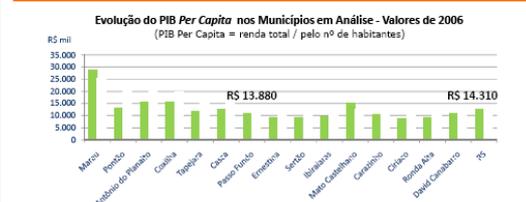
Evolução do PIB nos Municípios em Análise - Valores de 2006



Nesse período (2000-2006), Passo Fundo foi o terceiro município que mais cresceu (42,9%), ficando atrás somente de Tapejara (62,9%) e Pontão (47,9%). Crescimentos acima da média estadual (23,2%).

Perfil Econômico PIB – Produto Interno Bruto

Evolução do PIB Per Capita nos Municípios em Análise - Valores de 2006
 (PIB Per Capita = renda total / pelo nº de habitantes)



O PIB Per Capita do Estado aumentou 15,26%.
 Os municípios em Análise cresceram em média 28%.
 Passo Fundo apresentou aumento real na ordem de 29,2%, atrás apenas de Pontão (63,9%) e Tapejara (59,8%).

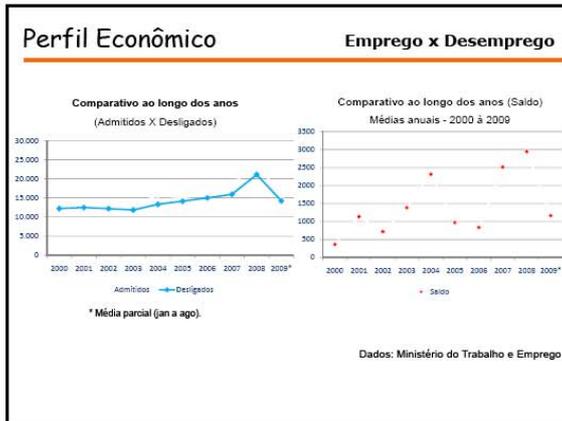
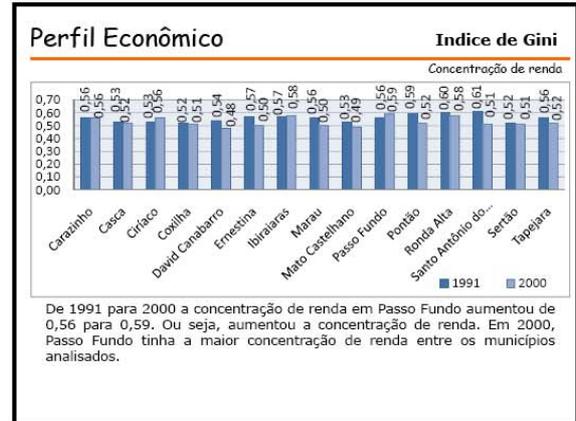
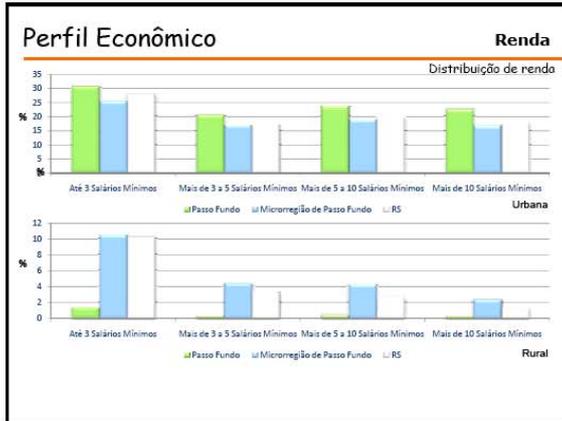
Perfil Econômico Renda

Famílias Residentes em Domicílios Particulares com Rendimentos Familiares

Intensidade do domicílio	Classes de rendimento nominal mensal familiar	Passo Fundo	Microrregião de Passo Fundo	RS
Total	Total	100	100	100
	Até 3 salários mínimos	21,01	35,97	38,24
	Mais de 3 a 5 salários mínimos	21,01	21,52	20,24
	Mais de 5 a 10 salários mínimos	29,11	23,32	22,7
	Mais de 10 salários mínimos	29,86	19,18	18,81
Urbana	Total	97,23	78,32	82,43
	Até 3 salários mínimos	30,5	25,45	28
	Mais de 3 a 5 salários mínimos	20,56	17,06	16,86
	Mais de 5 a 10 salários mínimos	23,64	15,05	20,01
	Mais de 10 salários mínimos	22,54	16,76	17,58
Rural	Total	2,77	21,68	17,57
	Até 3 salários mínimos	1,44	10,51	10,25
	Mais de 3 a 5 salários mínimos	0,46	4,47	3,39
	Mais de 5 a 10 salários mínimos	0,47	4,28	2,69
	Mais de 10 salários mínimos	0,41	2,41	1,24

Concentração maior de famílias com renda até 3 S.M.;
 Porém numa proporção um pouco menor do que na microrregião e no Estado RS;

DADOS: SIDRA - IBGE

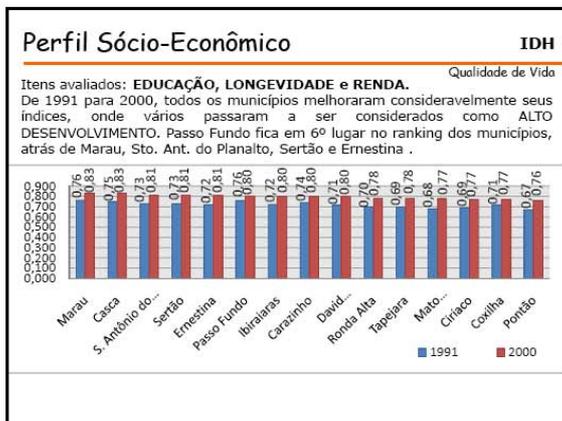


Perfil Econômico Emprego x Desemprego

Indicadores do Mercado de Trabalho de Passo Fundo - Censo 2000

Indicador	Masculino	Feminino	Total
PEA	46.964	38.783	83.747
PEA Desocupada	8.749	6.966	13.715
PEA Ocupada	40.215	39.817	70.032
Trabalhadores Formais (1)	20.827	14.267	35.094
Trabalhadores Informais (2)	19.470	7.561	24.431

Dados: IBGE – Censo 2000



Perfil Sócio-Econômico IDH

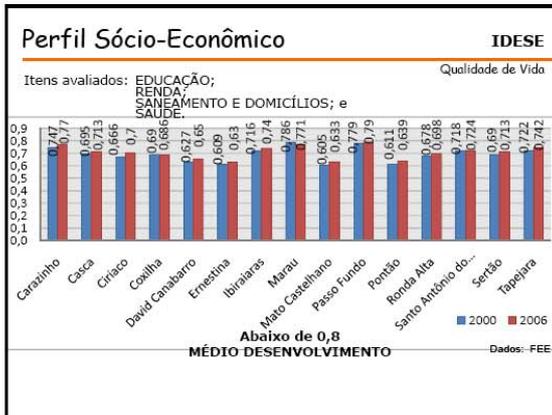
Qualidade de Vida

O IDH de Passo Fundo comparativamente aos demais municípios brasileiros e gaúchos:

NO BRASIL
 478º Lugar - dentre 5.429 municípios brasileiros

NO RIO GRANDE DO SUL
 152º Lugar - dentre 496 municípios gaúchos

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano

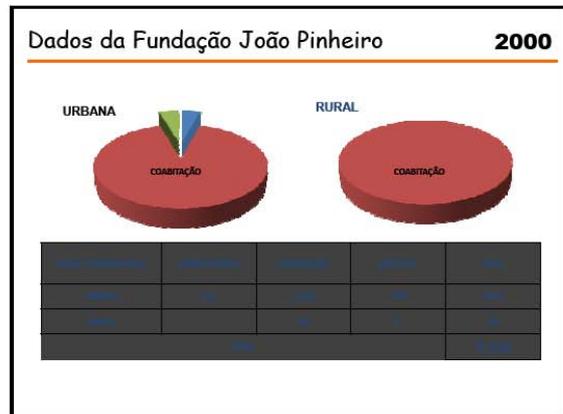
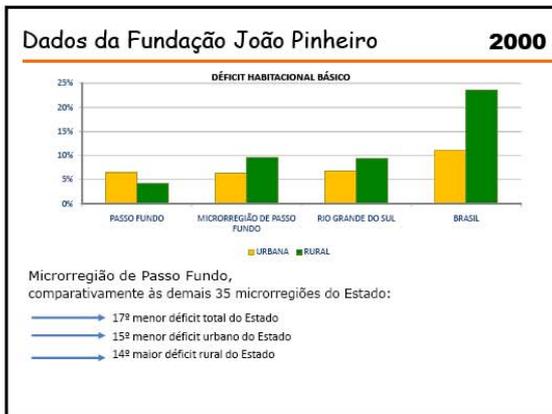
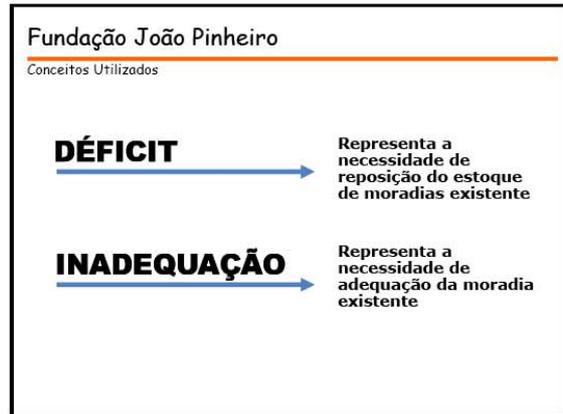


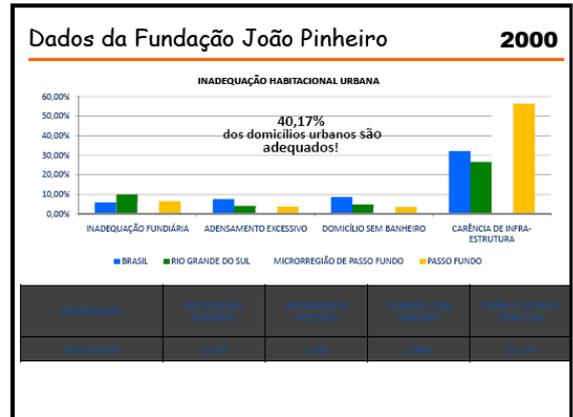
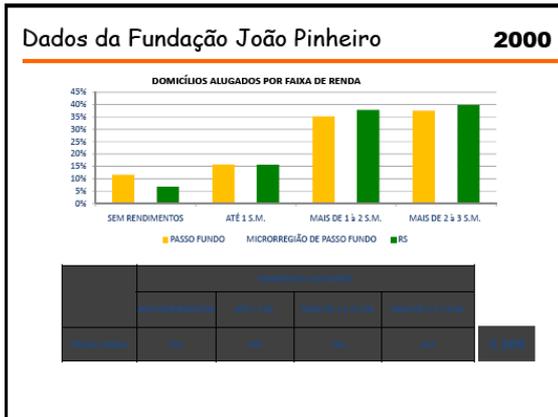
Perfil Sócio-Econômico IDESE

2000 - o melhor

Município	Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) - 2006				Qualidade de Vida (IDESE)					
	Educação	Renda	Saneamento e Domicílios	Saúde	IDESE	Qualidade de Vida	IDESE	Qualidade de Vida		
Carazinho	0.883	725	0.778	785	0.563	540	0.834	4213	0.771	430
Casca	0.887	825	0.798	875	0.524	2860	0.654	2890	0.713	1711
Ciriaco	0.828	3399	0.712	1739	0.421	1781	0.636	3930	0.7	2060
Coxilha	0.616	1889	0.742	1249	0.349	2560	0.635	3930	0.688	1379
David Canabarro	0.847	2538	0.873	2499	0.327	3720	0.654	1890	0.65	3450
Ernestina	0.867	1320	0.733	1389	0.064	4640	0.654	2830	0.63	3930
Ibiraitaras	0.876	931	0.605	420	0.442	1571	0.636	3930	0.74	951
Marau	0.855	2079	0.807	1111	0.583	551	0.636	3930	0.771	361
Mato Castellano	0.839	71	0.697	1840	0.038	8911	0.636	3930	0.634	3831
Passo Fundo	0.861	1808	0.832	1691	0.659	231	0.812	4830	0.79	181
Pontão	0.838	2991	0.837	141	0.06	4861	0.824	4721	0.838	3931
Ronda Alta	0.834	3147	0.745	1137	0.334	2781	0.878	1001	0.698	2158
Santo Ant. do Planalto	0.864	1897	0.831	1391	0.335	2781	0.686	1901	0.734	1401
Sertão	0.843	51	0.706	1701	0.346	2571	0.654	2941	0.713	1891
Tapoira	0.839	1925	0.819	2851	0.484	1301	0.615	3641	0.741	911
RS	0.854	-	0.781	-	0.969	-	0.85	-	0.783	-

Quadro de necessidades habitacionais





Dados da Fundação João Pinheiro 2000

Quadro das Necessidades Habitacionais por Faixas de Renda Familiar (até 5 SM)

NECESSIDADES HABITACIONAIS	ATÉ 3 S.M.	MAIS DE 3 A 5 S.M.
	%	%
IMPROVISADOS	30,23	10,85
COABITAÇÃO	65,68	24,26
INADEQUAÇÃO FUNDIÁRIA	46,15	22,35
ADENSAMENTO EXCESSIVO	60,86	21,21
SEM BANHEIRO	87,13	8,36
CARÊNCIA DE INFRA-ESTRUTURA	38,57	21,56

Levantamento realizado pelos Agentes de Saúde

Novembro/2009

Resumo Geral

UNIDADE DE SAÚDE	Nº DE CASAS	Nº DE PESSOAS
PSF de Camerário	853	3.451
PSF Agente de Saúde	811	3.284
PSF CAC	811	2.746
PSF Unidade Doméstica	437	1.888
PSF Políaca	888	2.897
PSF Interlocutor	848	2.187
PSF Casa de Saúde	432	1.537
PSF MATRIZ	888	2.211
Microárea Maria Goretti	350	2.000
PSF N. Sra. Aparecida	788	1.947
PSF N. Sra. Grazi	766	2.934
PSF Primavera	859	1.451
PSF Riço	848	2.879
PSF Santa Maria	486	1.844
PSF São Cristóvão	807	3.449
PSF Valinhos	741	2.837
PSF Zélio	138	641
MSD São José	226	742
MSD Roberto	864	3.288
MSD São Carlos	618	3.288
MSD J. A. Zecchi	188	911
MSD Cruzeiro	485	1.805
MSD Via Jardim	220	838
MSD Via Capim	211	746
MSD Santa Rita	219	723
MSD Entre Rios	270	1.300
MSD São João	244	787
MSD Paraisópolis	287	1.023
MSD Domínio Trem CDAB	335	1.075
MSD Via Lúcio	213	746
MSD Interloc. Saúde Independência "Isaac"	81	259
MSD São Maria	234	678
MSD Manoel Compa	216	741
TOTAL	16.003	57.866



Grupo de Trabalho
Beira Trilho
 Levantamento de Campo em 2008

Cadastro Sócio-Econômico - Beira Trilho
 2008

RESUMO GERAL		
CONTAGEM RÁPIDA DE DOMICÍLIOS EM ÁREA PRÓXIMA AOS TRILHOS	1.410	UH
DOMICÍLIOS ENTREVISTADOS	973	UH
DOMICÍLIOS NA FAIXA DE DOMÍNIO DOS TRILHOS	792	UH
FAMÍLIAS ENTREVISTADAS	1.012	FAMÍLIAS
Nº TOTAL DE PESSOAS	3.753	PESSOAS

79,45% DISSERAM JÁ TER CADASTRO NA SEHAB
55% SÃO COBERTOS POR AGENTES DE SAÚDE

RENDA FAMILIAR	
ATE 2 SALÁRIOS MÍNIMOS	61,96%
DE 2 A 3 SALÁRIOS MÍNIMOS	19,66%
DE 3 A 5 SALÁRIOS MÍNIMOS	14,73%
MAIS DE 5 SALÁRIOS MÍNIMOS	3,66%

74,93% RECEBEM AUXÍLIOS BOLSA FAMÍLIA

15km dentro do perímetro urbano, passando pelos seguintes locais:
 Valinhos, Vila Industrial (Pq dos Comercários, Lot. Pio XII), Vera Cruz, Victor Issler, Fátima (Vilas Dna Luiza, Sta Terezinha e Armando Annes), Petrópolis (Lot. Planalto e Jd Primavera), São Luis Gonzaga (Lot. Nova Estação, Vila dos Ferrovários, Pq Bela Vista, Vila Isabel), Cruzeiro, Sta Maria (Vl Santa Maria e Alice) e São Cristóvão (Lot. André Rebecchi e São Luiz).

Dados do
Cadastro Único
 Dados: Prefeitura Municipal de Passo Fundo (2009)

Dificuldade de análise dos dados devido à fragmentação das informações – infinidade de nome de bairros, vilas loteamentos e etc;
 Poderia ser utilizado como uma ferramenta de trabalho para a implementação do planejamento das políticas sociais;

Demanda Estimada

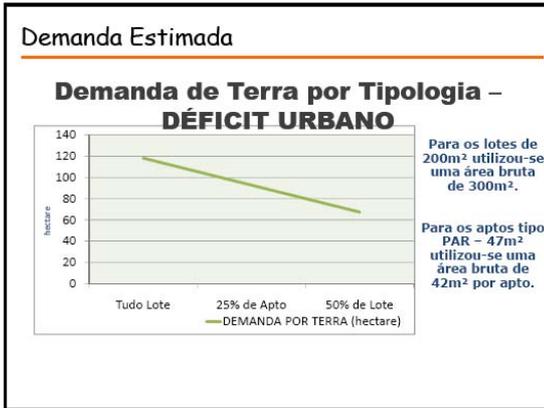
Demanda Estimada
Atualização dos dados da Fundação João Pinheiro

DÉFICIT HABITACIONAL	ESTIMATIVA PARA 2005
TOTAL	4.013

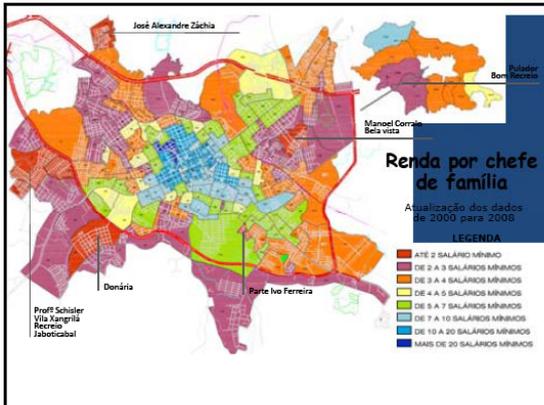
O déficit estimado pelo Cadastro da SEHAB (2009) foi de 4.264 domicílios.
 O déficit estimado pelos agentes de saúde foi de 4.013 domicílios (cobertura de 25% dos domicílios).

Demanda Estimada
Projeção da Demanda

DÉFICIT + DEMANDAS FUTURAS	2006-2011	2012-2015	2016-2019	2020-2023	TOTAL
URBANO	3.200	2.371	2.100	2.100	10.071
RURAL	90	50	50	50	240
TOTAL	3.290	2.421	2.150	2.150	10.311



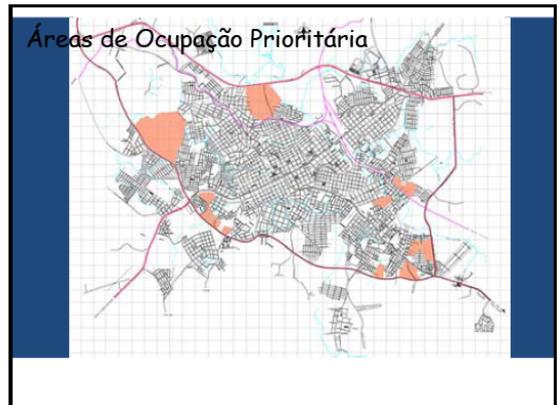
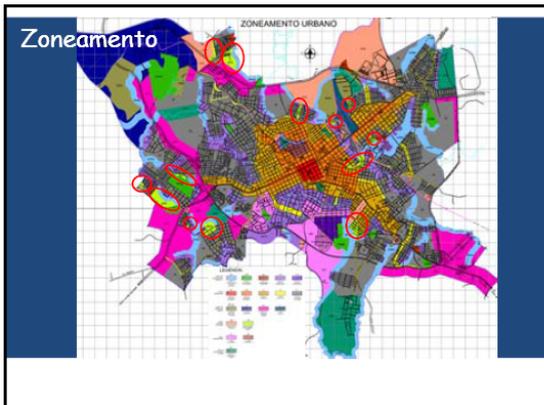
Aspectos sobre a ocupação do território



Plano Diretor

Elaborado em 1984.
Revisão iniciada em 1999. Nova lei aprovada em 2006.
Apresenta-se, de forma geral, adequado ao Estatuto das Cidades.

POSSUI TODOS DOS INSTRUMENTOS NECESSÁRIOS PARA UMA GESTÃO ADEQUADA DO SOLO E PARA GARANTIR A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE, PORÉM FALTA REGULAMENTAÇÃO!



Leitura Comunitária e o território

Reuniões com Lideranças e
Coordenação do Diagnóstico Habitacional da SEHAB
2009

DIVISÃO DA CIDADE EM BAIRROS

Setor 1
Centro
Vila Vergueiro
População: 21.942 pessoas

Setor 2

Bairro Boqueirão
Vila Operária (150) (18)
Vila Independente
Lot. Pampa (50)
Sechi
Menino Deus (20) (33) (16)
Vila Berthier
Morada da Colina
População: 17.155 pessoas

Percepção Comunitária de Déficit Habitacional (233)

Menino Deus: Aprox. 20 famílias em ocupação na beira da estrada.

Setor 3

Vera Cruz
Lot. Ngonoi
Dona Eliza (45)
Leão XIII (16)
São Bento
Hípica
1º Centenário (73)
População: 12.671 pessoas

Percepção Comunitária de Déficit Habitacional (515)

Setor 4

Bairro Petrópolis I (40) (250)
Bairro Petrópolis II (280)
Lot. Invernadinha
Lot. Cidade Universitária
População: 9.521 pessoas

Percepção Comunitária de Déficit Habitacional (540)

Setor 5

São Luiz Gonzaga (65)
Parque Farroupilha (55)
Lot. Manoel Corrêa (35)
Lot. Nova Estação
Vila Entre Rios (18)
Vila Ferroviária
Vila Isabel (48)
Parque Bela Vista
População: 8.235 pessoas

Beira Trilho

Entre Rios: Espeto à céu aberto, áreas de despejo...

São Luiz Gonzaga (ocupação provisória)

Parque Bela Vista: APP em regularização (aprox. 90 famílias)

Setor 6
Vila Cruzeiro (117)
Vila Alice
População: 3.504 pessoas

Ocupações na margem do rio Paissó Fundo – aprox. 40 casas




Setor 7
Bairro Lucas Araújo (50) 50 casas na beira da tanga / invasão
Vila Schel
Vila Reis
Vila Simon (70)
Lot. Dom Rodolfo
População: 7.326 pessoas

(120)



Setor 8
Santa Marta (163)
N. Sra. Aparecida (61) (68)
Lot. J. America
Vila Donária (53)
Vila 20 de Setembro (14)
Lot. Força e Luz (14)
População: 5.360 pessoas




Setor 9
Bairro Integração
Vila Xangriá (85) (17)
Lot. Jaboticabal (85) (17)
Bairro Parque Recreio
Comunid. Rural Bom Recreio (5)(15)
Jerônimo Coelho (292)
Lot. Boqueirão
Lot. Faixa do Sol ou Viajantes (18)
Lot. Morada do Sol
Vila Ipiranga
Prof. Schissler (280)
População: 6.658 pessoas



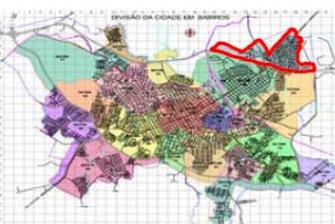

Setor 10 **Percepção Comunitária de Déficit Habitacional**
Victor Issler (315) (58)
População: 4.312 pessoas

(315)



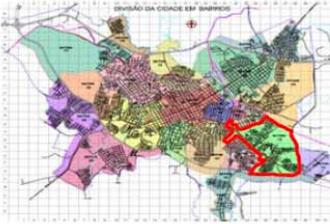
Setor 11 **Percepção Comunitária de Déficit Habitacional**
Lot. São José (73)
Leonardo Ilha
Lot. Cel Massot / Brigada Militar (70)
Campus da UPF
População: 8.741 pessoas

(220)

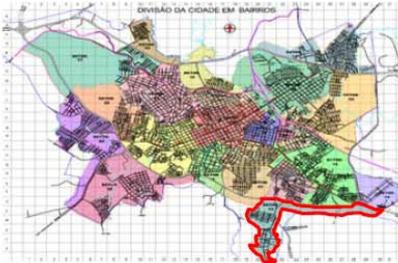


Setor 12
Bairro São Cristóvão (18)
Bairro Ricci (74)
J. Andre Rebechi
Bairro Copacabana (10)
Lot. Cesar Santos
Lot. São Cristóvão II
Lot. Via Sul
Lot. Sto. Antônio (286)
 População: 8.893 pessoas

Percepção Comunitária de Déficit Habitacional (388)



Setor 13
Bairro Roselândia
 População: 1.043 pessoas

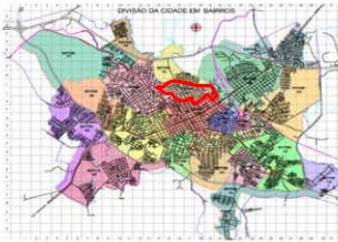


Setor 14
Vila Mattos (25)
Parte do Lot. Via Sul
 População: 1.113 pessoas

Percepção Comunitária de Déficit Habitacional (25)



Setor 15
Bairro Annes
Vila Fátima
Vila Annes
Vila Armando Annes
Parte Vila Eliza
Sta. Terezinha
 População: 7.364 pessoas



Setor 16
Bairro José Alexandre Záchia (150) (24) (180)
 População: 4.790 pessoas

Percepção Comunitária de Déficit Habitacional (180)

Inadequação Habitacional: 400
 -Segregação espacial
 -Adensamento excessivo
 -Domicílios sem banheiro

Ocupação área privada
 - Prof. terreno
 -negociar área p/ regularizar (60)

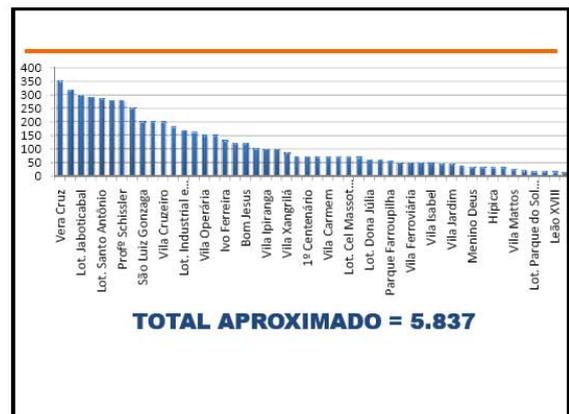
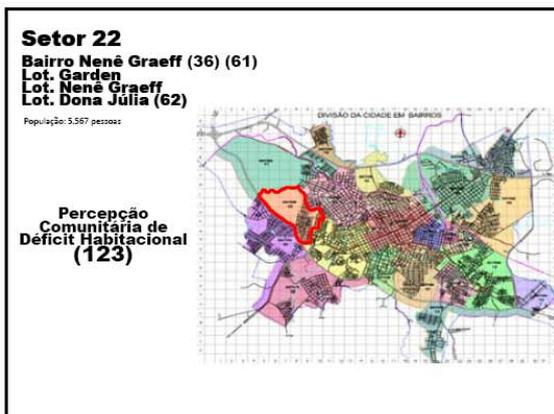
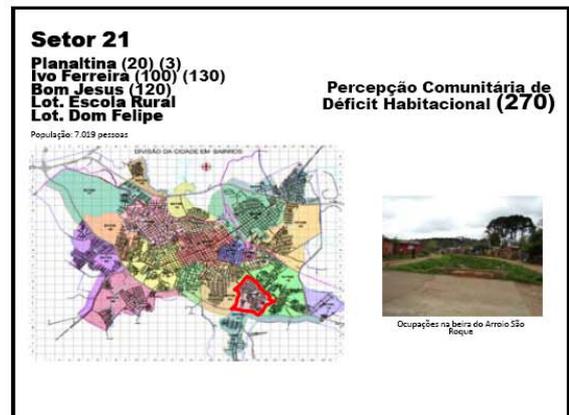
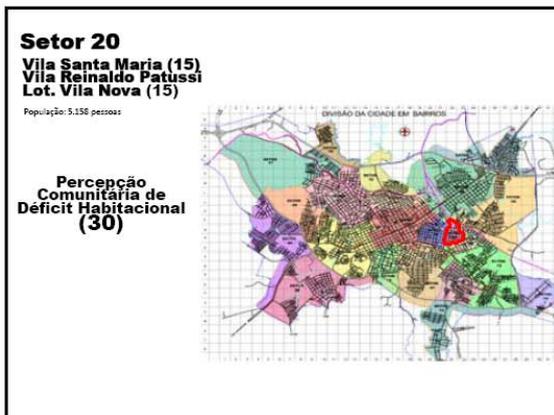
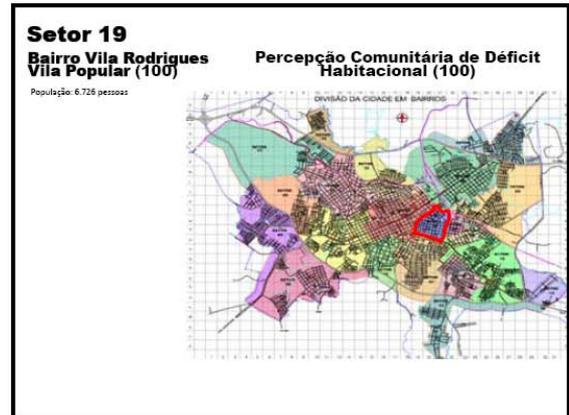
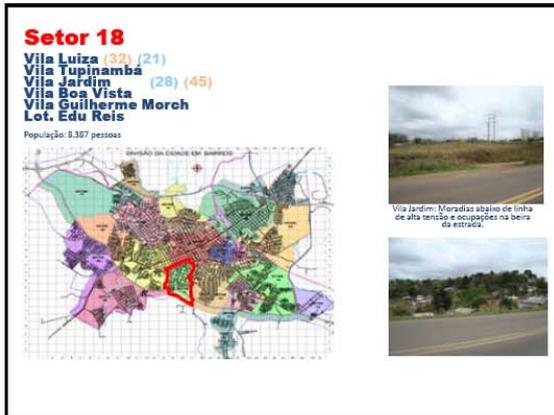
Ocupação área da CORSAN

Área do Aterro (150)



Setor 17
Bairro Valinhos (102)
Lot. Industrial e São Lucas (170)
Lot. Pio XII
Parque dos Comerciantes
Distrito Industrial (Valinhos)
 População: 5.320 pessoas





Produção Habitacional

Intervenções Públicas

Dados: Prefeitura Municipal de Passo Fundo

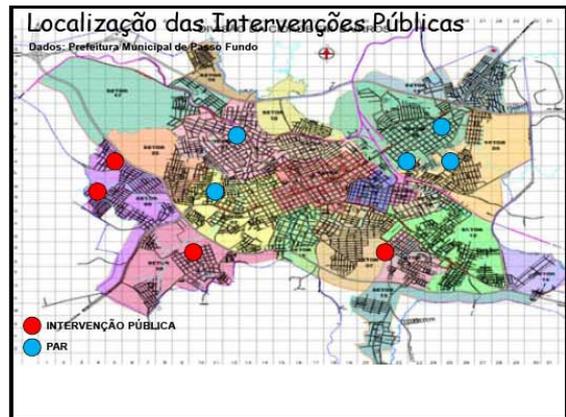
Produção HIS Antigas - ausência de informações

ANO	NOME	OBSERVAÇÕES
Déc. 60	Primeiras Produções Habitacionais	Não há dados
1981	Lot. Jaboticabal	Não há dados
1980	COHAB I	Não há dados
1982	COHAB II	Não há dados
1984	PRÓ-MORAR	Não há dados
1993	Alvorada	Complementação do Jaboticabal
1993	Habitar Brasil	Aprox. 200 casas pulverizadas
Déc. 90	Profº Schissler	Aprox. 50 casas pulverizadas
Déc. 90	Bom Jesus	Não há dados
Déc. 90	Manoel Corralo	Não há dados
Déc. 90	Cel. Massot/Lot. Brigada Militar	Não há dados

Intervenções Públicas

Dados: Prefeitura Municipal de Passo Fundo

ANO	NOME	BAIRRO	QUANT	DESCRIÇÃO	ORIGEM DA TERRA	FONTI DE RECURSOS	SITUAÇÃO				
2007	Lot. Parque do Sol	Parque do Sol	100	lote e casa	Área privada desapropriada	Federal (PAC)	Concluído				
2005	Donária	Vila Donária	20	lote e casa	Área municipal	Federal/Municipal	Concluído				
2007	Recreio	Recreio	30	lote e casa	Área privada desapropriada	Federal/Municipal	Concluído				
2007	14 Casas Pulverizadas e Lotes das Famílias	Dom Rodolfo	1	casa	Lote das famílias contempladas	Município	Concluído				
		Lado XIII	1	casa							
		Jaboticabal	1	casa							
		Planaltina	2	casa							
		Victor Isoler	1	casa							
		Paripolis	1	casa							
		Vila Luiza	2	casa							
		Santa Marta	1	casa							
		Vila União	1	casa							
		Parque Ferroviária	1	casa							
		Lucas Araújo	1	casa							
		Vila Palma	1	casa							
		Jardim Botânico	1	casa							
		São José	1	casa							
2009	12 Casas Pulverizadas e Lotes das Famílias	Mora Graef	1	casa	Lote das famílias contempladas	Federal/Municipal	Concluído				
		Vera Cruz	1	casa							
		Profº Schissler	1	casa							
		Santa Marta	2	casa							
		Vila Luiza	1	casa							
		Santa Antônio	1	casa							
		Manoel Corralo	2	casa							
		Planaltina	1	casa							
		Bom Jesus	100	lotes urbanizados				Federal (PAC)	Em andamento		
		TOTAL						276			



Intervenções Públicas

Dados: Prefeitura Municipal de Passo Fundo

PROJETO FUBAR - 1984 a 1988
 projeto que regulariza propriedades urbanas mediante cobrança a famílias de baixa renda, por preço simbólico

ANO	NOME	QUANT	SITUAÇÃO
1984	Lot. São Bento	26	Concluído
1985	Lot. N. Sra. Aparecida	23	Concluído
1986	Lot. Vila Independente	42	Concluído
1984	Lot. Rainha do Lar	38	Concluído
1986	Lot. Dona Júlia	47	Concluído
1984	Lot. Cabo Neves	14	Concluído
1984	Lot. Moacir da Motta Fortes	32	Concluído
1987	Lot. Sto. Antônio	15	Concluído
1988	Lot. Pedro Caratti	14	Concluído
1987	Lot. São Luiz Gonzaga	22	Concluído
1986	Lot. Alvorada	18	Concluído
1988	Lot. São José	37	Concluído
1988	Lot. Lucas Araújo	159	Concluído
TOTAL		488	

Intervenções Públicas

Dados: Prefeitura Municipal de Passo Fundo

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

ANO	NOME	QUANT	SITUAÇÃO
2005	FORÇA E LUZ	18	Concluído
2005	DONÁRIA	40	Concluído
2006	JABOTICABAL	596	Concluído
2006	MANOEL CORRAL O	756	Concluído
2006	SANTA MARTA II	67	Concluído
2006	DOM RODOLFO	7	Concluído
2008	BOM JESUS	67	Concluído
2008	DONÁRIA	39	Concluído
2009	SÃO LUIZ GONZAGA	25	Concluído
TOTAL		1.105	

Produção Social - PAR

Dados: Prefeitura Municipal de Passo Fundo e Caixa Econômica Federal

ANO	NOME	BAIRRO	QUANT	DESCRIÇÃO	ORIGEM DA TERRA	FONTE DE RECURSOS	SITUAÇÃO
2008	Proj. Residência	Residência	10	assentamento	Própria		Assentado
2008	Proj. Residência 2	Residência 2	100	assentamento	Própria	Reassentamento 1, 2 e 3	Assentado
2008	Proj. Residência 3	Residência 3	100	assentamento	Própria	Reassentamento 1, 2 e 3	Assentado
2008	Proj. VILA Tupy	Vila Tupy	100	assentamento	Própria	Reassentamento 1, 2 e 3	Assentado
2008	Proj. VILA Cruz	Vila Cruz	100	assentamento	Própria	Reassentamento 1, 2 e 3	Assentado
TOTAL			836				

Dados: Caixa Econômica Federal

ANO	NOME	QUANT	FONTE DE RECURSOS	SITUAÇÃO
2008	Residência Residência	25	FIO	Assentado
2008	Residência Residência	25	FIO	Assentado
2008	VILA - Tupy	25	FIO	Assentado
2008	VILA - Tupy	25	FIO	Assentado
2008	Residência Residência (assentado) 25	25	FIO	Assentado
TOTAL		93		

A SEHAB auxilia na organização das associações para acessar o Crédito Solidário.

Dados: Caixa Econômica Federal

ANO	NOME	QUANT	FONTE DE RECURSOS	SITUAÇÃO
2008	Proj. Residência 2	100	Própria	Assentado
2008	Proj. Residência 3	100	Própria	Assentado
2008	Proj. VILA Tupy	100	Própria	Assentado
2008	Proj. VILA Cruz	100	Própria	Assentado
TOTAL		65		

Dados: Prefeitura Municipal de Passo Fundo

SEQ.	LOCAL	QUANT	AREA
1	Vila Ipiranga	123	Invasão em área verde
2	Bairro N. Sra. Aparecida	32	Invasão
3	Entre Rios	100	Área privada alagadiça
4	Lot. Jardim do Sol	56	Assentamento
5	Perimetral Sul	25	R. Camilo Ribeiro
6	Vila Jardim	50	Área func. DAER
7	Bairro São José	6	RST 135 - futuro trevo - reassentar
8	Lot. São Miguel	12	Invasão em área verde
9	Lot. Victor Isaias	200	Invasão em área verde
10	Petropolis	40	Leito da Rua Morom
11	Vila Bom Jesus	200	Invasão em área verde
12	Lot. Isala	36	Invasão - Rua Claudino Toldo
13	Lot. São José	50	Invasão - Rua Serpioe
14	Lot. São José	67	R. Guilherme Boor - R. A. Pasqual
15	Bairro Cruzeiro	180	Área adquirida - antigos trilhos
16	Vila União	60	Assentamento
17	Vila Graeff	8	Invasão e assentamento
18	Vila Alice	32	Invasão em área verde
19	Lot. Profº Schissler	32	Assentamento
20	Bairro Valinhos	33	Assentamento - Quadra 144 Vera Cruz
21	Vila Isabel	30	Invasão em área verde
22	Lot. Leão XIII	35	Assentamento
23	Vila Luiza	30	Assentamento - R. Iza Dipp
24	Lot. SOARBI	12	Invasão em área verde
25	Vila Vera Cruz	9	Invasão Trav. Bari
26	Lot. 20 de Setembro	18	Invasão em área verde
27	Bairro São Luiz Gonzaga	45	Invasão e assentamento
TOTAL		1520	

A Instituição pública
& a Sociedade



Reuniões Setoriais

Para a elaboração do Diagnóstico do Plano Local de Habitação de Interesse Social de Passo Fundo foram realizadas reuniões com os seguintes segmentos:

- **Instituição Pública** (SEHAB, Meio Ambiente, Educação, Assist. Social, Planejamento, Agentes de Saúde, Interior e etc);
- **Conselho Municipal de Habitação**;
- **Sindicato dos Trabalhadores Rurais** (por telefone);
- **Empresários Locais e CAIXA** (Sinduscon, construtores, imobiliárias e Caixa); e
- **UAMPFAF** – União das Associações de Moradores de Passo Fundo.

PRINCIPAIS QUESTÕES LEVANTADAS:

Esgoto a Céu Aberto	Trânsito pesado – ideia de mudar a localização do mercado
Muitas famílias precárias	Faltam vagas em creches comunitárias
Ocupações em APPs	Piores locais: Beira Trilho, Valinhos, Bom Jesus e Donária.
Periferia muito precária	RURAL – acessos/estradas muito precárias;
Problemas de saneamento	pagam pouco pelo produto (soja, milho, canola, leite, ...);
Transporte público – vários problemas (falta de linhas para alguns bairros e outros são poucas opções de horários) – ideia de implantar passagem integrada (muitas famílias pagam 2 bus por dia, pagando 4 passagens para trabalhar)	Bom Recreio foi considerada a localidade mais pobre; e
Baixa qualidade de produção de	Maior demanda por reformas.

SEHAB – Secretaria Municipal da Habitação

- Em 2000 criou-se a Secretaria Municipal da Habitação, sendo instalada em janeiro de 2001. Anteriormente, desde 1993, o tema da Habitação era tratado sob responsabilidade de um setor, dentro da SEPLAN.
- Em geral, não há uma política de Habitação;
- Atualmente, basicamente, no atendimento das demandas emergenciais;
- A Secretaria dispõe da seguinte estrutura:



- POUCA INTEGRAÇÃO: Há integração da SEHAB com a Secret. do Meio Ambiente e um pouco tímida com a Secret. de Obras, Assist. Social, Saúde e SEPLAN.

Investimentos Públicos em Habitação

Principais atividades previstas no plurianual (2006-2009):

- Realocação de moradias em área de risco, áreas verdes, beira trilhos e sub-habitagens = R\$ 120.000,00;
- Melhorias e construção de moradia popular ou contrapartida para parcerias com município com Estado e Gov. Federal = R\$ 4.560.000,00;
- Melhorias e construção de moradias em situações emergenciais = R\$ 180.000,00;
- Desapropriação de área para loteamentos, urbanização de lotes para novos loteamentos = R\$ 405.000,00;
- Aperfeiçoar a estrutura administrativa e operacional da Divisão de Ação Comunitária = R\$ 29.500,00;
- Aperfeiçoar a estrutura administrativa e operacional da Divisão de Divisão Habitacional = R\$ 29.500,00;
- Melhorias e construção de moradias na área rural ou contrapartida = R\$ 300.000,00.

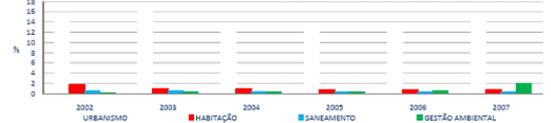
Investimentos Públicos em Habitação

Principais atividades previstas no plurianual (2010-2013):

- Aperfeiçoamento da Coord. de Diagnóstico Habitacional = R\$ 15.000,00;
- Aperfeiçoamento da Coord. de Habitação Popular = R\$ 120.000,00;
- Desapropriação de área para loteamentos, urbanização de lotes para novos loteamentos = R\$ 1.210.000,00;
- Garantia da regularização fundiária = R\$ 420.000,00;
- Produção de unidades habitacionais de interesse social = R\$ 1.000.000,00;
- Melhorias habitacionais = R\$ 300.000,00; e
- Promoção da organização de grupos cooperativos/associativos = R\$ 40.000,00.

Investimento em Habitação

Fonte: Tribunal de Contas do Estado do RS



Gastos com Habitação no Município de Passo Fundo (Preço Real - Base 2007)

	URBANISMO		HABITAÇÃO		SANEAMENTO		GESTÃO AMBIENTAL	
	Despesa	%	Despesa	%	Despesa	%	Despesa	%
2002	16.476.681,31	15,77	1.751.696,12	1,68	523.144,20	0,50	211.608,28	0,20
2003	17.823.127,92	16,32	951.967,34	0,90	631.797,31	0,58	288.311,72	0,26
2004	15.745.547,12	13,00	1.078.688,39	0,89	521.078,00	0,43	413.361,71	0,34
2005	15.698.678,26	13,16	789.723,57	0,66	462.894,20	0,39	441.065,67	0,37
2006	17.238.770,09	12,78	966.772,97	0,72	345.344,65	0,26	601.463,51	0,45
2007	20.477.447,77	14,43	1.211.840,04	0,65	354.369,50	0,24	2.921.229,18	2,06

Lei Municipal Nº 2.862/1993

Constitui o CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E DO BEM ESTAR SOCIAL e o FUNDO MUNICIPAL:

-Caráter deliberativo;

-Define ampla destinação aos recursos: construção de moradias, regularização, urbanização, melhorias, aquisição de material de construção, regularização fundiária, apoio a organização comunitária, complementação da infra-estrutura, projetos experimentais, remoção de assentamentos em áreas de risco e outras opções de interesse social;

3 representantes do Poder Executivo;
2 indicados pelo Poder Legislativo;
1 representante da União das Associações de Bairro de Passo Fundo;
2 representantes de Organizações Comunitárias;
1 representante de Organizações Religiosas;
1 representante da Universidade de Passo Fundo (UPF);
1 representante de entidades parciais;
1 representante dos Sindicatos de Trabalhadores;
1 representante do CREA/Passo Fundo;
1 representante do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil;
1 representante do Sindicato da Indústria, Construção Civil e Mobiliário.

Constituído de
15 membros:

Lei Municipal Nº 2.862/1993

-NÃO ESTÁ ADEQUADA À NOMENCLATURA DA POLÍTICA NACIONAL DE HABITAÇÃO: Lei muito antiga! Expressões antigas!

- Não explicita o que considera como baixa renda! Ex: população moradora em precárias condições de habitabilidade ou com renda familiar não superior a 5 salários mínimos (ou 3 salários mínimos);

- Não explicita que os representantes da sociedade serão escolhidos de forma democrática;

- Não se refere ao papel do Plano Local de Habitação de Interesse Social;

- Necessita rever a composição :

-25% representantes comunitários: ?

Quantidade não significa qualidade!



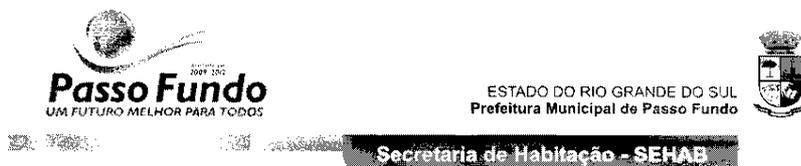
www.latus.com.br
latus@latus.com.br

ANEXO VII

Divulgação do PLHIS de Passo Fundo

ANEXO VII – DIVULGAÇÃO DO PLHIS DE PASSO FUNDO

DIVULGAÇÃO DO PLHIS DE PASSO FUNDO



CONVITE

PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

A Prefeitura Municipal de Passo Fundo, através da Sehab – Secretaria Municipal de Habitação, convida para Audiência Pública do Diagnóstico para o Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS, a realizar-se dia 17 de Dezembro de 2009, quinta-feira, às 19:30 horas, na Câmara Municipal de Vereadores, sala Fernando Ferrari.

Contamos com sua presença!

Por que Passo Fundo precisa de um Plano Local de Habitação?

Para que possamos ter um real dimensionamento do setor, com dados que nos possibilitem criar uma política municipal de habitação. Além do que os municípios devem se adequar à nova Política Nacional de Habitação, aderindo ao Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FPLHIS. Para isto, precisamos ter o Conselho e o Fundo Local de Habitação – que já temos – bem como elaborar o Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS.

O que é um Plano Local de Habitação de Interesse Social?

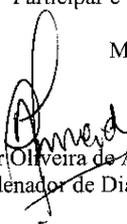
O PLHIS é um conjunto de metas e instrumentos elaborado pelo governo local e os agentes sociais, para orientar o planejamento local do setor habitacional. Este plano permite que tanto a administração municipal quanto a sociedade identifiquem os principais problemas no acesso à moradia digna e estabeleçam, em conjunto, as prioridades da ação pública e do acesso aos recursos, a curto, médio e longo prazos. O PLHIS deve, ainda, permitir o monitoramento das ações e a avaliação dos resultados deste processo.

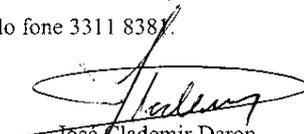
Por que é importante participar?

Porque cabe a todos nós, diagnosticar os limites e as dificuldades encontradas no setor habitacional. Juntos, vamos buscar alternativas que garantam o acesso à moradia digna, para toda a população.

Participar é um direito e um dever de todos!

Maiores informações, na SEHAB, pelo fone 3311 8387.


Valdir Oliveira de Almeida
Coordenador de Diagnóstico


José Clademir Daron
Secretário de Habitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO FUNDO – Secretaria Municipal da Habitação
Rua Teixeira Soares, 625 – 99010-080 – RS – Brasil
Fone: (54) 311-8381/311-3624 – E-mail: sehab@pmpf.rs.gov.br

Município debate plano de parceria para habitação popular

fonte: Assessoria de Imprensa

data: 19/02/2009 11:02

O Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS tem sido objeto de estudos que habilitam o município de Passo Fundo. Neste sentido, segundo o secretário de Habitação, José Glademir Daron, estão sendo cumpridas etapas para elaboração do plano de participação, atendendo orientação do governo federal. A empresa Latus Consultoria, foi habilitada em licitação, para fazer o plano, agregando os vários órgãos que formam a equipe de trabalho. Neste sentido, foi programada a reunião, para as 14h desta quinta-feira (19/02), com a participação de vários agentes, num processo de capacitação da Secretaria de Habitação, e aprovação de metodologia, que prevê debate aberto com todas as entidades comunitárias e cidadãos que queiram participar.

Assembléia do PLHIS

Na programação da noite, às 18 horas, na Câmara de Vereadores, haverá participação de entidades convidadas, mas o encontro do PLHIS será aberto a todo o público. “Destacamos a importância da incorporação ao projeto, de conselhos comunitários, associações de moradores e todas as entidades com atividades sociais”, afirmou Daron.

O programa discute o levantamento para diagnóstico das principais demandas, considerando áreas de risco, habitações ou ocupações irregulares ou moradias precárias, para planejamento e equação dos problemas em longo prazo. O secretário Daron reforça a importância da participação de todos, na assembléia de hoje à tarde, 18h, na Câmara de Vereadores, enfatizando que o objetivo é elaborar projetos direcionados aos cidadãos de baixa renda, na área habitacional.

 [enviar por e-mail](#)

 [imprimir](#)



Prefeitura Municipal de Passo Fundo
Rua Dr. João Freitas, 75 - Passo Fundo - RS - Brasil
Telefone: (54) 3316 7100 - 0800 5417100 - e-mail:
pmpf@pmpf.rs.gov.br
CEP: 99010-005

